

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**A DEFINIÇÃO ATRIBUÍDA À DESIGNAÇÃO
“SINTAGMA”: DESLOCAMENTO E EFEITOS DE
SENTIDO**

MESTRADO EM LETRAS

Maria Iraci Sousa Costa

Santa Maria, RS, Brasil

2012

A DEFINIÇÃO ATRIBUÍDA À DESIGNAÇÃO “SINTAGMA”: DESLOCAMENTO E EFEITOS DE SENTIDO

por

Maria Iraci Sousa Costa

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras**.

Orientador: Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

2012

C837d Costa, Maria Iraci Sousa
A definição atribuída à designação “sintagma” : deslocamento e efeitos de sentido / por Maria Iraci Sousa Costa. – 2012.
106 p. ; il. ; 30 cm

Orientador: Amanda Eloina Scherer
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2012

1. Definição 2. Sintagma 3. Gramático 4. Linguista I. Scherer, Amanda Eloina II. Título.

CDU 81'1

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Terezinha Branco Gallotti – CRB 10/1109
Biblioteca Central UFSM

©2012

Todos os direitos autorais reservados a Maria Iraci Sousa Costa. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A comissão examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A DEFINIÇÃO ATRIBUÍDA À DESIGNAÇÃO SINTAGMA:
DESLOCAMENTO E EFEITOS DE SENTIDO**

elaborada por
Maria Iraci Sousa Costa

**como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras**

Comissão Examinadora:



Amanda Eloina Scherer, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Luiz Francisco Dias, Dr. (UFMG)



Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 27 de fevereiro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Amanda Eloina Scherer, por saber compreender o meu percurso de aprendizado, pela autonomia concedida e também pelo incentivo. Agradeço, principalmente, a oportunidade de ser uma de suas orientandas. Esta dissertação é dedicada à senhora, a quem este trabalho faz sentido na sua plenitude.

Agradeço à Professora Verli Petri, pelas importantes contribuições ao longo do curso de Mestrado, para a realização deste trabalho. Agradeço pelo apoio no período de qualificação e pelas importantes contribuições teóricas.

Agradeço ao Professor Luiz Francisco Dias e à Professora Carme Schons, pelo apoio e incentivo.

Às professoras do PPGL, obrigada pelo tanto que aprendi e pelas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ao Stéfano, por saber compreender a minha ausência, por estar sempre presente nas tantas vezes que precisei, pelo apoio constante, pelo companheirismo, pela disponibilidade. Obrigada por ser a pessoa que você é.

Agradeço aos meus sogros, Maribel e Keno, pela acolhida, por me darem uma nova família, um novo lar. Obrigada pelo apoio constante e sempre vigilante a menor suspeita que eu pudesse precisar do apoio de vocês. Obrigada por tudo.

Agradeço a minha irmã Cláudia e ao meu cunhado Sedir, pelo apoio constante, mesmo com as suas limitações, sempre dispostos a ajudar.

Às amigas que me acompanharam no percurso de escrita desta dissertação, Caroline Mallmann, Camila Savegnago e Joceli Cargnelutti, agradeço pela amizade, pelo companheirismo e também por me aturarem na convivência diária. Essa pode ter sido a maior prova de paciência da vida de vocês. Agradeço também às amigas Daiane Siveris, Daiane Delevati, Taís Martins e Larissa Cervo pela amizade e pela parceria nesse percurso que, como

vocês bem sabem, não é fácil. Às amigas Marciane Brondani e Josiane Vendruscolo, agradeço por tornarem mais alegres os meus dias.

Aos colegas do Laboratório Corpus, obrigada pelo aprendizado, pela convivência e pela amizade.

Ao Jandir e à Irene, secretários do PPGL, sempre prestativos e dedicados, agradeço pelo apoio e pela amizade.

Agradeço a CAPES-MEC, pela bolsa REUNI concedida.

Porque escrever é um ato singular. Mas esse ato singular é ao mesmo tempo coletivo. Singular pelo sujeito que se apropria desse ato, identificando-se a, subjetivando-se a. Coletivo pelas histórias que traz à memória do aprendizado da emancipação. Coletivo porque nele estão todos os sujeitos que nos ajudam a constituir esses inúmeros atos ao longo da vida (SCHERER, 2010).

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

A DEFINIÇÃO ATRIBUÍDA À DESIGNAÇÃO “SINTAGMA”: DESLOCAMENTO E EFEITOS DE SENTIDO

AUTORA: MARIA IRACI SOUSA COSTA

ORIENTADORA: AMANDA ELOINA SCHERER

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 27 de fevereiro de 2012.

O presente trabalho tem como objetivo propor uma reflexão sobre a problemática da definição, cuja aparência semanticamente estável produz um efeito de evidência do saber, dissimulando o gesto interpretativo do sujeito que define. Nossa proposta é desenvolver um estudo sobre o que faz com que a definição não seja apenas mais uma formulação inscrita em uma rede parafrástica, mas sim uma formulação que historiciza, que passa a fazer parte do interdiscurso, ao mesmo tempo em que individualiza o sujeito, colocando-o como responsável por aquilo que diz e escreve. Para tanto, mobilizaremos a noção de *função-autor* (ORLANDI, 2007 [1996]), procurando investigar o que torna a definição uma formulação singular. Além disso, questionaremos o efeito de evidência que constitui o ato de definir, uma vez que a nossa reflexão sobre a linguagem aceita o desconforto de não nos ajeitarmos nas evidências e no lugar do já-dito. Tomaremos como objeto de análise a definição atribuída à designação “sintagma”, a qual é associada a Saussure como aquele que primeiro atribuiu a essa designação um caráter conceitual ao introduzi-la nos estudos lingüísticos. Tal designação, a partir da segunda metade do século XX, passou a fazer parte também do domínio de saber do gramático no Brasil, época em que o dizer do gramático passou a ser determinado, sobretudo, pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Considerando o deslocamento da designação “sintagma” entre diferentes domínios de saber, propomos investigar como se articula o saber do linguista e do gramático a partir da definição atribuída à designação “sintagma”. Dessa forma, propomos considerar inicialmente a definição de “sintagma” na formulação do gramático e como, a partir daí, constitui-se uma rede de reformulações parafrásticas que remontam a uma formulação-origem que está inscrita em outro domínio de saber, produzindo efeitos de sentido diferentes sob a aparência do mesmo. Nosso trabalho está filiado à História das Ideias Linguísticas articulada à Análise de Discurso de linha francesa. Trata-se, pois, de refletir como certos saberes se constituem e, ao permanecerem, são reformulados, ganhando contornos específicos (GUIMARÃES, 2004).

Palavras-chave: definição; sintagma; gramático; linguista.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Post-Graduate Program in Languages
Federal University of Santa Maria

THE DEFINITION ATTRIBUTED TO THE DESIGNATION OF THE “SYNTAGMA”: DISPLACEMENT AND EFFECTS OF SENSE

AUTHOR: MARIA IRACI SOUSA COSTA

ADVISOR: AMANDA ELOINA SCHERER

Date and Place of Defense: Santa Maria, February 27, 2012.

This paper aims to propose a reflection on the problem of defining, whose semantically stable appearance produces an effect of evidence of knowing, dissimulating the interpretative gesture of the subject it defines. Thus, our proposal is to develop a study on what makes a definition not merely a formulation inscribed in a paraphrastic net but a formulation that historicizes, that makes part of the interdiscourse at the same time it individualizes the subject, and makes him/her responsible for what s/he writes. Therefore, we work with the notion of function-author (ORLANDI, 2007 [1996]), in order to investigate what makes the definition a singular formulation. Furthermore, we question the effect of evidence that constitutes the act of defining, since our reflection on language accepts the discomfort of not settling on the evidence and in the place of the already-said. We take as an object of analysis the definition attributed to the designation of “syntagma”, which is associated to Saussure — as the one who attributed to such a definition its conceptual character when introducing it in linguistic studies, — and which, from the second half of the 20th century, started to make part of the grammarians’ domains in Brazil — time when the grammarians’ saying was determined by the Brazilian Grammatical Nomenclature (NGB). Considering the displacement of the designation of “syntagma” among different knowledge domains, we propose to investigate how the linguists’ and the grammarians’ knowledge is articulated from the definition attributed to the “syntagma” designation. Thus, we first consider the definition of “syntagma” in the formulation of grammarians and how it constitutes a chain of paraphrastic constructions that lead to a source-formulation that is inscribed in another knowledge domain, and produces different effects of sense that are under the same appearance. Our work belongs to the History of Linguistic Ideas in its articulation with French Discourse Analysis. Thus, we reflect how some knowledge is constituted and then reformulated, getting thus specific features (GUIMARÃES, 2004).

Keywords: definition; syntagma; grammarian; linguist.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rede de reformulações parafrásticas	88
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A definição na gramática	39
Quadro 2 - Recortes discursivos	74
Quadro 3 - Reformulação parafrástica da definição saussuriana	82
Quadro 4 - Reformulação parafrástica da definição de Mattoso	85
Quadro 5 - Designação, definição e autoria	87

SUMÁRIO

ISSO AINDA NÃO É UMA INTRODUÇÃO	11
---------------------------------------	----

PARTE I

CAPÍTULO 1 - A QUIMERA DA ORIGEM	21
1.1 Efeitos de evidência, memória e esquecimento	21
1.2 A noção de função (-) autor	28
1.3 A definição na gramática	34
1.4 A definição no dicionário	41

PARTE II

CAPÍTULO 2 - A TÊNUE FRONTEIRA ENTRE UM DOMÍNIO DE SABER E OUTRO	48
2.1 Somos da geração que faz... Gramática.....	48
2.2 Somos da geração que faz... Ciência.....	53
2.3 Pertencemos a uma geração que assassinou os seus... gramáticos	56

PARTE III

CAPÍTULO 3 - DIZERES EM REDE - DESDOBRAMENTO DE UMA DEFINIÇÃO	64
3.1. Delimitação do objeto.....	64
3.2. Por uma questão metodológica	68
3.3 A constituição do corpus da pesquisa	72
3.4 Definir (,) um gesto interpretativo.....	76
3.5 Esquemas das relações entre as definições atribuídas à designação “sintagma”	86
3.6 A gramática também merece que lutemos por ela ou O gramático quer ser um Dom Quixote	90

ISSO AINDA NÃO É UMA CONCLUSÃO	96
--------------------------------------	----

REFERÊNCIAS.....	100
------------------	-----

ISSO AINDA NÃO É UMA INTRODUÇÃO

Há em muitos, julgo, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo semelhante de se encontrar, de imediato, do outro lado do discurso, sem ter de ver do lado de quem está de fora aquilo que ele pode ter de singular, de temível, de maléfico mesmo. A este querer tão comum a instituição responde de maneira irônica, porque faz com que os começos sejam solenes, porque os acolhe num rodeio de atenção e silêncio, e lhes impõe, para que se vejam à distância, formas ritualizadas (FOUCAULT, 2002 [1971], p. 1).

O título dado para designar aquilo que deveria ser a introdução do presente trabalho faz alusão à “Isso não é mais uma introdução, ou deixou de sê-lo”, título proposto por Michel Arrivé (2010 [2007])¹ para designar a introdução do seu livro **Em busca de Ferdinand de Saussure**. Arrivé (Ibid.) já havia rascunhado uma introdução, há muitos anos antes, que conferia ao livro uma determinada forma. Passado tanto tempo, renunciou a escrever o livro conforme o que pretendia na época. O autor optou por conservar a introdução quase que do mesmo modo como havia sido escrita, mas com a condição de dar-lhe outro nome que não fosse “introdução”.

De nossa parte, a forma de designar de maneira diferente aquilo que deveria ser a introdução deriva de outra razão, que vem do nosso desconforto em relação ao fato de ter de começar. Essa questão nos perturba e, ao mesmo tempo, parece nos contradizer diante da posição teórica que assumimos, já que não há origem do dizer e que o sujeito não é dono de suas palavras. Enfim, como poderíamos começar se partimos do pressuposto que o nosso dizer está apoiado em um já dito? Mas, se não há começos, por onde começar? Aliás, por que começar? Em nosso ver, esse é um princípio que a instituição impõe como forma de individualização, fazendo-nos responsáveis por aquilo que dizemos; mesmo que as palavras não sejam nossas, assumimos a responsabilidade quando fizemos das palavras do outro as nossas palavras.

Além disso, o presente trabalho e a delimitação da questão de pesquisa não derivam de um momento repentino dividido em um antes, em que nada se tinha, e um depois, em que tudo

¹ 2010 é ano de publicação da primeira edição brasileira, 2007 é o ano de publicação da primeira edição francesa.

já estava posto. A presente proposta de dissertação é uma continuidade do nosso projeto de Iniciação Científica (IC) intitulado “Linguística no sul: estudo das ideias e organização da memória dos anos 80 a 2000”, orientado pela Professora Dr. Amanda Scherer, no período compreendido entre os anos de 2007 e 2009². Desde então, o nosso interesse de pesquisa sempre esteve voltado para a articulação entre o saber do gramático e o saber do linguista, culminando na nossa atual questão de pesquisa, qual seja, como se constitui a produção do saber metalinguístico na articulação entre a gramática e a linguística. Durante o período de IC, dedicamo-nos ao estudo de uma gramática publicada por um sul-rio-grandense, numa época em que a produção do saber gramatical da língua no Brasil se filia a uma perspectiva teórica que atribui foros de cientificidade aos estudos dedicados às especificidades da língua no Brasil. Essa obra é a **Moderna Gramática Brasileira**, publicada em 1976 por Celso Pedro Luft e pela Editora Globo.

A partir desse projeto de IC, desenvolvemos vários trabalhos que foram apresentados em eventos em diferentes cidades do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, bem como publicados em anais e periódicos. Embora os recortes e as questões teóricas e analíticas mobilizadas diferissem de um trabalho a outro, a questão de pesquisa que nos instiga se manteve constante: *como se constitui a produção do saber metalinguístico na articulação entre a gramática e a linguística?* A nossa inquietação é mostrar teoricamente como se dá essa articulação entre esses dois domínios de saber no discurso do gramático. Daí a nossa relutância em encontrar uma forma tal de abordar o objeto que nos permita, a partir de um dispositivo teórico e analítico, observar que o saber do gramático, apesar da pretensão de parecer evidente, é resultado de um processo de construção de um saber constituído em condições históricas determinadas por sujeitos afetados ideologicamente. Vemos esse movimento como próprio da construção do trabalho de pesquisa, que, segundo Petri (2000, p. 123 [grifos da autora]), “se dá num *movimento pendular*, no qual o pesquisador está sempre indo e vindo da teoria para o *corpus*, do *corpus* para o arquivo, do arquivo para a teoria, e assim sucessivamente, até construir um dispositivo teórico e analítico satisfatório”.

O presente trabalho inscreve-se em um caminho traçado ao longo de nossa vida acadêmica e foi, pouco a pouco, sendo enriquecido por importantes contribuições a partir do diálogo com colegas do Laboratório Corpus e do envolvimento com atividades em equipe, o que nos permitiu o ingresso em uma cultura de pesquisa que ultrapassa a barreira entre os diferentes níveis de ensino determinados pelas políticas universitárias. Mas o trabalho

² Durante esse período, foi-nos concedida uma bolsa de IC CNPq/Balcão, com vigência de três anos.

desenvolvido junto ao curso de Mestrado em Letras foi acompanhado ainda de outras atividades, para além da escritura do presente texto. Desenvolvemos atividades de coorientação, docência orientada, elaboração de material didático e monitoria como parte das atividades exigidas pela Bolsa REUNI de Assistência de Ensino concedida pela CAPES-MEC. Em relação à coorientação, acompanhamos o trabalho desenvolvido pelas acadêmicas Cristiane dos Santos Gonçalves e Luana Zanon, no ano de 2010, sobre os Acordos Ortográficos. A acadêmica Cristiane Gonçalves se dedicou ao estudo do **Guia Ortográfico**, de Celso Pedro Luft, questionando o imaginário de completude do saber sobre a língua que é amparado sobre uma questão política, colocando o sujeito numa relação de confronto entre o real e o imaginário. Já a acadêmica Luana Zanon tem desenvolvido seu trabalho sobre a unificação da língua por meio de uma ortografia única, o que não é senão apenas uma parte da gramática. Tal questionamento parte do pressuposto de que se admite uma produção gramatical independente, mas não uma ortografia diferenciada. Alguns resultados parciais dos trabalhos desenvolvidos pelas acadêmicas já foram apresentados em eventos e publicados em anais.

Em maio de 2010, organizamos, juntamente com a doutoranda Juciele Pereira Dias, o *III Encontro do Grupo de Estudos Linguísticos*³ (GEL 2010) – *Questões de história das ideias sobre a linguagem e as línguas* –, momento em que foi discutida uma prévia do trabalho a ser publicado em um número da **Coleção Fragmentum**⁴, organizado por nós e pela professora Amanda Scherer, dedicado à importância das obras de Celso Pedro Luft para a História das Ideias Linguísticas no sul. Esse número da **Coleção Fragmentum** (n. 28), intitulado **Celso Pedro Luft: um saber linguístico no Sul**, é composto por quatro textos, cada um dedicado a uma obra diferente publicada pelo autor. O primeiro texto é o da Professora Dr. Verli Petri, pesquisadora do Laboratório Corpus, que trabalhou com a obra **Romance das palavras**

³ O Grupo de Estudos Linguísticos (GEL) é um Projeto de Pesquisa e Extensão, registrado sob o nº 016287 no Gabinete de Projetos/UFSM, coordenado pela Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer. Esse projeto teve início em 2003 com o objetivo de promover discussões acerca de questões teóricas em comum que permeavam o dia-a-dia acadêmico e também o diálogo entre alunos da graduação (IC) e da pós-graduação (mestrandos e doutorandos). Dentre as atividades desenvolvidas junto a esse projeto, além dos encontros realizados regularmente, destacamos os seminários que possibilitaram a vinda de pesquisadores de outras universidades e também as entrevistas com pesquisadores, realizadas pelo grupo. Inclusive, algumas dessas entrevistas foram publicadas na **Coleção Fragmentum**. Sobre a história do GEL, ver <<http://www.ufsm.br/corpus/>>.

⁴ A **Coleção Fragmentum** (ISSN 1519-9894) é uma publicação do Laboratório Corpus (Editora PPGL/UFSM), indexada no Qualis-Capes B3, editada desde 2001, composta de textos potenciais, intermediários entre uma primeira versão (que visa a promover a discussão) e uma final. Esse também é o caso da publicação de entrevistas que consistem em fontes privilegiadas para compor uma história social da Linguística. Inclusive, alguns números da **Coleção Fragmentum** estão disponíveis para download na página do Laboratório Corpus (<http://www.ufsm.br/corpus/>).

(1996), um dicionário diferente, que foge à convenção própria à produção do saber dicionarístico. O segundo texto é da Professora Dr. Susana Gonçalves. Nele, a autora analisa a obra **Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna** (1985), com o objetivo de mostrar como Luft, um sujeito que se auto-designa “autor de gramáticas e manuais de ortografia”, passa a questionar a gramática e seu uso em sala de aula a partir das ideias chomskianas. O terceiro texto é nosso e, nele, trabalhamos com a **Moderna Gramática Brasileira** (1976) a partir da designação “sintagma”, o que se trata de um recorte da presente dissertação. Procuramos mostrar os efeitos de memória produzidos pela designação “sintagma”, bem como os efeitos de sentido que tal designação produz ao ser introduzida na gramática. Por fim, no texto de Daiane Siveris (mestranda) e Daiane Delevati (IC/CNPq), é analisado o **Minidicionário Luft** (2001), obra comumente distribuída nas escolas públicas no Estado do Rio Grande do Sul. As autoras, a partir do prefácio da obra, apontam para algumas imagens de sujeito-leitor que se instituem e circulam no espaço da sala de aula de Língua Portuguesa.

Considerando a diversidade das obras publicadas por Celso Pedro Luft e a sua importância para o estudo da História das Ideias Linguísticas no sul do Brasil, o objetivo da organização do número 28 da **Coleção Fragmentum** foi reunir alguns textos acadêmicos resultantes de pesquisas e realizados junto ao Laboratório Corpus na/pela articulação entre História das Ideias Linguísticas e Análise de Discurso. A publicação integra o planejamento de atividades do I semestre de 2011 e foi pensada a partir do que se trabalhou na disciplina **História das Ideias Linguísticas**, parte da estrutura curricular proposta pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e, também, disciplina em que realizamos a nossa **Docência Orientada**.

Além disso, no período de maio de 2010 a janeiro de 2011, trabalhamos no **Programa Conexões de Saberes**, da Pró-Reitoria de Extensão (PRE) da UFSM, no subprojeto *Língua, sujeito e história na construção da cidadania*, coordenado pelas professoras Verli Petri e Amanda Scherer. Desenvolvemos atividade de coorientação do Grupo de Trabalho *História das Ideias Linguísticas*, juntamente com a doutoranda Juciele Pereira Dias. Nossa participação consistiu em coordenar reuniões em grupo com periodicidade quinzenal, no Laboratório Corpus, com vistas a discussões sobre as fontes teóricas e possibilidades de leitura e gestos interpretativos de textos que reconstituíram e comporiam o arquivo da

história de cada escola integrante do programa⁵. O objetivo do nosso trabalho era orientar os alunos na constituição de um arquivo, definido por Pêcheux (1997) como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, arquivo esse que permitiria um gesto de leitura sobre a história de cada uma das instituições de ensino. Finalizadas essas atividades, os alunos elaboraram cinco textos acadêmicos, cada um referente a uma escola, além de um texto referente à Oficina de Percussão CUICA⁶, projeto social que tem como meta promover a inclusão social de crianças e jovens da rede pública de ensino através da música. Alguns desses textos serão publicados em livro, uma publicação conjunta do Programa Conexões de Saberes na UFSM.

Todas as atividades citadas contribuíram para o aprofundamento da nossa reflexão sobre o que é fazer História das Ideias Linguísticas, o que, para nós, pressupõe, sobretudo, “constituir, por um método próprio, uma temporalidade. Em outras palavras, é estabelecer procedimentos de identificação de acontecimentos por suas temporalidades” (GUIMARÃES, 2004, p. 13). A nossa prática, inscrita na perspectiva da História das Ideias, busca compreender como um saber, que nasce junto à Linguística Moderna⁷ num domínio científico, passa a fazer parte do domínio de saber gramatical, além de quais efeitos de sentido esse deslocamento produz, articulando saberes de domínios diferentes.

Tendo em vista a nossa questão de pesquisa, já desde o período de IC vimos trabalhando com a obra **Moderna Gramática Brasileira**, publicada em 1976 por Celso Pedro Luft. O período em que a gramática havia sido publicada, segunda metade do século XX, é constituído por importantes acontecimentos políticos e institucionais que conferiram uma nova configuração ao fazer gramatical no Brasil. Considerando tais contingências históricas, esse instrumento linguístico era carregado de vestígios que se voltavam para o que havia determinado a sua existência, do mesmo modo como apontavam para um possível movimento no modo de fazer gramática.

A **Moderna Gramática Brasileira** deveria ser a terceira edição da **Gramática Resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira**, publicada inicialmente em

⁵ As escolas que participaram do projeto foram: Escola Municipal Renato Zimmermann, Escola Municipal Vicente Farenzena, Escola Estadual Professora Margarida Lopes, Escola Municipal Júlio do Canto, Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso e também a Oficina de Percussão CUICA. Todas essas instituições estão localizadas no Bairro Camobi, em Santa Maria.

⁶ Para conhecer mais da história do projeto, acessar <http://www.cuica.art.br/>.

⁷ Designamos como Linguística Moderna a Linguística pós-saussuriana, considerando que “Saussure não fundou a linguística, que já possuía um longo passado científico quando ele nasceu. Mas sua obra está na origem de uma mutação considerável na evolução da disciplina” (ARRIVÉ, 2010, p. 20).

1960, logo em seguida à oficialização da NGB (1959), com o propósito de tentar controlar a dispersão terminológica gramatical⁸. Coube ao gramático a tarefa de definir os termos (im)postos pela NGB, entretanto, apesar da pretensão de homogeneidade desta última, a gramática, que não permaneceu indiferente ao saber do linguista - figura relativamente recente no quadro de pesquisas no Brasil nessa época -, passou a contar também com outras designações que não faziam parte do rol estabelecido pela NGB.

Partindo da premissa de que “nada escapa aos princípios da significação: nem as definições, nem a metalinguagem formal” (ORLANDI, 2007, p. 138), entendemos que as designações, bem como as definições que lhes são atribuídas, apontam para a filiação teórica do sujeito gramático, que, na época que estamos considerando, variavam entre uma perspectiva estruturalista, funcionalista ou gerativista (GUIMARÃES, 1996). Inclusive, no prefácio da **Moderna Gramática Brasileira**, Luft afirma que, dada a influência da Linguística Moderna, algumas designações como “sintagma”, “alomorfe”, “morfema”, “arquifonema”, “fone”, por exemplo, tornaram-se indispensáveis, apesar da tentativa de controle da NGB. Dentre as designações citadas por Luft como parte da contribuição da Linguística, destacamos a designação “sintagma”, uma das clássicas dicotomias saussurianas que se estendeu também ao campo de saber gramatical.

Michel Arrivé (2010 [2007]) aponta que, de fato, foi o mestre genebriano quem introduziu a designação “sintagma” nos estudos linguagem, com um caráter conceitual. De acordo com esse autor:

Parece que Saussure é, claramente, o primeiro que utilizou o termo *sintagma* para designar um objeto linguístico. O TLF e o DEHF concordam em lhe dar 1916 como primeira datação, data da edição original do CLG. Não há dúvida de que a datação é exata quando se levam em conta as fontes impressas: salvo esquecimento, Saussure não utiliza o termo sintagma em nenhum dos textos – todos necessariamente anteriores ao CLG, logo publicados com o autor em vida – reunidos em Recueil. Mas ele utiliza em duas ocasiões no projeto do livro ‘Da dupla essência da linguagem’: ‘Denominamos sintagma a fala efetiva’ (*Écrits*, 61; ‘fala efetiva’ se opõe a ‘*paralelia* ou fala potencial’, com essa oposição prefigurando a oposição entre ‘relações sintagmáticas’ e ‘relações associativas’). O projeto não foi datado pelos editores dos *Escritos*. Mas Rudolf Engler, em outro texto (2002, 181), data-o de dezembro de 1891. Então, parece ser desse momento que data a primeira utilização linguística de *sintagma* (Ibid., p. 74).

⁸ Esse ponto será desenvolvido posteriormente na parte “Pertencemos a uma geração que assassinou os seus... gramáticos”.

Essa designação foi constantemente retomada, tanto por linguistas europeus como americanos, e também ressignificada à medida que circulava por diversas filiações teóricas. Sobretudo, as acepções atribuídas a essa designação por diferentes linguistas ganharam sentidos cada vez mais específicos, distanciando-se da definição dada por Saussure. Além disso, a definição saussuriana de “sintagma” é frequentemente tratada como muito ampla e vaga demais em relação às acepções contemporâneas (ARRIVÉ, 2010 [2007]; CARRETER, 1990). A designação “sintagma” vem sendo retomada a partir da formulação-origem saussuriana, fazendo ressoar uma memória e mantendo apenas a aparência do mesmo a cada vez que se atualiza. Hoje, ela adquire um caráter quase que do senso comum, como se, ao ser enunciada, todos soubessem do que se trata.

O que interrogarmos nesta dissertação é como uma designação errante, que se desloca de um domínio de saber a outro, pode ter o seu sentido apreendido em uma definição, projetando um efeito de transparência, como se “sintagma” pudesse ser somente aquilo que o sujeito que a define quer que seja. Considerando que se trata de uma designação cuja definição é suscetível ao deslize, perguntamo-nos sobre o efeito de evidência da definição atribuída pelo gramático a uma designação que circulou em diferentes domínios de saber, como, por exemplo, na Linguística, na Gramática e na Antropologia, revestindo-se continuamente de sentidos outros?

Com o objetivo de questionar o efeito de evidência com que a definição atribuída à designação “sintagma” se apresenta na **Moderna Gramática Brasileira**, bem como a aparência inequívoca que se construiu em de tal definição, tomamos uma segunda obra do mesmo autor, tendo como pressuposto que todo dizer é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro. O **Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa**, além de apresentar uma definição diferente daquela atribuída a “sintagma” na **Moderna Gramática Brasileira**, projetou uma terceira obra de um autor que ficou conhecido, sobretudo, como o precursor da Linguística no Brasil, Joaquim Mattoso Câmara Júnior. A obra citada ao final do verbete “sintagma” é o **Dicionário de Filologia e Gramática**, de Mattoso Câmara. Em tal dicionário, o autor, por sua vez, retoma a definição dada por Saussure, no **Cours de Linguistique Générale** (1922 [1916])⁹, e menciona ainda o caráter fugidio da definição dada à designação “sintagma” e o distanciamento que tem se dado da formulação de Saussure.

⁹ A edição usada por Mattoso é a segunda edição francesa, publicada em 1922. A primeira edição francesa do CLG, conforme referido entre colchetes, é de 1916.

Desse modo, os próprios recortes foram projetando um horizonte de retrospectiva (AUROUX, 2008), o que atesta que “o ato de saber (a produção de conhecimento) não é ele mesmo algo sem relação com a temporalidade” (Ibid., p. 141). Considerando o trajeto dessa designação a partir da **Moderna Gramática Brasileira**, cada (re)formulação inscreve-se em uma rede parafrástica que remete a uma formulação-origem advinda de outro domínio de saber que já não é da gramática, o que o aponta para o fato de que não há conhecimento instantâneo e indiferente à historicidade.

Das obras consideradas para a nossa pesquisa, a saber, a **Moderna Gramática Brasileira** (1976), de Celso Pedro Luft, o **Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa** (1967), também de Celso Pedro Luft, o **Dicionário de Filologia e Gramática** (1964), de Mattoso Câmara, e o **Cours de Linguistique Générale** (1997 [1916])¹⁰, de Ferdinand de Saussure, recortamos a definição atribuída à designação “sintagma” para compor o objeto de análise da nossa pesquisa. Nossa proposta é entender como o sujeito inscreve seu dizer em uma rede parafrástica ao definir uma designação que é passível de ter outras definições, isto é, o que faz com que a formulação do sujeito não seja apenas mais uma, mas sim uma formulação que historiciza, que passa a fazer parte do interdiscurso. Para tanto, mobilizaremos também a noção de *função-autor* (ORLANDI, 2007 [1996]), procurando investigar o que torna uma dada formulação singular na medida em que ela própria passa a constituir o interdiscurso. Questionaremos também o efeito de evidência que constitui o ato de definir, uma vez que a nossa reflexão sobre a linguagem aceita o desconforto de não nos ajeitarmos nas evidências e no lugar do já-dito. Para tanto, desenvolveremos nosso estudo da seguinte forma:

Na **Parte I**, que designamos **A quimera da origem**, propomos uma reflexão a partir da posição teórica que assumimos acerca do sujeito e sentido, buscando problematizar a pretensão do sujeito de estar na origem do seu dizer, partindo do pressuposto que toda formulação está inscrita em uma rede parafrástica que constitui o processo discursivo, de forma que o sentido do dizer não é completo em si mesmo e só existe em relação a outros dizeres. Além disso, procuramos discorrer sobre a questão da definição na gramática e no dicionário a partir de uma perspectiva discursiva, partindo do pressuposto de que se trata de uma formulação singular que individualiza o sujeito, e não apenas mais uma formulação que

¹⁰ Destacamos que, por falta de acesso, a edição francesa do CLG que estamos considerando não é a mesma citada por Mattoso Câmara. Mesmo se tratando de edições diferentes, a página citada por Mattoso no DFG coincide com a página da edição que estamos tomando como referência.

ecoa como uma voz sem nome. Nesse sentido, mobilizamos também a noção de função-autor, na medida em que a definição projeta um efeito de unidade e transparência, colocando o sujeito como visível e responsável por aquilo que diz e escreve.

Na **Parte II**, que intitulamos **A tênue fronteira entre um domínio de saber e outro**, desenvolvemos um percurso histórico da constituição da gramática até chegarmos à gramática produzida por brasileiros. Sobre a produção gramatical no contexto brasileiro, destacamos as condições históricas em que a gramática se inscreve na segunda metade do século XX, como, por exemplo, a influência da Linguística sobre os demais domínios de saber como parâmetro de modernidade e cientificidade e, também, a proposta chomskyana de um novo conceito de gramática que a inscreve no domínio da ciência. Nesse capítulo, procuramos compreender como a gramática se constitui ao longo da história e como vai ganhando contornos específicos em dadas condições de produção.

Na **Parte III**, que intitulamos **Dizeres em rede - Desdobramento de uma definição** expomos os critérios de delimitação do objeto da nossa pesquisa - a definição - e o corpus, o qual se constitui por diferentes definições atribuídas à designação “sintagma”. Além disso, expomos também os gestos teóricos que nos orientaram no procedimento de recorte. Nessa parte, desenvolvemos a nossa análise, justificando o percurso desenvolvido. Questionamos a evidência da forma da definição, expondo-a em sua historicidade, e investigamos o que torna a definição uma formulação singular, ou seja, em que medida um dado enunciado deixa de ser uma repetição para se tornar outro, abrindo para o jogo da metáfora.

O estudo realizado não tem a pretensão de encontrar respostas definitivas para as questões colocadas, pois reconhecemos que, enquanto sujeito, estamos expostos ao real da língua e ao real da história. Este trabalho está pautado sobre a nossa leitura, o que se trata de um gesto interpretativo. Nesse sentido, esperamos que a pesquisa contribua para uma reflexão sobre a problemática da definição e que permita, ainda, questionar as evidências do mundo a nossa volta, uma vez que, para nós,

[...] Pesquisar é nos interrogar constantemente sobre tudo o que nos rodeia; pesquisar é refletir sobre o nosso dia-a-dia. Mas pesquisar não encontra formas finitas de explicação fácil do que nos rodeia. Pesquisar é empreender, é aprender constantemente. É aprender, metaforicamente, é navegar, no sentido do poeta (SCHERER, 2000, p. 17).

PARTE I

CAPÍTULO 1

A QUIMERA DA ORIGEM

1.1 Efeitos de evidência, memória e esquecimento

Na perspectiva discursiva, as evidências são entendidas como um efeito, já que não há uma relação direta entre mundo e linguagem, assim como não há uma relação de equivalência entre um e outro. Pela linguagem temos uma representação imperfeita do mundo, pois se trata dois elementos de naturezas diferentes e incompatíveis que não se sobrepõem. A discussão sobre a relação entre mundo e linguagem não é recente, e sim remonta aos filósofos gregos, que questionavam a capacidade de a linguagem expressar a verdade e também a falsidade. Pêcheux (2009 [1988])¹¹, por seu lado, interroga a possibilidade, mesmo da ciência que se pretende indiferente à ideologia, de um ponto de vista que pudesse tocar o real, quando “na verdade, todo ‘ponto de vista’ é o ponto de vista de um sujeito; uma ciência não poderia, pois, ser um ponto de vista sobre o real, uma visão ou construção que representasse o real” (Ibid., p. 168 [grifo do autor]). A utopia da dessubjetivação e da descontinuidade das ciências que aponta para a possibilidade de o sujeito se lançar para fora da ideologia, pressupondo que a ideologia tenha um exterior, não é senão um efeito fantástico e metafísico, a que Pêcheux chamou, ironicamente, de “efeito Münchhausen’, em memória ao imortal barão que se elevava pelos ares puxando-se pelos próprios cabelos” (Ibid., p. 144 [grifo do autor]).

É por essa perspectiva que entendemos que os sentidos, embora se dêem como evidentes, são uma construção de ordem histórica, imaginária e ideológica. Esse efeito é resultado do trabalho da ideologia, que, segundo Orlandi (2005 [1999], p. 46), consiste em “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições

¹¹ Ao longo do texto faremos referência à edição que estamos usando entre parênteses e, entre colchetes, faremos referência à primeira brasileira.

materiais de existência”. Mais do que isso, a ideologia é a condição para a constituição de sujeito e de sentido (Ibid.).

Segundo Pêcheux (2009 [1988]), a existência espontânea do sujeito coloca-se como uma evidência primeira que impede que se reconheça que o sujeito é chamado à existência. O indivíduo se constitui como sujeito ao ser interpelado pela ideologia (na verdade, o sujeito é sujeito desde sempre, usa-se a formulação “indivíduo” – “sujeito” para evitar a contradição de dizer que o sujeito já existiria antes de haver interpelação). A *figura* da interpelação, religiosa e policial, como destaca Pêcheux, tem o mérito de tornar tangível “o vínculo entre o ‘sujeito de direito’ (aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito; seus iguais) e o ‘sujeito ideológico’ (aquele que diz ao falar de si mesmo: ‘Sou eu!’)” (Ibid., p. 140 [grifo do autor]). Além disso, esse vínculo permite observar, dos bastidores do teatro da consciência, que se fala *do* sujeito, que se fala *ao* sujeito antes que mesmo que o sujeito possa dizer “eu falo”. Dessa forma, a evidência de que o sujeito só poderia dizer “eu” ao falar de si mesmo resulta do processo de interpelação-identificação mediado pela ideologia, que produz um efeito retroativo ao colocar o indivíduo na condição de sempre já sujeito.

É nesse sentido que podemos afirmar que não há sujeito sem ideologia nem discurso sem sujeito (Ibid.). O próprio do funcionamento da ideologia se dá pela dissimulação de sua própria existência, o que não supõe que o trabalho da ideologia seja ocultação, pelo contrário, a ideologia opera mais fortemente na produção de efeitos de evidência, de naturalização dos sentidos, colocando-se ao sujeito como algo já dado. O sujeito, assujeitado à ideologia, não reconhece o mecanismo ideológico de apagamento do processo de interpelação/identificação, já que “essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 149, grifos do autor). Assim, o sujeito acredita ter controle sobre seu dizer, submetendo-se livremente sem reconhecer que retoma dizeres já existentes e inscritos em uma dada formação ideológica.

Por seu lado, a evidência do sentido pressupõe a transparência da linguagem, como se houvesse uma relação natural entre a palavra e o sentido. Mas as palavras não têm um sentido que lhes seja próprio, vinculado à literalidade, uma vez que uma mesma palavra, expressão, proposição pode mudar de sentido de acordo com as posições daqueles que a empregam; da mesma forma, palavras, expressões, proposições diferentes podem ter o “mesmo sentido” no interior de uma dada formação discursiva. Partindo desse pressuposto, Pêcheux (2009 [1988]) distingue *base* (linguística) e *processo* (discursivo-ideológico), na medida em que a língua se apresenta como base comum (pré-requisito) para processos discursivos diferenciados.

Processo discursivo deve ser entendido como “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (Ibid., p. 148). Tal definição pressupõe que todo dizer está inscrito em uma rede parafrástica que torna a reformulação sempre possível. Se os sentidos não são transparentes e não exercem uma relação necessária com as palavras, isso não significa que a relação se dê aleatoriamente num caos absoluto, realizando-se ao acaso. O sentido das palavras, expressões, proposições constituem-se na *formação discursiva* onde estão inscritas, isto é, a formação discursiva é lugar de constituição do sentido e, inclusive, controla o que pode e deve ser dito. Segundo Pêcheux (2009 [1988], p. 149 [grifos do autor]),

[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’.

Formação discursiva pode ser entendida também como um espaço de reformulação-paráfrase que determina o que pode e deve ser dito em uma conjuntura dada (Ibid.). O sujeito, uma vez identificado com um dado discurso, inscreve seu dizer em uma rede parafrástica, retomando sentidos já existentes que sustentam e que fazem significar a sua formulação. Mas o sujeito, afetado pelo esquecimento nº 1 (Ibid.), que é da instância do inconsciente, desconhecendo as determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa, tem a ilusão de que é a origem do seu dizer, que tais palavras nunca foram ditas antes e que elas só significam aquilo que ele quer que elas signifiquem, esquecendo a existência de um discurso preexistente. Na verdade, o sujeito retoma dizeres próprios da formação discursiva que o determina ao se identificar com determinados discursos, mas não os origina. O já-dito, rede de formulações pré-existentes que constitui o interdiscurso, é dissimulado e linearizado no movimento de (re)formulação pela ilusão de que o sujeito tem autonomia sobre seu dizer. E pelo esquecimento nº 2 (Ibid.), que é da ordem do pré-consciente consciente, o sujeito tem a ilusão de que há uma relação natural entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal forma que acredita que seu dizer só pode ser dito com aquelas palavras, e não outras. Esse esquecimento é parcial, o que justifica o fato de que, muitas vezes, o sujeito recorre a famílias parafrásticas para melhor especificar seu dizer, haja vista que “o sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase” (Ibid., p. 161 [grifo do autor]).

São os esquecimentos que permitem que o sujeito acredite ter autonomia sob seu dizer, dissimulando o assujeitamento. Nessa medida, a autonomia do sujeito é apenas um efeito, uma vez que todo dizer repousa sob o repetível, fazendo com que o discurso seja, ao mesmo tempo, constituído pela memória e pelo esquecimento. O sujeito não reconhece que seu dizer se inscreve num contínuo ciclo de repetibilidade e esquecimento que se estabelece sob a forma de uma extensa rede de formulações que constitui o interdiscurso, o qual, por sua vez, determina a formação discursiva. Esse discurso-vulgata que constitui o interdiscurso ressoa na formulação do sujeito como algo estranhamente familiar e desdobra-se em paráfrase. O discurso outro que vem atravessar a formulação do sujeito se inscreve na ordem do intradiscurso sob a forma do *efeito de encadeamento do pré-construído* e o *efeito de articulação*, que “são, na realidade, determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso” (Ibid., p. 149). Segundo Pêcheux,

[...] o ‘pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da determinação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’), ao passo que a ‘articulação’ constitui o sujeito na sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (2009 [1988], p. 151). [grifos do autor]

Considerando que em uma mesma formação discursiva inscrevem-se diferentes formulações que fazem ressoar sentidos outros, a possibilidade de substituição de elementos (palavras, expressões, proposições), que caracteriza o processo discursivo, pode assumir duas formas: a da *equivalência* e a da *implicação*. A equivalência permite que dois elementos sejam passíveis de substituição com a condição de apresentarem o “mesmo sentido” em uma dada formação discursiva. A implicação, por seu lado, permite apenas a possibilidade de uma substituição orientada, isto é, se consideramos A e B como dois elementos passíveis de substituição, a substituição de A por B não é simétrica à substituição de B por A, e sim pressupõe antes um *encadeamento entre os dois elementos substituíveis que vem a se atravessar perpendicularmente na formulação do sujeito*. A esse encadeamento que se atravessa e é linearizado na formulação do sujeito Pêcheux (Ibid.) designou *discurso transverso*. Afetado pelos esquecimentos, o sujeito tende a absorver os elementos do interdiscurso no intradiscurso (fio do discurso do sujeito), ao apropriar-se de já-ditos que determinam a sua formulação, fazendo com que o mesmo tome a forma do diferente por meio de reformulações parafrásticas ou por metonímia. Os elementos do interdiscurso que constituem os traços daquilo que determina o dizer do sujeito podem ser confundidos a tal

ponto que deixa de existir a demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que é dito, na medida em que, pelo fenômeno de paráfrase e o reformulação, os sujeitos dominados por uma dada formação discursiva se reconhecem entre si como espelho uns dos outros.

Courtine (1999, p. 19) questiona, mais especificamente, quais são “as modalidades de constituição, no interdiscurso, de séries de formulações: como um espaço de repetição inscreve-se num conjunto desnivelado de discurso?”. Segundo o autor, para formular uma possível resposta a essa questão é necessário que se leve em conta todas as formas de discurso relatado, que são, segundo o autor, os espaços em que se materializam linguisticamente as remissões a outros discursos, sobretudo, citações ao texto primeiro portadores das formulações-origem. Uma vez inscritas no discurso, as formulações-origem derivam em seu trajeto transformando-se, misturando memória e esquecimento. À medida que elas são retomadas, as marcas sintáticas do discurso relatado vão sendo apagadas, garantindo a eficácia do assujeitamento, assim como a ilusão do sujeito de autonomia sobre seu dizer. Além da citação, as marcas linguísticas revelam também a formação do pré-construído, isto é, a retomada de uma formulação já dita que vem a se encaixar em uma formulação posterior sob uma forma nominalizada, servindo de base para a constituição de uma série de formulações. Segundo Courtine (Ibid.), a citação, a recitação, a formação do pré-construído são modalidades em que o já dito se apresenta na formulação do sujeito, pois segundo o autor, “é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial no domínio da memória como espaço de recorrência das formulações” (COURTINE, 1999, p. 20).

Existe, no entanto, a possibilidade de algo romper com a ordem da repetibilidade, instaurando no processo discursivo uma nova forma de repetição a partir de uma formulação que não está na ordem do já dito. Segundo Courtine (Ibid., p. 21), essa segunda modalidade de repetição é:

[...] uma repetição vertical, que não é aquela da série de formulações que formam enunciado, mas o que se repete a partir disso, um não-sabido, um não-reconhecido, deslocado, deslocando-se no enunciado: uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem da *memória lacunar ou com falhas*. [grifos do autor]

O enunciado não encontra eco em uma formulação anterior, e assim, ele próprio é que passa a constituir um já dito, inscrevendo-se no interdiscurso. Memória e esquecimento

constituem o discurso simultaneamente, de forma que o contínuo ciclo de repetibilidade discursiva está sempre sujeito à falha e que a memória logo trata de disfarçar essa lacuna inscrevendo o enunciado na ordem do interdiscurso, simulando um efeito de continuidade. Nessa medida, o discurso não é *do* sujeito; trata-se, pois, de um processo de identificação, isto é, o sujeito se identifica com um dado discurso e retoma sentidos já existentes, inscrevendo seu dizer em uma rede parafrástica. É por este viés que Courtine (1999) afirma que não há sujeito no interdiscurso, a não ser para designar um lugar propriamente inominável, fazendo ressoar apenas uma voz sem nome. Mesmo que as palavras não sejam do sujeito, ele assume a responsabilidade para si ao fazer das palavras do outro as suas palavras. Pêcheux (2009 [1988], p. 198 [grifos do autor]), nesse sentido, afirma que “todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos (por suas ‘condutas’ e por suas ‘palavras’) em cada prática em que se inscreve”.

Para que o dizer signifique, é preciso que ressoe no domínio da memória. A estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência (que garante o funcionamento da memória discursiva e também da produção de sentido) é passível de se tornar lacunar, pois a memória discursiva está sujeita a falhas. No movimento de formulação e reformulação é possível que um dado enunciado saia da ordem do repetível, escapando à série de relações parafrásticas. Então, a partir dessa formulação, instaura-se no processo discursivo uma nova forma de repetição que tende a dissimular a descontinuidade, principalmente pelo apagamento do nome próprio daquele que primeiro enunciou, fazendo ecoar no discurso apenas uma *voz sem nome* (COURTINE, 1999).

Segundo Pêcheux (1999, p. 52), essa regularização discursiva, caucionada pelo papel da memória, “é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória”. Segundo o autor, nesse confronto entre uma memória e uma atualidade, há sempre um jogo de força na memória que atua simultaneamente. De um lado, há um jogo de força que tende a manter a regularização discursiva, de forma que a memória tende a absorver o acontecimento, inscrevendo-o no fio do discurso e simulando que não houve ruptura. De outro lado, há um jogo de força que insiste na descontinuidade, agindo no sentido de desregular a memória que lhe é anterior, produzindo retrospectivamente uma outra série sobre a primeira, ou seja, tal ruptura pode suscitar novas práticas de leitura de forma que algo que é da ordem de um já conhecido possa ser interpretado de forma diferente. Pêcheux (Ibid.) destaca que a ruptura pode ser instaurada não só por meio de dizeres outros que

escapam ao processo parafrástico, mas também que a própria repetição de itens lexicais e de enunciados pode instaurar a divisão da identidade material do item, isto é,

[...] sob o mesmo da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase (Ibid., p. 53).

É possível que o diferente tome a forma do mesmo em uma dada formação discursiva. Partindo do pressuposto que as fronteiras que separam uma formação discursiva e outra são porosas e lacunares, consideramos a possibilidade de deslocamentos de enunciados entre diferentes domínios de saber, que antes de desdobrarem-se em paráfrase em cada domínio, abrem-se para o jogo da metáfora. É nessa medida que Courtine e Marandin (1981, p. 24) consideram a

[...] FD comme hétérogène à elle-même: la clôture d'une FD est fondamentalement instable, ele ne consiste pas en une limite tracée une fois pour toutes séparant un intérieur et un extérieur, mais s'inscrit entre diverses FD comme une frontière qui se déplace en fonction des enjeux de la lutte idéologique¹².

Considerando a instabilidade das fronteiras que delimitam uma FD de outra e a própria heterogeneidade que as constituem, a relação entre FDs se estabelece de forma dissimétrica, o que implica dizer que uma não é o avesso da outra. Além disso, o discurso não é “do sujeito” para que ele mantenha as suas palavras circunscritas unicamente a uma dada FD. Uma FD pode comportar elementos próprios de outras FDs por retomada e reformulação conforme a tomada de posição do sujeito em relação à FD que o domina. As palavras ganham outros sentidos ao serem deslocadas de uma FD a outra, uma vez que as palavras não têm um sentido que lhe seja próprio.

Dessa forma, uma mesma designação pode ser retomada em diferentes FDs com definições específicas, que asseguram sua identidade como própria de um domínio de saber e não de outro. A designação “sintagma”, por exemplo, que junto à proposta de modernização intelectual baseada no modelo de ciência da Linguística (PAVEL, 1990) passa a fazer parte de diferentes domínios de saber, passando pela própria Linguística, com Saussure; pela

¹² “FD como heterogênea a ela mesma: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado uma vez por todas separando um interior e um exterior, mas se inscreve em diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos jogos da luta ideológica” [tradução sob nossa responsabilidade].

Antropologia, com Lévi-Strauss; e também é retomada na proposta chomskyana de Gramática Sintagmática, um dos modelos de descrição linguística. A designação “sintagma” se propagou de tal forma em diferentes domínios de saber que parece ter ganhado um sentido comum, como se ao ser enunciada todos soubessem do que se trata. Nesse sentido, questionamos como a definição atribuída à designação “sintagma”, ao ser sucessivamente retomada, vai ganhando contornos específicos e produzindo efeitos de sentido diferentes sob a aparência do mesmo? Além disso, o que faz com que uma dada definição se torne uma formulação singular que historiciza e passa a fazer parte do interdiscurso ao ser referida como ponto de origem do processo discursivo? Como o sujeito se constitui enquanto autor ao definir uma dada designação que parece ser da ordem do já dito e a singulariza de forma que tal formulação é retomada como “segundo X, sintagma é...”? Como se constitui a função-autor na definição?

É preciso considerar que estamos entendendo o autor como uma função do sujeito na sua relação com o texto e com a interpretação, tal como propõe Orlandi (2005 [1999]; 2007 [1996]), e não o autor em relação à obra, no sentido foucaultiano. Ainda que a noção função-autor seja retomada de Foucault (2002 [1971]), há um deslocamento dessa noção na perspectiva discursiva, pois também os pressupostos teóricos em que está pautado esse estudo não são indiferentes ao deslizamento de sentido promovido pela passagem de uma mesma designação de um domínio de saber a outro.

1.2 A noção de função (-) autor¹³

O questionamento da evidência sobre que é o *autor* é proposto por Michel Foucault (1971) em **L'ordre du discours** (A ordem do discurso), temática que é retomada e aprofundada posteriormente pelo mesmo autor, em 1983, na obra **Qu'est-ce qu'un auteur?** (O que é um autor?). Antes de tudo, é preciso destacar que a noção de autor, para Foucault, tem uma relação intrínseca com a escrita. Por isso, ele vai questionar também a noção de obra, isto é, se tudo o que um autor escreve poderia ser considerado como parte de sua obra. Nesse caso, a função autor está sendo considerada em um sentido restrito, isto é, o autor que

¹³ O jogo com o hífen é proposital, uma vez que mobilizaremos aqui duas leituras diferentes sobre essa questão: *função autor* – Foucault (2002 [1971]; 1992 [1983]); e *função-autor* – Orlandi (2006 [1988]; 2007 [1996]; 2005 [1999]).

Foucault está considerando é o autor de um texto, de um livro ou de uma obra. Não são todos os textos escritos que são providos da função autor. Uma carta, por exemplo, pode ter um remetente, mas não um autor. Isso porque “a função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 1992 [1983], p. 46).

Considerando os domínios em que a atribuição a um autor é usual, como na Literatura, na Filosofia e na Ciência, Foucault afirma que o papel desempenhado pela autoria pode apresentar variações ao longo do tempo, uma vez que essa atribuição é sensível às condições históricas e funciona diferentemente quando se trata de um texto literário ou científico. Em relação aos textos científicos especificamente, na Idade Média eles só eram recebidos como verdadeiros se assinalados com o nome do autor, o que atribuía ao discurso um efeito de comprovação. Já no século XVII ou no século XVIII, os textos são recebidos no anonimato de uma verdade estabelecida ou constantemente demonstrável, de modo que o nome do autor serve pouco mais do que batizar um teorema. Os textos passam a ter autores a partir do final do século XVIII, quando os discursos se tornam transgressores e seus respectivos autores passam a ser responsabilizados e sujeitos à punição. Tendo em vista esses perigos que rondam o discurso e que podem comprometer o sujeito, Foucault discorre sobre os procedimentos de controle e de delimitação do discurso, partindo do pressuposto de que

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que tem por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade (2002 [1971], p. 2).

Para Foucault, o autor seria um dos mecanismos de controle interno ao discurso que limita o acaso com o jogo de uma identidade, com a forma da individualidade do eu. Assim, o autor deve ser entendido “não como o indivíduo que fala, o indivíduo que pronunciou ou escreve um texto, mas como *princípio de agrupamento de um discurso, como unidade e origem de suas significações, como lastro de sua coerência*”¹⁴ (FOUCAULT, 2002 [1971], p. 5, grifos nossos).

¹⁴ Particularmente, essa definição foucaultiana de autor proposta é constantemente retomada por Orlandi, como pode ser visto nos recortes abaixo:

a) “Trata-se de considerar o autor como o princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foyer de sua coerência” (ORLANDI, 2006 [1988], p. 61).

b) “o autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações” (ORLANDI, 2007 [1996], p. 68).

A noção autor é retomada na Análise de Discurso não como o indivíduo, sujeito empírico exterior ao texto, mas enquanto uma função do sujeito que o coloca em relação à exterioridade, isto é, a função-autor não é algo projetado da exterioridade para dentro do texto, mas aquilo que projeta o sujeito na sua relação com a exterioridade. É preciso considerar ainda que a noção função-autor possui um percurso na Análise de Discurso que ganha contornos específicos e vai se deslocando em dados momentos. Não se trata de contradição, mas de considerar a função-autor sob diferentes aspectos. Nesse sentido, tomaremos aqui especificamente três textos em que a noção função-autor, parece-nos, é tomada de forma diferente por Orlandi: *Unidade e dispersão: Uma questão do texto e do sujeito* (do livro **Discurso e Leitura**), *Função-autor* (do livro **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**), e *Autoria e Interpretação* (do livro **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**).

No texto *Unidade e dispersão: Uma questão do texto e do sujeito*, de Orlandi e Guimarães (2006 [1988]), ao se retomar a definição de autor, propõe-se uma articulação entre essa noção, proposta por Foucault (1971) e a noção de função enunciativa do sujeito, proposta por Ducrot (1984). A partir dessa relação, a autoria deve ser entendida como uma função do sujeito, na medida em que o sujeito não é exterior ao texto, nem o autor é um elemento da exterioridade. Orlandi e Guimarães (Ibid.) propuseram estender a noção função-autor para o uso corrente como necessário para qualquer discurso, enquanto função enunciativa do sujeito. Assim, a noção função-autor proposta pelos autores não se limita a um quadro restrito de discursos providos da função-autor, como propõe Foucault. Para Orlandi e Guimarães (Ibid.), a função-autor se realiza toda vez que o sujeito se representa como produtor da linguagem, isto é, como aquele que se coloca, imaginariamente, na origem do que diz, o *foyer* da sua própria coerência:

Podemos pensar essa unidade que se faz a partir da heterogeneidade e que deriva do princípio de autoria como uma *função enunciativa*. Teríamos, então, as várias funções enunciativas do sujeito falante, como segue, e nessa ordem: locutor, enunciador e autor. O locutor é aquele que se representa como ‘eu’ no discurso, o enunciador é a perspectiva que esse ‘eu’ constrói, e o autor é a função social que

c) “O autor é então considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de sua coerência” (ORLANDI, 2005 [1999], p. 75).

A retomada da definição de autor proposta por Foucault, como mostra os recortes acima, contribui para a discussão da problemática da definição não enquanto uma formulação qualquer, mas enquanto uma formulação singular constantemente retomada que instaura um lugar de memória e que dá visibilidade ao sujeito que define, colocando-o como responsável por aquilo que diz e escreve. Ainda que a noção de autor seja deslocada em uma perspectiva discursiva, a definição de autor atribuída por Foucault ressoa no interdiscurso como uma formulação-origem que retorna e é atualizada na formulação do sujeito.

esse 'eu' assume enquanto produtor da linguagem (ORLANDI; GUIMARÃES, 2006, p. 61). [grifo nosso]

Nesse caso, a função-autor diferencia-se das outras duas funções enunciativas, locutor e enunciador, propostas por Ducrot (1984), pelo fato de que esse “eu-autor” não é o falante empírico e também não é o sujeito que se marca linguisticamente no discurso; o autor, enquanto função enunciativa, seria esse “eu” que se constitui pela ilusão do sujeito de poder estar fora da língua e assim poder controlar o seu dizer e dissimular a sua própria subjetividade.

[...] se é verdade como diz a enunciação, que o sujeito se marca no discurso por um mecanismo enunciativo, não é menos verdade que, por aí, em contrapartida, também o discurso se inscreve no sujeito. E essa inscrição, esse efeito discursivo, resulta no apagamento do sujeito [...]. O autor, enquanto tal, apaga o sujeito produzindo uma unidade que resulta de uma relação de determinação do sujeito pelo seu discurso (Ibid., p. 61-62).

O autor, enquanto função enunciativa, constitui-se pela ilusão de poder controlar a dispersão e a heterogeneidade do dizer dissimulando a própria subjetividade com o propósito de construir uma perspectiva única e impessoal. Neste processo, além da projeção de um efeito de objetividade, produz-se também um efeito de universalidade, criando-se, assim, um espaço enunciativo de aparência semanticamente estável em que os dizeres são administrados pelo sujeito a partir da função-autor, de modo a serem encobertas vozes destoantes sob a ilusão de uma perspectiva universal. Projeta-se um efeito de que o sujeito, enquanto função-autor, é exterior ao texto e que, portanto, ele pode manipulá-lo.

Na obra **Interpretação** (2007 [1996]), a noção função-autor é retomada enquanto *função enunciativa do sujeito*, mas interessa nessa obra, sobretudo, discutir a função-autor na sua relação com a interpretação, na medida em que

[...] o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. O que significa que, embora ele se constitua pela repetição, esta é parte da história e não mero exercício mnemônico” (ORLANDI, 2007 [1996], p. 69).

Dessa forma, entende-se que a particularidade da função-autor está em produzir um lugar de interpretação em meio a outros, ou seja, a condição para que o sujeito se constitua enquanto autor é um gesto de interpretação singular, o que faz com que dizeres já existentes

signifiquem de forma diferente. Pela função-autor, o sujeito “inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer” (ORLANDI, 2007 [1996], p. 70), o que não significa que o sujeito enquanto autor instaure uma discursividade, no sentido de Foucault. A função-autor não é exclusiva somente daqueles que produzem uma leitura original; colocar-se como autor é inscrever o seu dizer na ordem da repetição histórica por meio de um gesto interpretativo. A originalidade é da ordem da ilusão do sujeito, que retoma dizeres já existentes e os faz significar diferente, como se as palavras não tivessem história. Tal ilusão é necessária para a constituição do sujeito e a produção dos sentidos, na medida em que o sujeito, afetado pelo esquecimento e pela ilusão de autonomia sobre seu dizer, toma esses saberes já existentes e os reformula em seu discurso atribuindo-lhe um gesto singular. Por não haver saberes originalmente novos e descontínuos, o gesto interpretativo confere ao sujeito um lugar singular em meio a outros, o lugar de autor.

A simulação do apagamento das marcas linguísticas da primeira pessoa, frequente principalmente na prática científica, confere ao dizer um efeito de objetividade, como se a linguagem pudesse falar por si mesma ou como se fosse possível falar do lugar da não-pessoa (BENVENISTE, 1989) ou do lugar de quem quer que seja. Essa simulação do discurso sem sujeito, a pretensão utópica de se chegar ao “discurso da ciência”, constitui-se pela ausência do sujeito que se faz presente pela sua falta. Nessa medida, vai-se construindo um universo de proposições de aparência logicamente estável, sob o efeito de que o sentido independe da enunciação, de forma que todos entendem do que se fala. No entanto, contraditoriamente, se por um lado procura-se apagar as marcas linguísticas que individualizam o sujeito, projetando no discurso um efeito de objetividade e, sobretudo, de distanciamento, dissimulando o próprio gesto interpretativo, por outro lado, o sujeito se torna visível ao ser individualizado e responsabilizado por aquilo que diz e escreve. Cria-se, deste modo, um efeito de que esse eu no discurso quisesse esconder-se atrás de um nós, inscrever seu dizer numa esteira de dizeres que vêm ecoando e fazendo ressoar uma voz sem nome, negando o ato de interpretar ao mesmo tempo em que se interpreta.

Os esquecimentos constitutivos do sujeito na sua relação com a noção função-autor nos permitem refletir sobre a constituição dos efeitos de evidência, assim como questionar a pretensão de origem e controle de sentidos, uma vez que entendemos que o sujeito não origina sentidos, ele ressignifica sentidos já existentes, sendo nisso que reside a função-autor. É assim que entendemos a questão do autor enquanto uma função do sujeito, na medida em que há

produção de um gesto interpretativo em meio a outros; é este gesto o princípio organizador do texto, o que garante tanto a unidade quanto a coerência.

Já na obra **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos** (2005 [1999]), a função-autor é tomada enquanto *função discursiva do sujeito*, isto é,

[...] se o locutor se representa como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse eu assume, a *função discursiva autor* é a função que esse eu assume enquanto produtor da linguagem, produtor de texto (ORLANDI, 2005, p. 75). [grifos nossos]

Orlandi (Ibid.) coloca a noção de autor não em relação ao discurso, e também não em relação à obra como quer Foucault (1971), mas em relação ao texto que produz, de quem se espera que apresente:

[...] coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, clareza, originalidade, relevância e, entre outras coisas, unidade, não-contradição, progressão e duração de seu discurso, ou melhor, de seu texto (Ibid., p. 75-76).

Orlandi (2005 [1999]) propõe uma distinção entre texto e discurso e também uma distinção entre sujeito e autor, de forma que o sujeito está para o discurso da mesma forma que o autor está para o texto. O discurso, como sabemos, é entendido como efeito de sentido entre locutores; já o texto é proposto por Orlandi (Ibid., p. 73) como “uma unidade que podemos, empiricamente, representar como tendo começo, meio e fim, uma superfície fechada nela mesma”. Desse modo, a definição de texto independe da sua extensão ou de sua materialidade (se é oral ou escrito). Para que um texto seja considerado enquanto tal, importa que ele signifique, que tenha unidade e coerência, tornando “o sujeito visível (enquanto autor) com suas intenções, objetivos, direção argumentativa. Um sujeito visível é calculável, identificável controlável” (Ibid., p. 76).

Essa visibilidade que identifica o sujeito como autor acaba por responsabilizá-lo por aquilo que é dito. O autor é uma forma de relação do sujeito com a exterioridade que o determina, uma vez que, “sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os processos disciplinares” (Ibid., p. 75).

A partir do que entendemos por função-autor, a definição poderia ser considerada uma formulação singular na medida em que expõe o sujeito à visibilidade a partir do gesto interpretativo. Além disso, a forma da definição projeta um efeito de fechamento para que não signifique outra coisa a não ser o que o sujeito espera que signifique, ao mesmo tempo em que mascara o gesto interpretativo, fazendo parecer que o dizer é da ordem da evidência e que o sujeito é exterior ao seu dizer. Dessa forma, entendemos que definir poderia ser considerado um gesto singular que coloca o sujeito como responsável por aquilo que diz e escreve, simulando estar na origem do seu dizer, como se as palavras não tivessem história. As definições que nos interessam neste trabalho, dada a natureza dos nossos recortes, são as do dicionário e da gramática, dois instrumentos linguísticos (AUROUX, 1992) que tem o seu efeito de precisão assegurado pela definição.

1.3 A definição na gramática

A definição é uma questão que permeia a gramática e também o dicionário por se tratar de uma formulação de aparência semanticamente inequívoca que atribui a esses dois instrumentos linguísticos um efeito de precisão e o interdito da dúvida. Por meio de proposições de aparência semanticamente estável, a gramática, assim como o dicionário, constrói uma imagem que projeta um efeito de totalidade do saber sobre a língua, de forma que “a exigência de completude toma, então, uma coloração imaginária e se transpõe em termos de totalidade: totalidade qualitativa, isto é, perfeição [...]; totalidade quantitativa – é por isso que só concebemos uma gramática se ela for completa” (MILNER, 1987 p. 26).

Entretanto, trata-se de um efeito de totalidade e completude que projeta sobre a gramática uma imagem de obra acabada e de saber inquestionável e evidente. Nesse sentido, não vemos a gramática como um objeto sacralizado com todas as respostas tidas como verdadeiras e universais; vemos, sim, a gramática como resultado de um processo de construção de um saber que é constituído em condições históricas determinadas por sujeitos afetados ideologicamente. É por esta via que questionamos a gramática como *espaço discursivo semanticamente estabilizado* (PÊCHEUX, 2008 [1990]), constituído por meio de proposições de aparência evidente onde a interpretação é negada, isto é, o sujeito interpreta, mas nega que seu posicionamento parta de um gesto interpretativo. A gramática se constitui

como o lugar da certeza e da verdade do saber sobre a língua, lugar em que o sentido é vigiado para que não haja a possibilidade de o sentido poder vir a ser outro. Inclusive, seu caráter normativo e sua tendência a formular regras contribuem para a construção de um efeito de estabilidade lógica do sentido, simulando que o saber é a-histórico e indiferente à autoria.

Em meio a essas proposições de aparência lógica, a definição se destaca por apresentar o saber de tal modo que pareça ser uma evidência, como se a definição tocasse o real, por isso, significando a verdade. Além disso, segundo Pêcheux (Ibid., p. 31), nesses espaços discursivos

[...] supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem transparentemente, em uma descrição adequada do universo.

Nesses espaços discursivos de aparência logicamente estáveis, a ilusão da ausência do sujeito simula o funcionamento da linguagem sobre si mesma, fazendo parecer que um determinado saber existisse em um plano exterior ao sujeito e indiferente à ação do tempo. Com isso, produz-se um efeito de que não se trata de um ponto de vista, mas de um saber absoluto e universal. Além disso, nesse discurso metalinguístico, o efeito de apagamento do sujeito faz parecer que o sujeito e o saber se situam em esferas diferentes, tentando desfazer qualquer aproximação entre um e outro e projetando um efeito de objetividade e exatidão por meio de proposições de aparência inequívoca. Em relação a essa pretensão de objetividade, o que Pêcheux (1990) vai colocar em causa é que, se o real existe e independe de qualquer discurso feito a seu respeito, então o real pode ser entendido como pontos de impossível, no sentido que qualquer discurso feito acerca de um objeto determinado será sempre uma possibilidade, uma vez que está investido de um gesto interpretativo, embora este se apresente mascarado por um efeito de evidência.

Para Haroche (1992), esse espaço semanticamente estável que se constitui pela exigência de clareza, de desambiguação, de determinação, de perfeita legibilidade são mecanismos de individualização que se inscrevem no postulado geral que subentende toda gramática. São exigências que tem o objetivo de tornar o sujeito visível e controlável, simulando dar ao sujeito o controle sobre seu dizer, quando, na verdade, trata-se de uma manifestação de uma auto-repressão livremente consentida e induzida pelo Estado no

indivíduo (Ibid.). Segundo a autora, esse lugar de visibilidade que o sujeito assume na gramática é também um lugar acessível a apenas alguns, negado à maioria, que é o próprio privilégio da interpretação, isto é, a gramática se constitui como um lugar que dá visibilidade e legitimidade a um gesto interpretativo. Esse lugar privilegiado onde a sujeito, apesar da dissimulação da própria subjetividade, torna visível a si próprio e ao seu gesto de leitura é concedido pela *divisão social do trabalho da leitura* (PÊCHEUX, 1997), isto é, a alguns, é reservado o direito de produzir leituras originais e, a outros, a tarefa subalterna de sustentar as ditas interpretações. Essa divisão remonta à Idade Média, no meio dos clérigos, quando o direito a ter uma obra investida de uma leitura própria era privilégio reservado a alguns, enquanto ao grupo de todos os outros cabia o gesto incansavelmente repetido de cópia, transcrição, etc¹⁵.

Dentre aqueles que estão autorizados a interpretar, a produzir uma obra em seu próprio nome, o gramático ocupa um lugar privilegiado porque define, isto é, por trabalhar em torno daquilo que parece ser o sentido primeiro e que, inclusive, resiste ao não apagamento do sujeito que define, como forma de individualização do sujeito. A definição significa no/pelo efeito de propriedade do gesto interpretativo, de forma que uma definição só se perpetuará no fio do discurso se for atribuída a um sujeito que está autorizado a definir.

Assim, ao questionarmos a pretensão de evidência da gramática, nossa reflexão recai sobre a problemática da definição por entendermos que se trata de uma formulação que tem a pretensão de interditar outras leituras, assegurando assim o efeito de precisão da gramática. Interessa-nos, para a nossa pesquisa, não a gramática como um todo, mas a definição como um dos aspectos que constitui a gramática e que contribui para a formação desse espaço semanticamente estabilizado. Além disso, insistimos em considerar a definição enquanto uma formulação singular de aparência semanticamente estável que assegura um dado gesto interpretativo e que se perpetua no interdiscurso a partir de uma constante retomada. Para tanto, é preciso considerar como a definição se situa na gramática, isto é, qual o lugar da definição na gramática e como ela contribui para a constituição do todo da gramática. Segundo Auroux (1992), para que uma gramática seja definida enquanto tal, ela deve apresentar pelo menos:

¹⁵ Auroux (1992) destaca que, mesmo quando a reprodução dos livros era feita de forma manuscrita, ainda havia espaço para o deslize. Somente com o aparecimento da imprensa é que há definitivamente uma separação entre a produção intelectual do texto de sua reprodução material, pois “a prática manuscrita medieval deixa teoricamente espaço, em cada exemplar, para a variabilidade, sobretudo ortográfica. Com a imprensa, não apenas a multiplicação do mesmo é incontornável, como a normalização dos vernáculos se torna uma questão de standardização profissional” (Ibid., p. 52).

- a) uma categorização das unidades¹⁶;
- b) exemplos; e
- c) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados.

A questão da definição fica pressuposta junto à categorização das unidades, assim como a classificação e a nomeação, uma vez que, segundo esse autor, a categorização das unidades supõe a elaboração de termos teóricos e uma fragmentação da cadeia falada. A fragmentação, por si só, já é uma representação teórica, que, segundo Aurox (Ibid., p. 68), “não é independente da categorização (pois recortar é o mesmo que classificar)”. Além disso, o caráter de termos teóricos que revestem as classes de palavras e a sua relativa estabilidade contribuiu para uma economia de um grande número de informações gramaticais, pois, embora não se fale nem se escreva com definições, nós as pressupomos ao falar, ao escrever.

Aurox (Ibid., p. 101 [grifo do autor]) afirma que, “entre todas as disciplinas científicas, a gramática é, sem dúvida, a que possui o *vocabulário teórico próprio* mais estável e mais antigo”. A estabilidade da terminologia gramatical nos vernáculos é atribuída à forma como ela é tomada da gramática latina, que é “por empréstimo opaco (adaptação pura e simples do termo latino), mais do que por empréstimo parafrástico (tradução da significação etimológica do termo latino correspondente)” (Ibid., p. 45). Por outro lado, “as estruturas de classificação e as definições (com exceção de um número cuja função é muito convencional) vão variar largamente no curso dos séculos” (Ibid., p. 104).

Por esse mecanismo de tradução, os exemplos, que constituem um elemento decisivo para a gramatização, também adquirem estabilidade ao serem tomados de uma língua a outra. Os exemplos¹⁷ podem ser fabricados pelo gramático ou ser tomados de um corpus sob forma de citação ou excerto com a função de demonstrar o conceito e servir de modelo para a formulação de regras, quando não chegam a ocupar o lugar da regra. Portanto, os exemplos

¹⁶ Isto é, as classes de palavras, ou, segundo a denominação antiga, *as partes do discurso* (nome – substantivo e adjetivo – verbo, partícipto, artigo, pronome, preposições, advérbio, conjunção).

¹⁷ Sobre a questão do exemplo nos estudos gramaticais, destacamos o trabalho de Dias (2006), que estuda, nas gramáticas brasileiras, o funcionamento de exemplos em relação ao conceito. O autor desenvolve a noção de *exemplo-ilha* e *exemplo-colmeia*. O exemplo-ilha são aqueles “exemplos que, ora são efetivos, mas não se integram ao conceito, e ora são apresentados em função do conceito, mas estão longe de se constituírem em peças efetivas do uso lingüístico” (Ibid., p. 47). Mesmo um exemplo tomado da literatura, dependendo da seleção do gramático, pode não demonstrar o conceito por perder a capacidade de generalização, rendendo-se ao discurso singular onde nasceu. Da mesma forma, um exemplo construído pelo próprio autor pode servir apenas para comprovar uma afirmação teórica, sem que tenha um funcionamento efetivo. Já os exemplos-colmeia são aqueles “exemplos elaborados para um fim específico de demonstração ganham ancoragem em exemplos efetivamente realizados” (Ibid., p. 52).

testemunham sempre uma certa realidade linguística e são tomados como o núcleo da língua gramatizada.

Desde a NGB, a gramática brasileira passou a ser dividida em três grandes partes, *a fonética, a morfologia e a sintaxe*. No entanto, nem todas as gramáticas se limitam a essas três partes e tampouco seguem essa ordem. Dentro dessas grandes partes, a gramática se subdivide em uma categorização das unidades que, por sua vez, subdivide-se em sucessivas classificações. Por regra, tais categorias são nomeadas (pela NGB) e definidas pelo gramático. Os termos teóricos mostram-se pouco variáveis, enquanto as definições apresentam variações, isto é, efeitos parafrásticos que permitem inscrever tal enunciado como próprio do domínio de saber do gramático. Para ilustrar o funcionamento da definição na gramática, selecionamos algumas designações recorrentes na parte de sintaxe em gramáticas distintas publicadas após a instauração da NGB, conforme segue no quadro exposto a seguir:

	Adriano Gama Kury – Pequena Gramática (1959)	Celso Pedro Luft – Gramática Resumida (1960)	Evanildo Bechara – Moderna Gramática Portuguesa (1971)
Frase	<i>Frase</i> é qualquer enunciação que encerra um sentido em si mesma. Exs.: 1º, “Ora bolas!”; 2º “Que calor!”; 3º “Choveu muito hoje”; 4º Devagar se vai ao longe”; 5º “Em casa de ferreiro, espêto de pau”; 6º “Linda manhã!”; 7º “Diga ao povo que fico”, 8º “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever” (p. 93).	<i>Frase</i> é qualquer enunciado com sentido próprio (p. 124).	Bechara não introduz o conceito de <i>frase</i>
Oração	<i>Oração</i> (‘independente’) é a frase que possui um predicado. São ‘orações’ as frases dos exemplos 3º a 8º (p. 93).	Oração é uma unidade frásica que se caracteriza pela presença de um predicado, de um verbo (p. 124).	- <i>Oração é a unidade do discurso.</i> A oração encerra a menor unidade de sentido do discurso com propósitos definidos, utilizando os elementos que a língua dispõe de acordo com determinados modelos convencionais de estruturação oracional (p. 194).
Período	<i>Período</i> é a oração ou o grupo de orações que terminam por uma pausa bem definida, assinalada por um ponto de exclamação, ponto de interrogação, reticências e dois pontos (p. 94).	<i>Período</i> é um enunciado constituído de uma ou mais orações e terminado por uma pausa bem definida, marcada na escrita por um ponto, ponto-de-exclamação, de-interrogação, reticências e, mais raro, por dois pontos (Então ele contou a sua história: <i>Morava longe, no cabo do mundo...</i>) (p. 124).	Chama-se <i>período</i> o conjunto oracional cuja enunciação termina por silêncio ou pausa mais apreciável, indicada normalmente na escrita por ponto (p. 199).

Quadro 1 - A definição na gramática

A partir do quadro comparativo exposto anteriormente, é possível estabelecer um fórmula geral que determina a formulação da definição na gramática. A definição na gramática poderia ser representada pela fórmula:

[designação] [é (verbo ser no presente)] [nominalização] [oração relativa/adjunto adnominal]

[*Frase*] [é] [qualquer enunciação] [que encerra um sentido em si mesma]

[*Frase*] [é] [qualquer enunciado] [com sentido próprio]

[*Oração* (‘independente’)] [é] [a frase] [que possui um predicado]

[*Oração*] [é] [uma unidade frásica] [que se caracteriza pela presença de um predicado, de um verbo]

[*Oração*] [é] [a unidade do discurso]

[*Período*] [é] [a oração ou o grupo de orações] [que terminam por uma pausa bem definida]

[*Período*] [é] [um enunciado] [constituído de uma ou mais orações e terminado por uma pausa bem definida, marcada na escrita por um ponto]

Uma vez que se trata de definições atribuídas, por diferentes gramáticos, às mesmas designações, pode-se considerar que tais formulações inscrevem-se em uma rede que faz ressoar o interdiscurso, aquilo que se repete sob a forma do diferente e que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações, fazendo com que a cada formulação o já dito retorne para fazer significar outro dizer. Diante da pretensão de certeza que guarda a forma da definição, permanece a possibilidade latente de o dizer sempre poder se tornar outro. Sob a forma da definição, o sujeito dissimula essa possibilidade produzindo um efeito de evidência e de controle sobre o seu dizer, como se aquilo que diz só pudesse ser dito de tal forma e não de outra.

Um outro aspecto que contribui para a constituição do efeito de evidência na gramática é a sua organização, que segue a regra conforme o quadro acima: categorização das unidades, classificação, designação, definição, exemplo, e assim sucessivamente. Como a gramática e também o dicionário são obras para consulta¹⁸, não se trata de um texto com progressão, início, meio e fim, tal como as obras para leitura, ou seja, cada definição tem o seu próprio fechamento. Nesse sentido, em relação ao dicionário, Rey (1970, p. 49) afirma que “il ne s’agit pas d’une véritable lecture, c’est une forme particulière de *consultation*, c’est-à-dire de confrontation entre une connaissance partielle et une information prévisible destinée à la compléter, à la détruire, à la remplacer”¹⁹ (grifos do autor).

Considerando esse caráter de consulta da gramática e do dicionário, destacamos a definição nesses instrumentos linguísticos por se tratar de uma formulação concisa que produz

¹⁸ Em relação a esse caráter de consulta da gramática e do dicionário, o gramático Ataliba Castilhos em entrevista no “Programa do Jô”, exibido em 19 de julho de 2011, na Emissora de Televisão Rede Globo, conta a seguinte anedota: “Lembra daquela história do sujeito que ficou preso 30 anos? Quando ele saiu, disseram:

– Mas, coitado, você ficou preso lá. Não tinha nenhum livro para ler?

– Tinha, sim, um livro.

– Ah, e você gostou desse livro?

– Não, mudava muito o assunto.

– Que livro era esse?

– Era um dicionário”.

¹⁹ “Não se trata de uma verdadeira leitura, é uma forma particular de *consultação*, quer dizer, de confrontação entre um conhecimento parcial e uma informação previsível destinada a completá-la, a destruí-la, a substituí-la” [tradução sob nossa responsabilidade].

o efeito de que guarda em seus limites o sentido da palavra. Nessa medida, diante da aparência evidente e transparente da definição, interessa-nos questionar como se constitui os efeitos de evidência dos sentidos e como o sujeito se constitui em tal formulação.

1.4 A definição no dicionário

Não só a gramática, mas também o dicionário se assenta sobre o imaginário da completude do saber sobre a língua, imaginário esse que encontra na definição uma formulação privilegiada para a produção de efeitos de evidência. Entretanto, é preciso considerar que a definição não apresenta uma particularidade linguística que permita distingui-la das formulações compostas por uma relação de predicação articulada pelo verbo “ser”, como a metáfora, por exemplo. O trabalho de Soublin e Tamine (1979, p. 47) aponta que “une définition n’est donc qu’une configuration particulière parmi celles qui offrent verbe **être**, et, du point de vue linguistique, elle ne présente aucune particularité que permettrait de lui opposer ces pseudo-définitions que constituent les métaphores”²⁰. Nesse sentido, “il est très difficile de proposer une définition générale et opératoire de la ‘vraie’ définition”²¹ (Id.Ibid.). De nossa parte, não ousaríamos buscar a “verdadeira definição” do que é definir, pois estaríamos caindo na armadilha da própria definição, na angústia de querer controlar os sentidos, de querer que definição signifique o que queremos que signifique. Tampouco não nos deixamos seduzir pelo mito da “verdadeira” definição, pois a verdade não é da ordem da língua, a verdade é da ordem do real, e o real, por sua vez, é da ordem do inatingível (PÊCHEUX, 2008 [1990]). Desse modo, entendemos que a problemática da definição vai muito além de uma questão estritamente linguística, o que pressupõe considerar a definição também sob outros aspectos e, portanto, “vamos para além disso, já que trabalhamos com efeitos de sentido – que são históricos, que são ideológicos – e que, por isso mesmo, trazem para dentro o deslimite, o sentido que vaza, o sentido que explode, que vai em diversas direções, mas não em quaisquer direções” (CASTELLANOS-PFEIFFER, 2003, p. 105).

²⁰ “Uma definição é somente uma configuração particular entre aquelas que apresentam o verbo **ser**, e, do ponto de vista linguístico, ela não apresenta nenhuma particularidade que permita opô-las às pseudo-definições que constituem as metáforas” [tradução sob nossa responsabilidade].

²¹ “É muito difícil propor uma definição geral e operatória da ‘verdadeira’ definição” [tradução sob nossa responsabilidade].

Partindo desse pressuposto, questionamos a definição no dicionário em relação à pretensão de fazer com que o sentido pareça ser evidente e como esse efeito contribui para a constituição do todo do dicionário. Nesse caso, é preciso considerar como a definição se constitui no dicionário.

Segundo Dubois (1970), o dicionário significa um objeto fechado sobre si mesmo, seguindo regras (algumas nem tão explícitas) que contribuem para a construção desse efeito de fechamento. Uma dessas regras é a própria estrutura do verbete, a forma como ele se apresenta segundo uma ordem invariante que é, conforme o autor (Ibid.), *categorização gramatical, etimologia, definição, exemplos*. Desse modo, o verbete não se constitui apenas de definição; a definição não é senão apenas um dos aspectos que constituem o verbete, pois o verbete pode apresentar também, além dos elementos já citados, descrições e comentários, por exemplo.

Além disso, segundo esse autor, o verbete de dicionário se constitui sob dois tipos de paráfrases. A primeira é a *definição*, que corresponde a uma estrutura predicativa cujo tema é a palavra de entrada, sempre substantivada, mesmo quando se trata de um verbo (no infinitivo). As propriedades acidentais serão atribuídas nos *exemplos*, que é o segundo tipo de paráfrase, onde domina a frase predicativa. Nesse sentido, Dubois (Ibid.) afirma que frequentemente as definições vêm seguidas de exemplos que buscam contextualizar as palavras em frases.

Há ainda outra forma de constituição do verbete que não apenas por paráfrase da palavra de entrada; a definição de uma palavra pode também se apresentar na forma de uma outra palavra que lhe serve de sinônimo, remetendo, assim, a um outro verbete. Nesse caso, a regra que orienta esse tipo de definição sinonímica “c’est celle qui oblige à introduire dans la nomenclature du dictionnaire tous les mots qui ont été utilisés dans les définitions, dans les exemples, etc”²² (Ibid., p. 38). O dicionário, ao apresentar a definição por meio de sinonímia, “se présente alors comme *um cercle fermé de termes* [...] on dit alors que dans leurs définitions ils utilisent des synonymes au lieu de paraphrases et que ces synonymes

²² “É aquela que obriga a introduzir na nomenclatura do dicionário todas as palavras que são utilizadas nas definições, nos exemplos, etc.” [tradução sob nossa responsabilidade].

contiennent eux-mêmes dans leurs définitions les termes qui étaient les ‘définis’²³ (Ibid., p. 38).

Tais regras se estendem também aos dicionários terminológicos, que são aqueles que trazem definições de termos técnicos de linguagens especializadas. A nomenclatura que constitui esses dicionários está inscrita em uma metalinguagem, isto é, em um campo de saber codificado e voltado para explicar a própria linguagem. Nesse sentido, segundo Finatto (2001), a definição no dicionário terminológico se diferencia da definição do dicionário de uso comum na medida em que focaliza em um sistema conceitual, buscando reproduzir a estruturação do conhecimento de uma área em específico. Nessa medida, o dicionário terminológico é entendido como aquele que “tende a reelaborar ou parafrasear informações de manuais teóricos que toma como fonte, quando, não raro, limita-se a revisar ou repetir as informações colhidas de outros dicionários que o antecederam” (Ibid., p. 80). Além disso,

[...] não é raro que o dicionário terminológico possa ser correspondido a uma síntese ou resumo dos aspectos mais nucleares de alguns manuais teóricos sobre um assunto em particular. Um bom e familiar exemplo disso são, na nossa área, dos estudos da linguagem, os dicionários de Lingüística de Jean Dubois, de Greimas e ou de Oswald Ducrot, e, no Brasil, o dicionário de Lingüística de J. Mattoso Câmara Júnior (Ibid., p. 79-80).

Segundo a autora, esse tipo de dicionário, com frequência, está associado a uma figura de prestígio ou autoridade em determinada matéria ou ciência que confere credibilidade à obra. Dubois (1970) leva mais longe a relação do autor com o dicionário, considerando que essa relação se dá de uma maneira tão próxima que o nome do autor acaba se tornando sinônimo de dicionário, isto é,

[...] l’auteur de dictionnaire, comme tous les auteurs d’ouvrages pédagogiques, tend donc à l’anonymat, c’est-à-dire à l’identification avec son objet: le dictionnaire tire son nom de l’« auteur »; le lexicographe s’identifie à la langue que le dictionnaire porte. Ainsi la publicité tend à substituer le nom propre Larousse au nom commun « dictionnaire »²⁴ (Ibid., p. 41).

²³ “Se apresenta então como um *círculo fechado de termos* [...] diz-se que nas suas definições eles utilizam sinônimos no lugar de paráfrases e que esses sinônimos contêm eles próprios nas definições os termos que foram definidos” [tradução sob nossa responsabilidade].

²⁴ “O autor do dicionário, como todo autor de obras pedagógicas, mantém, pois, o anonimato, quer dizer, a identificação com seu objeto: o dicionário tira seu nome do ‘autor’; o lexicógrafo se identifica com a língua que o dicionário traz. Assim a publicidade tende a substituir o nome próprio Larousse pelo nome comum ‘dicionário’” [tradução sob nossa responsabilidade].

Essa relação sinonímica entre o autor e o dicionário é tão recorrente que se manifesta pela forma como designamos o dicionário, que, no caso do português, chamamos simplesmente o *Aurélio* ou o *Houaiss*, por exemplo, tomando o autor pela obra. O mesmo acontece também com as gramáticas: ao referi-las pelo nome do gramático, como por exemplo, Bechara, Celso Cunha, Rocha Lima, sabemos que se trata da gramática e não de outra obra qualquer. No nosso entender, o lugar do dicionarista é um lugar de autoridade, de referência sobre o saber sobre a língua, o que faz com que a sua definição seja uma formulação singular, na medida em que produz o efeito de que guarda a verdade. Segundo Finatto (2001, p. 151), no dicionário terminológico, o sujeito dicionarista é “porta-voz autorizado de uma ciência e um intérprete individualizado de um conjunto de conhecimentos historicamente construído”²⁵.

Nesse caso, a questão da individualização do sujeito é levada ao extremo, produzindo um efeito de metonímia entre o dicionário, o nome do autor e a língua. Isso acontece em função do ideal de completude que se atribuiu ao dicionário, como se ele abarcasse a totalidade de palavras da língua, imaginário este que permite questionar a existência de uma palavra caso ela não esteja no dicionário. Assim, o autor se confunde com dicionário e o dicionário se confunde com a língua, tal como propõe o esquema elaborado por Dubois (Ibid.):

$$\left. \begin{array}{l} \text{Le dictionnaire} \\ \text{Littré} \\ \text{La langue} \end{array} \right\} \text{ affirme que P}$$

Mas, é preciso considerar ainda que, mesmo que o sujeito dicionarista seja responsabilizado por aquilo que escreve sob seu nome, o dicionário, por ser um discurso pedagógico, tal como propõe Dubois, “est plus précisément un énoncé sur un autre énoncé déjà réalisé. Le savoir sur le monde que le dictionnaire communique est lui-même un discours

²⁵ O sujeito porta-voz (PÊCHEUX, 1990), que é um conceito próprio do discurso político, seria aquele que fala “em nome de”, colocando-se no centro visível de um nós, congregando em si as vozes das massas, porque o porta-voz é aquele que está autorizado a falar em nome daqueles que ele representa. Mas tal pretensão não é senão um disfarce, o discurso relatado, “o povo diz/disse que...”, é estranho ao discurso do porta-voz, e “as massas’ permanecem aí tão invisíveis a si mesmas, tão irrepresentáveis como conceitos” (Ibid., p. 19). No caso do sujeito dicionarista, ele fala em seu próprio nome, ele é a autoridade sobre o saber sobre a língua; ele congrega no dicionário conceitos de uma determinada área do conhecimento, ainda que não tenha sido ele que os tenha formulado, ele está no lugar de quem está autorizado a defini-los, a afirmar com propriedade que “tal conceito é...”, atribuindo ao dicionário o lugar da certeza e do interdito da dúvida.

tenu sur un corpus fait de formulations scientifiques ou culturelles”²⁶ (Ibid., p. 35). Nesse sentido, Dubois sustenta que o dicionário não poderia se inscrever num discurso científico, visto que o discurso científico se constitui pela defesa de uma tese e pela recusa das demais que se contrapõem à tese defendida, apresentando propriedades do discurso polêmico. O dicionário “ne peut être un discours scientifique; il ne peut être falsifié”²⁷, isto é, a formulação do enunciado lexicográfico jamais deixará lugar para polêmica, incerteza ou para ambiguidade, espera-se apenas que “le dictionnaire enseigne, ce qui signifie qu’il indique dans des instructions sans ambiguïté les questions qui peuvent être formulées et les réponses qu’en obtiendra le questionneur: ‘Faites telle question, vous aurez telle réponse’”²⁸ (Ibid., p. 35). Entretanto, tal pretensão não é senão um efeito de completude e um efeito de controle do dizer que permeia o dicionário, uma vez que tal resposta dada à determinada pergunta pode ter um outro sentido, conforme o gesto interpretativo do leitor, gesto este que se distancia daquele que o sujeito dicionarista esperava.

Para Dubois, mesmo os dicionários terminológicos inscrevem-se em um discurso pedagógico, pois tais dicionários

[...] forment un discours sur une théorie grammaticale qui peut être scientifiquement mieux établie que d’autres. Mais il est évident que, dans ce cas, le discours tenu est toujours didactique, seul l’objet sur lequel le discours est tenu est un discours scientifique. Ces articles ont les memes propriétés que les ouvrages dits de synthèses: ceux-ci apparaissent plus dogmatiques, plus appauvrissants que les ouvrages scientifiques dont ils font l’exposé. Le chercheur qui communique sa science sous forme de discours pédagogique rompt avec le discours scientifique²⁹ (Ibid., p. 47).

A constituição da definição no dicionário terminológico é da ordem da reformulação, e não da repetição, uma vez que a definição “original” atribuída a uma dada designação está imersa em um arcabouço teórico de uma determinada obra que é tomada como referência de

²⁶ “[...] é mais precisamente um enunciado sobre outro enunciado já realizado. O saber sobre o mundo que o dicionário comunica é ele mesmo um discurso mantido por um corpus feito de formulações científicas ou culturais” [tradução sob nossa responsabilidade].

²⁷ “[...] não pode ser um discurso científico; ele não pode ser falsificado” [tradução sob nossa responsabilidade].

²⁸ “[...] o dicionário ensina, o que significa que ele indica nas instruções sem ambiguidade as questões que podem ser formuladas e as respostas que obterá o questionador: ‘Feita tal questão, você obterá tal resposta’” [tradução sob nossa responsabilidade].

²⁹ “[...] formam um discurso sobre uma teoria gramatical que pode ser cientificamente melhor estabelecido que outros. Mas é evidente que, nesse caso, o discurso mantido é sempre didático, somente o objeto sobre o qual o discurso é mantido é um discurso científico. Os verbetes têm as mesmas propriedades que as obras ditas sintéticas: esses parecem mais dogmáticos, mais pobres que as obras científicas das quais elas foram expostas. O pesquisador que comunica sua ciência sob forma de discurso pedagógico rompe com o discurso científico” [tradução sob nossa responsabilidade].

um saber. Nos textos teóricos que constituem a fonte dos dicionários terminológicos, a definição se apresenta de uma forma diferente, pois

[...] fora dos dicionários, em textos científicos e técnicos, em artigos de periódicos ou em livros, a definição para um termo aparece formulada de um modo 'original' e costuma ter uma apresentação diferente da dicionarística. Essa definição 'real' é geralmente um enunciado entrecortado por enunciados, explicações, retomadas e exemplificações (FINATTO, 2001, p. 79 [grifos da autora]).

Considerando a forma dispersa como a definição se apresenta na sua formulação-origem, no dicionário terminológico tal formulação é retomada e reformulada, dando um efeito de concisão e unidade à definição. É nessa medida que entendemos que se constitui a parcialidade na formulação da definição, uma vez que é tomada uma obra teórica em específico para a formulação da definição, assim como tal reformulação vai depender do gesto interpretativo do sujeito dicionarista. Desse modo, o sujeito que define tal termo, antes de tudo, é um sujeito que está autorizado a definir, e definir, para nós, pressupõe interpretar, pois não se trata de um sujeito a-histórico que discorre abstratamente sobre um objeto imutável.

É essa aparente transparência da definição que nos incomoda, na medida em que procura fazer com que o saber pareça ser evidente e indiferente à historicidade e ao gesto interpretativo do sujeito. Na definição, a pretensão de controle do dizer se acentua pela forma como o sujeito o dissimula, pois o que se esconde é o que mais se mostra (ORLANDI, 2002). Nesse sentido, a proposta do nosso trabalho é questionar a evidência da definição, expondo-a à historicidade, uma vez que entendemos que a produção do conhecimento não se dá de forma descontínua sem nenhuma relação com os saberes que lhe são precedentes. Para este trabalho, interessa-nos a definição na gramática e no dicionário, por entendermos que a definição pode ser considerada uma formulação privilegiada nesses instrumentos lingüísticos, já que atribui um efeito de evidência e precisão dos sentidos.

Além disso, entendemos que a definição se constitui enquanto uma formulação vigiada pelo sujeito, que procura fazer com que o sentido que ele quer atribuir caiba nos limites da definição, melhor afirmando, entendemos que o sujeito, ao definir, constitui-se pela ilusão de estar fora do seu dizer e, por isso, poder controlá-lo. Entretanto, a definição projeta o sujeito em relação à exterioridade na medida em que dá visibilidade ao sujeito que define, responsabilizando-o pelo seu dizer e pelo seu gesto interpretativo. É dessa forma que entendemos que a definição se distingue das outras formulações, por se tratar de uma formulação que compreende um dado gesto interpretativo de um sujeito determinado. Desse

modo, a definição se inscreve no interdiscurso como uma formulação que historiciza e que se reatualiza constantemente no fio do discurso.

PARTE II

CAPÍTULO 2

A TÊNUE FRONTEIRA ENTRE UM DOMÍNIO DE SABER E OUTRO

2.1 Somos da geração que faz... Gramática³⁰

Ainda que a reflexão sobre a linguagem não tenha um começo histórico assinalável, sabe-se que a linguagem já era objeto de reflexão de filósofos gregos, como Platão, Aristóteles, os estoicos, antes mesmo que a gramática fosse criada. Segundo Gadet e Pêcheux (2004), essas discussões filosóficas despertavam controvérsias quanto à relação entre a linguagem e o mundo, colocando em oposição o aristotelismo e a filosofia dos estoicos. Segundo os autores, os estoicos assumiam uma posição naturalista, defendiam que a linguagem era uma atividade naturalmente humana que refletia um ajuste harmonioso do homem com a natureza. Nessa medida, as palavras não eram senão uma imitação do mundo. Já os adeptos do convencionalismo, apoiados na argumentação de Aristóteles, por seu lado, defendiam que a relação entre as palavras e as coisas não era natural, mas sim uma convenção arbitrária. Tendo como pressuposto a capacidade da linguagem de expressar a verdade ou a falsidade pelo enunciado, entendiam que a verdade não era inerente à linguagem e, portanto, deveria ser dissociada daquilo a que se refere por não ser uma imitação do mundo.

A gramática, por sua vez, que também nasce com os gregos, na sua origem não tem um caráter filosófico. Segundo Neves (1987), a gramática tem origem na atmosfera filológica da Escola de Alexandria, por volta do século III a.C., e nasce de uma técnica, isto é, de um saber-fazer, com o propósito de preservar a cultura helênica a partir da sistematização linguística decorrente de análises de textos escritos e literários de grande prestígio. Segundo a autora, a gramática estava voltada para o ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, orientação esta que determinava as características de sua natureza: “limitação à língua escrita,

³⁰ O título desse item remete ao título “Somos da geração que faz linguística”, dado ao item 8 da segunda parte do livro **A língua inatingível**, de Gadet e Pêcheux.

especialmente a língua do passado, mais especificamente à língua literária, e exclusivamente, à grega” (Ibid., p. 105). A primeira gramática grega, intitulada “*Technè de Denys le grammairien*³¹”, também a primeira gramática do Ocidente, foi elaborada por Dionísio o Trácio, que “foi o verdadeiro organizador da arte da gramática na Antiguidade, dando-lhe uma forma que por muito tempo foi definitiva e cujos traços fundamentais ainda hoje podem ser reconhecidos em muitas obras gramaticais do Ocidente” (Ibid., p. 115).

Inicialmente, dada as contingências históricas, os gramáticos alexandrinos não tinham a pretensão de formular regras para o uso em geral. Antes, seu trabalho consistia em analisar e descrever os usos particulares de cada autor estudado (LEITE, 2007). De acordo com essa autora:

Somente depois de um século de realização do trabalho de análise de textos individuais, concluiu-se que, a partir da observação dos usos de cada autor, poder-se-ia chegar, por analogia, ou seja, por extensão dos casos particulares analisados, às regras gerais, à *sistematização da língua*, enfim, à *gramática* (Ibid., p. 45). [grifos da autora]

Sobre esse pressuposto se erigiu a definição de gramática proposta por Dionísio o Trácio, que deveria ser entendida como um saber que se assenta sobre o *essencial* do que é dito pelos poetas e escritores. Essa concepção de gramática foi contestada principalmente pelo filósofo Sexto Empírico, que questionava não só o que estava sendo considerado como *essencial*, mas também a base em que os gramáticos se apoiavam nas análises descritivas para que pudessem julgar também o uso. Nesse sentido, “o filósofo pergunta: se a gramática trata do que dizem os poetas e escritores, por que julgar *barbarismos* e *solecismos* cometidos pela gente comum, em conversações ordinárias?” (LEITE, 2007, p. 48). Considerando essa contradição, Orlandi (2008 [2001]) questiona se a gramática realmente teria vindo de uma origem filológica, tal como apontam os documentos históricos, se, na sua continuidade, a gramática apresenta uma descrição detalhada das categorias de palavras. Segundo a autora,

[...] devemos ainda levar em conta, nessas considerações, as discussões sobre a autenticidade (duvidosa) dos documentos que nos chegaram, documentos em que a concepção de gramática vem de uma perspectiva filológica (análise de textos essencialmente poéticos) enquanto que na sua continuação temos um material lingüístico com uma descrição detalhada das categorias de palavras e de suas diferentes características. Descrição que deriva pois de outro registro (Ibid., p. 75).

³¹ Tradução francesa.

Além disso, o intenso movimento de gramatização dos vernáculos europeus durante o Renascimento não estava pautado em uma orientação filológica. Segundo Auroux (1992), a gramatização no Ocidente se manteve esporádica até o fim da Idade Média. É somente mais tarde, no Renascimento, que haverá um movimento de gramatização massiva dos vernáculos europeus, tomando-se como base a gramática latina. O fato de a gramatização massiva das línguas no mundo ter acontecido na Europa em uma época tão tardia não significa que outras civilizações, como a indiana, a chinesa ou a greco-latina, por exemplo, não tenham tido condições práticas e teóricas para terem desenvolvido esse processo. Desse modo, é preciso considerar as condições históricas que afetaram a Europa e determinaram o desenvolvimento sem precedente do processo de gramatização.

Se, por um lado, questionava-se a pretensão da gramática grega de formular regras também para a língua em uso, já que ela tem origem a partir da escrita, no Renascimento “a gramática se torna simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las” (AUROUX, 1992, p. 36), isto é, a gramática deixa de ser apenas um instrumento de ensino da leitura e da escrita para ser também um instrumento de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. Esse novo papel atribuído à gramática deve-se ao contexto europeu em que a gramática latina se inscreve. Segundo Auroux (Ibid., p. 42), “para um europeu do século IX, o latim é antes de tudo uma segunda língua que ele deve aprender”, e, nessas condições, a gramática latina não é apenas um instrumento de acesso à escrita, mas passa a ser também uma técnica de aprendizagem da língua. A gramatização pelos europeus supõe a alfabetização em latim, que vai ser a condição para a transcrição da sua língua em caracteres latinos. Nessa medida, a tradução da gramática latina é a principal fonte da gramatização dos vernáculos europeus.

Mas é só mais tardiamente, no século XVI, que se generaliza a gramatização do vernáculo. Auroux (Ibid.) considera que somente o baixo índice de letramento não justifica a demora para desencadear esse processo. Segundo o autor, é preciso considerar também que, durante a Idade Média, houve um acentuado desequilíbrio entre o latim e o vernáculo que se aprende na vida prática. A conservação do latim como língua de administração, da cultura intelectual e religiosa, que limitava o acesso a um público cada vez mais seletivo, contrastava com o desenvolvimento de atividades sociais que demandavam escrituras e técnicas intelectuais. Além disso, a Reforma Protestante, liderada por Martin Lutero, contestava as restrições impostas pelo uso do latim e reivindicava que todos pudessem ter acesso direto aos

textos sagrados, sem que houvesse intermediações. Mesmo com esse distanciamento, tanto o latim quanto os vernáculos continuaram circulando paralelamente em meios diferentes, pois

[...] o latim permanecerá ainda por vários séculos como língua privilegiada da comunicação científica, mas as atividades intelectuais das novas elites, e as atividades espirituais de uma grande parte da população (cf. Lutero e a Reforma) vão, a partir de então, se apoiar sobre uma cultura e uma prática codificada (de onde a importância do ensino da retórica) do vernáculo (AUROUX, 1992, p. 50).

Outro fator que contribuiu para a emergência da gramatização dos vernáculos foi a imprensa, que permitiu a produção em série do livro, separando a produção intelectual do texto e sua reprodução material, que, segundo o autor, no início, estão fortemente ligadas. Dessa forma, “com a imprensa, não apenas a multiplicação do mesmo é incontornável, como a normalização dos vernáculos se torna uma questão de standardização profissional” (Ibid., p. 52). Tendo em vista a produção em série do livro promovida pela imprensa, torna-se uma exigência para que haja uma regularização na ortografia, na pontuação e na morfologia que concerne antes aos impressores tipográficos do que propriamente aos gramáticos, o que, segundo o autor, justifica o fato de que, de modo geral, os tratados de ortografia são anteriores às gramáticas dos vernáculos europeus.

É preciso considerar também que, se, por um lado, os gramáticos latinos lidavam com variedade na escrita e procuravam controlá-la por meio de sistematizações, os gramáticos dos vernáculos, de outro lado, trabalham em espaços de oralidade, isto é, depararam-se com a questão da variação linguística. Segundo Auroux (1992), de fato, a ausência de intervenções tecnológicas contribui para um acentuado nível de variações linguísticas. É nesse sentido que o autor afirma que “a gramatização, geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja o ‘bom uso’ vai reduzir essa variação” (Ibid., p. 69 [grifos do autor]). Dada essa capacidade da gramática de reduzir a incidência de variações, o autor considera que a gramática não apenas oferece uma descrição da linguagem natural, mas também opera como um instrumento que dá acesso a um corpo de regras e formas que estão além da competência de cada falante. É nessa medida que Auroux considera a gramática (e o dicionário) como um *instrumento linguístico* e os compara a outro instrumento de uma ordem não linguística, mas também material:

[...] do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja a minha competência

lingüística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria estes dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras) (1992, p. 69-70).

Segundo Auroux (Ibid.), a gramática é entendida como um objeto técnico que permite não só produzir e compreender enunciados de uma determinada língua, mas também manter um parâmetro de regularização. A gramática e o dicionário se constituem enquanto instrumentos técnicos tendo em vista a finalidade prática de gramatização das línguas nacionais, o que torna possível o aprendizado das mesmas.

A gramatização dos vernáculos instaura a discussão sobre a universalidade da gramática, questão esta não colocada antes em pauta em função de a gramática ser até então monolíngue. Segundo Auroux, “a *gramática especulativa* medieval trabalhará com o latim pressupondo a universalidade das categorias e, por consequência, reivindicando o estatuto de ‘ciência’” (Ibid., p. 46 [grifos do autor]). Para sustentar a existência de uma gramática universal diante da diversidade de línguas sendo gramatizadas,

[...] serão propostas ‘gramáticas universais’ que servirão de introdução às gramáticas das línguas particulares. Em 1619, a *Grammatica universalis/ Allgemeine Sprachlehre*, de Wolfgang Ratke, apresenta em uma primeira parte (25 páginas) as definições dos conceitos gramaticais sem dar exemplos e, em uma segunda parte, apresenta os paradigmas gramaticais alemães (Ibid., p. 46). [grifos do autor]

Nas gramáticas universais, privilegia-se a questão da definição dos conceitos, pressupondo que todas as línguas apresentam as mesmas categorias gramaticais, tomando o latim como referência. A questão do exemplo é deixada de lado, pois implicaria a seleção de uma língua modelo e acabaria entrando na questão da particularidade de cada língua. A **Grammaire générale et raisonnée** (1660), de Port-Royal, segundo Auroux (Ibid., p. 47), “assim como outras que a precederam na Europa, é uma introdução pedagógica à diversidade das línguas”. Considerando as condições históricas em que é produzida, a gramática de Port-Royal supõe a diferença entre a gramática geral e a gramática particular. Ainda segundo Auroux, “como ficará estabelecido no século seguinte, a gramática geral é uma ciência e, enquanto tal, genérica (não existe ciência que não seja do geral). As gramáticas particulares são ‘artes’, porque elas devem levar em conta particularidades arbitrárias do uso” (Ibid., p. 47-48). Ao longo da história, o conceito de gramática vai variar assim como o conceito de ciência. Mais contemporaneamente, a proposta de uma gramática geral foi retomada por Noam Chomsky, o que constitui aquilo que Auroux (Ibid.) chama de uma *virada nativista* do

conceito de gramática geral na segunda metade do século XX, o que, inclusive, exerce uma forte influência sobre o fazer gramatical no Brasil, principalmente a partir da década de 1970, quando os gramáticos brasileiros passam a reivindicar uma consistência científica à gramática.

2.2 Somos da geração que faz... Ciência

A década de 1960 no Brasil é marcada, sobretudo, pela multiplicidade de domínios de saber no campo de estudos da linguagem. Tal acontecimento está inscrito em uma conjuntura maior que teve início na França a partir da década de 1950, quando a Linguística ganha o reconhecimento de ciência piloto das ciências humanas. Esse período é marcado por uma modernização intelectual (PAVEL, 1990) em que outros campos de saber, inspirados no modelo da Linguística, reivindicam também o estatuto de ciência. Nessa época, “a Linguística *é solicitada constantemente para fora de seu domínio*, acerca de um certo de número de pontos sobre os quais, acreditamos é impossível que ela tenha a ‘sua contribuição a dar’” (PÊCHEUX, 2009, p. 77 [grifos do autor]).

Segundo Altman (2004), até a década de 1960, no Brasil, predominavam os estudos filológicos, bem como os estudos dialetólogos nos cursos de Letras. A Linguística, apesar de já há muito ter estudos desenvolvidos nessa área no Brasil, ganha um espaço institucional legitimado somente a partir da década de 1960, mais precisamente em 1962, quando passa a fazer parte do currículo mínimo de Letras por decisão do Conselho Federal de Educação (GUIMARÃES, 2004). A conquista do espaço não foi, no entanto, sem resistência, uma vez que se buscava “embasamento teórico e metodológico que não aqueles advindos da tradição filológica-portuguesa” (ALTMAN, 2004, p. 118).

A instauração de um novo campo de saber não se dá sem ruptura, ou pelo menos a pretensão de um corte em relação aos demais estudos precedentes. O discurso modernizador inspirado pela Linguística apoia-se em um discurso retórico que tende a narrar o fim, o fim dos outros é claro, atribuindo ao enunciador uma posição de autoridade (PAVEL, 1990). Segundo Pavel,

[...] conceptualizar o fim, seja de um período histórico, de uma corrente de pensamento, e com mais forte razão, da história ou da tradição metafísica em seu conjunto, significa infligir uma degradação ontológica às séries que são consideradas paradas; relegá-las, por meio de um artifício, ao nível de material narrativo maleável em todos os sentidos e privado do direito e da capacidade de reagir (Ibid., p. 19).

Essa argumentação em favor da Linguística e a depreciação dos estudos anteriores como desprovidos de caráter científico já está no próprio **Curso de Linguística Geral**, obra que garantiu a cientificidade da Linguística, no capítulo I, intitulado “Visão Geral da História da Linguística”, da Introdução. O enunciado que dá início à obra, a saber, “A ciência que se constitui em torno dos fatos da língua passou por três fases sucessivas antes de reconhecer qual é seu verdadeiro e único objeto” (CLG, p. 7, [grifos nossos]), traz a ideia de corte, isto é, de sucessivos cortes na história (“três fases sucessivas”), com um começo bem definido e também um fim bem delimitado, além, é claro, de garantir um lugar privilegiado à Linguística. Além disso, o corte é bem marcado pelo “antes”, que sinaliza a ruptura entre um antes e um depois pela questão da cientificidade, isto é, “la ‘rupture’ procede en établissant un contraste entre ‘avant’ et ‘après’ qui disqualifie l’‘avant’. La quête d’un critère de démarcation cherche à qualifier positivement les prétendants légitimes au titre de science”³² (STENGERS, 1993, p. 34 [grifos da autora]).

As fases que antecedem tal virada referida no CLG e que são lançadas para o período pré-científico são a *Gramática, a Filologia e a Filologia Comparativa ou Gramática Comparada*. Entretanto, a história do saber gramatical aponta que a gramática também reclamou para si o estatuto de ciência, ainda que “l’idée que la grammaire puisse ou non être une science n’a guère préoccupé les anciens philosophes”³³ (AUROUX, 1998, p. 20). O conceito de gramática oscila na medida em que muda o conceito de ciência, uma vez que “chaque école nouvelle de grammairiens prétend représenter une scientificité qu’elle refuse à ses prédécesseurs”³⁴ (CHEVALIER, 2000, p. 7).

Segundo Aurox (2009, p. 45-46), “como a gramática era monolíngue em seus inícios, sua universalidade não era trazida à tona, até quando foi necessário passar do grego para o latim, mesmo não se tratando de uma passagem automática”. Nesse contexto, os gramáticos

³² “A ruptura procede estabelecendo um contraste entre ‘antes’ e ‘depois’ que desqualifica o ‘antes’. A coleta de um critério de demarcação busca qualificar positivamente os pretendentes legítimos ao título de ciência” [tradução sob nossa responsabilidade].

³³ “A ideia que a gramática possa ser ou não uma ciência não preocupa em nada os antigos filósofos” [tradução sob nossa responsabilidade].

³⁴ “[...] cada escola nova de gramáticos pretende representar uma cientificidade que ela recusa em seus predecessores” [tradução sob nossa responsabilidade].

modistas medievais, que desenvolveram a gramática especulativa, são os primeiros a sustentar que a gramática é uma ciência, e não uma arte. Nesse sentido, a gramática enquanto ciência supõe:

- (i) Qu'elle derive de principes universels;
- (ii) Qu'elle soit la même pour toutes les langues;
- (iii) Qu'elle soit théorique (c'est-à-dire que'elles ne soit pas définie par un but pratique)³⁵ (AUROUX, 1998, p. 21).

Essa problemática é retomada com publicação da **Grammaire générale et raisonnée** (1660), de Port-Royal, que atribui à discussão uma consistência teórica e não mais apenas prática (AUROUX, 2009). Tal gramática propõe uma distinção entre a gramática geral e a gramática particular. A gramática geral, enquanto *ciência* fundamentada em princípios imutáveis e gerais da fala e da escrita de todas as línguas, e a gramática particular enquanto *arte* de aplicar os princípios imutáveis e gerais da fala e da escrita às instituições arbitrárias e usuais de uma língua particular (Ibid.). As discussões e divergências giram em torno do questionamento sobre em que aspectos a gramática poderia ser universal.

A Gramática Histórica e Comparada também reivindica o estatuto de ciência, partindo do pressuposto de que “par ‘science’, il faut entendre, dans cette tradition, *connaissance* des faits. Les contraintes de généralité portent sur la méthode non sur l’objet (elles définissent essentiellement l’objectivité), et on renonce seulement à l’axiome aristotélicien selon lequel il n’y a de science que du générale”³⁶ (AUROUX, 1998, p. 22 [grifos do autor]). Dessa forma, quando a Linguística lança a Gramática e a Filologia para o período não científico, o que está em jogo é o próprio conceito de ciência vigente. A gramática é reposicionada no período pré-científico tendo como critério o conceito de ciência da Linguística, que a projeta para fora sem direito à palavra. Segundo Stengers (1993, p. 4 [grifos da autora]):

[...] la définition de la ‘science’ n’est jamais neutre, puisque, depuis que la science dite moderne existe, le titre de science confère à celui qui se dit ‘scientifique’ des

³⁵ “[...] (i) que ela derive de princípios universais; (ii) que ela seja a mesma para todas as línguas; (iii) que ela seja teórica (isto quer dizer que ela não seja definida por um objetivo prático)” [tradução sob nossa responsabilidade].

³⁶ “Por ‘ciência’ é necessário entender, nesta tradição, *conhecimento* dos fatos. As limitações de generalidade recaem sobre o método, não sobre o objeto (eles definem essencialmente a objetividade), e renuncia-se somente ao axioma aristotélico segundo o qual há ciência somente do geral” [tradução sob nossa responsabilidade].

droits et des devoirs. Toute définition, ici, exclut et inclut, justifie ou met en question, crée ou interdit un modèle³⁷.

As gramáticas brasileiras da segunda metade do século XX, contemporâneas ao conceito de ciência ditado pela linguística, assim como outros domínios de saber, aceitam a condição de cientificidade e importam, por empréstimo, o modelo metodológico da ciência como passaporte para a modernidade. Além disso, nessa época, no Brasil estão em vigência as ideias de Chomsky, que retoma a proposta de uma gramática universal a partir de uma abordagem inatista.

Em meio aos termos relativamente estáveis da gramática brasileira, começam a aparecer também termos advindos de estudos realizados por linguistas, como, por exemplo, morfema, alomorfe, fone, sintagma, constituinte imediato, diagramas-árvore, os quais atravessam o discurso do gramático, garantindo a modernidade da gramática a partir das contribuições da Linguística.

2.3 Pertencemos a uma geração que assassinou os seus... gramáticos³⁸

Quando se tem início o processo de gramatização da língua por brasileiros no século XIX, a história da gramática da língua portuguesa já tem um longo percurso de estudos e discussões que inicia no século XVI, com a **Grammatica da lingoagem portuguesa**, publicada em 1536, por Fernão de Oliveira. Segundo Orlandi (2009), a conjuntura política em que se inicia a produção de instrumentos linguísticos da língua portuguesa é a das descobertas e da colonização dos países pela Europa. A gramatização da língua portuguesa germina em um contexto europeu regido por um interesse renascentista de valorização dos vernáculos e de sua sistematização.

³⁷ “A definição da ‘ciência’ não é jamais neutra, porque, desde que a ciência moderna existe, o título de ciência confere àqueles que se dizem científicos direitos e deveres. Toda definição, aqui, exclui e inclui, justifica ou põe uma questão, cria ou interdita um modelo” [tradução sob nossa responsabilidade].

³⁸ O título dado a esse item faz alusão à segunda parte do livro **A língua inatingível**, de Gadet e Pêcheux, intitulada “Pertencemos a uma geração que assassinou os seus poetas”, a qual, por sua vez, retoma “uma expressão de Milner (entrevista na *Action poétique*, nº 72), que faz uma alusão ao título de um artigo de Jakobson: ‘A geração que gastou os seus poetas’, que começa com essa inscrição de Maïakovski: ‘Mortos e pouco importa se é por mim ou por outrem que eles foram mortos’” (GADET E PÊCHEUX, 2004, p. 125). De nossa parte, fazemos alusão ao pressuposto de que, após a NGB, a gramática estaria despida de autores, na medida em que o gramático apenas repete as orientações da NGB (BALDINI, 1999).

Mais tardiamente, no século XIX, quando o Brasil deixa de ser colônia de Portugal e conquista sua emancipação política, os gramáticos brasileiros assumem para si a autoria da gramática, dando início ao *processo de descolonização linguística* (ORLANDI, 2009). A singularidade desse acontecimento está no gesto de autoria, isto é, na apropriação de um saber sobre a língua pelos brasileiros e, sobretudo, no “fato dele inaugurar uma discursividade e uma posição crítica face aos gramáticos portugueses na produção que faz parte do processo colonizador, agora não mais sob o governo português” (Ibid., p. 175).

Nessa época, o gesto de autoria dos gramáticos significa assumir uma posição de autoridade sobre a língua, isto é, ocupar um lugar privilegiado que lhe autoriza a falar sobre a língua, de produzir gestos de leitura. Com isso, “inaugura-se pois uma posição-sujeito gramático brasileiro. Um lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de apropriação (autoria) dessa língua” (Ibid., p. 28). Dada as condições históricas da produção inicial de gramáticas, o gramático brasileiro não é somente aquele que produz um saber sobre a língua, mas é também aquele que, por meio desse gesto de apropriação, contribui para a construção do Estado brasileiro e para a constituição do cidadão brasileiro, além da legitimação do sujeito brasileiro com a escrita.

Posteriormente, no início do século XX, “o Estado brasileiro já se configurava com clareza e é ele próprio a garantia da nossa diferença em relação a Portugal” (ORLANDI, 2000, 29). A autoria do gramático também se modifica, já não está mais em relação à apropriação do saber sobre a língua. A autoria é deslocada para o gesto descritivo e analítico que individualiza cada autor como responsável por sua obra, pois, segundo Orlandi,

[...] surgem então as inúmeras gramáticas, cujas diferenças já não referem a autorias de gramáticos em suas filiações mas dizem respeito a diferenças descritivas e analíticas de pormenor: filigranas de diferenças na análise de oração e de complementos, adjunto x e y etc. (Ibid., p. 29).

Nesse sentido, em função das diferenças descritivas e analíticas, passa a haver também uma dispersão de termos, e, em relação a esse aspecto, os gramáticos foram muitas vezes alvos de críticas por conta da diversidade terminológica qualificada como arbitrária, tendo em vista que, “historicamente, o ensino de português, língua nacional, está ligado à gramática. A gramática é, pois, a forma dominante de estudos na escola” (ORLANDI, 2002, p. 194). Nesse contexto, questiona-se se a diversidade de gramáticas não estaria comprometendo a unidade do ensino de língua na escola. Depois de muitas discussões, no início da segunda metade do

século XX é aprovada a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), proposta por uma comissão designada pelo Estado e formada por Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha (todos professores do Colégio Pedro II), com assessoria dos Professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia. Trata-se de gramáticos, filólogos, linguistas, catedráticos, enfim, estudiosos da língua, de uma maneira geral, que possuem grande prestígio e que estavam a serviço do Estado. Inclusive, no próprio anteprojeto da NGB, há um realce, logo a seguir à assinatura dos membros da comissão, com o seguinte enunciado: “São nomes muito conhecidos e de reconhecido valor: todos têm obras publicadas”³⁹.

O Anteprojeto final resultou em uma lista de termos com as suas respectivas classificações, mas sem definições, sem exemplos, sem comentários. Houve controvérsias, no entanto, sobre o possível apagamento da posição doutrinária por meio de uma terminologia unificada, principalmente entre os próprios membros da comissão. Gladstone Chaves Melo (1971), por exemplo, retoma uma crítica já formulada por Sílvio Elia (membro da comissão da NGB) que denuncia a filiação doutrinária da nomenclatura em detrimento de outras, o que, para o autor, é inadmissível:

[...] o defeito principal da NGB é ter por vêzes feito da terminologia biombo de doutrina. Ter forçado posições teóricas, discutíveis ou errôneas, com ar de quem apenas sugere nomes para fatos lingüísticos ou acidentes gramaticais [...] Tal impertinência representa uma agressão à justa liberdade intelectual dos pesquisadores e doutrinadores (MELO, 1971, p. 305).

Mattoso Câmara (1960), em respeito à comissão que compôs a NGB, de qualificação inquestionável, de seu lado nega-se a apontar as falhas da NGB, por duas razões, segundo ele: “1) elas são secundárias e não prejudicam profundamente as linhas mestras do edifício elaborado; 2) odeio a atitude estéril de crítico de obras feitas, que é sempre negativa e estéril” (Ibid., p. 3). Em meio a tantas críticas contrárias, principalmente de gramáticos insatisfeitos que tiveram sua doutrina renegada, Mattoso Câmara (Ibid.), quando solicitado a comentar a NGB, procura pontuar aquilo que ela trouxe de contribuição ao ensino gramatical de língua portuguesa, mas admite, em tom moderado, que a elaboração de uma terminologia unificada

[...] impunha uma tomada de posição doutrinária. A N.G.B. não pôde furtar-se de fazê-lo e em regra também foi feliz nisso. Ressalve-se, porém, que não raro procedeu com excessiva timidez; a preocupação de não assumir atitudes doutrinárias

³⁹ Fonte: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=ngbras>>

radicais levou-a a certas incoerências e à manutenção, em alguns casos, de ponto de vista superado. Não o fez por falta de informação, estou certo, pois pelo menos o seu Presidente é entre nós talvez o professor de português mais bem informado em matéria de correntes lingüísticas hodiernas, e na Sub-Comissão trabalhou Sílvia Elia, sempre preocupado com os grandes problemas doutrinários da linguagem. (MATTOSO CÂMARA, 1960, p. 2-3).

Dessa forma, as críticas à NGB surgiam no sentido de que unificação da nomenclatura não apagava as diferentes posições doutrinárias, mas privilegiava uma em detrimento de outras. A inclusão ou exclusão dos termos já direciona o sentido, como afirma Baldini (1998, p. 101 [grifo do autor]), “pois são palavras que já possuem uma memória no discurso gramatical, mas, por outro lado, uma palavra só possui sentido em uma formação discursiva específica e é nesse ponto que se pode identificar uma certa ‘liberdade’ dos gramáticos”.

Para esse autor, a proposta de uma normatização da nomenclatura pelo Estado pode ser apontada como um marco histórico tão importante que dá outro direcionamento ao fazer gramatical, pois novamente se modifica a questão da autoria do gramático. Segundo Baldini (Ibid.), que realiza uma minuciosa análise da NGB em seu trabalho de dissertação, a NGB é um discurso fundador⁴⁰, na medida em que produz a possibilidade e a regra de formação de outros textos, pois ela não só passa a ser referência aos discursos gramaticais posteriores como ressignifica os dizeres que lhe são anteriores.

Ainda de acordo com Baldini (Ibid.), a NGB, enquanto discurso fundador, passou por dois momentos após a sua implementação. Considerando a natureza do documento, que não é senão uma lista de nomes com as suas respectivas classificações, num primeiro momento, o gramático é aquele que define, explica, comenta e interpreta a NGB, enfim, é aquele que atribui sentido aos termos. Num segundo momento, o gramático é aquele que repete a nomenclatura. Segundo o autor (Ibid.), uma das razões pelas quais as definições foram excluídas do anteprojeto final da NGB foi conciliar as divergências por meio da renúncia a qualquer filiação doutrinária, pois “a filiação a esta ou aquela doutrina passa, sem dúvida, pela questão da definição [...] Ora, as definições variam devido precisamente às posições que seus autores assumem. Esse é o campo de conflito” (Ibid., p. 45). Passado esse momento inicial de definir, interpretar, exemplificar, enfim, o momento em que a formulação do gramático se inscreve no interdiscurso; num segundo momento, o gramático passa a ser aquele que repete a

⁴⁰ O conceito de *discurso fundador* é proposto por Orlandi (1993, p. 13) como aquele “que cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado”. A esses autores singulares que estabeleceram uma possibilidade indefinida de discursos, Foucault (1992) prefere chamar de “fundadores de discursividade”.

nomenclatura (BALDINI, 1999). Com isso, Baldini considera que “despida de autores, a gramática fala por si mesma. Aí reside o papel da Ideologia, no apagamento do enunciador” (Ibid., p. 49).

A NGB foi, de fato, um acontecimento importante na história da produção do saber gramatical. Entretanto, é preciso considerar que esse não foi o único acontecimento que determinou o discurso do gramático nessa época. Simultaneamente a esse período em que a NGB estava entrando em vigor, uma nova forma-sujeito começava a se delinear no Brasil junto ao campo de estudos da linguagem. Com a disciplinarização da Linguística nos cursos de Letras, o linguista passa efetivamente a constituir o grupo das autoridades nos estudos linguísticos⁴¹, pois seus estudos imprimiam caráter de cientificidade aos estudos da linguagem. Inclusive, os prefácios de gramáticas publicadas nessa época apontam para uma tendência dos gramáticos em buscar nos estudos realizados pela Linguística uma rigorosidade científica, sem desvincular-se da NGB e tampouco prender-se unicamente a ela, como aponta os fragmentos abaixo:

Na parte relativa à estruturação dos vocábulos e sua formação, pretendemos trazer para a gramática portuguesa os excelentes estudos que a lingüística tem feito sobre tão importante capítulo. Seguimos a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Os termos que aqui se encontrarem e lá faltam, não se explicarão por discordância ou desrespeito; é que a NGB não tratou de todos os assuntos aqui ventilados. A orientação científica por que se norteia esta nossa Moderna Gramática não seria possível sem a lição dos mestres (seria ocioso citá-los) que, dentro e fora do Brasil, tanto têm feito pelo desenvolvimento da disciplina (BECHARA, 1977, p. 21-22). [grifos nossos]

A Lingüística moderna, com seus avanços, ia revirando a Gramática de alto a baixo [...] a mesma Nomenclatura Gramatical, com seu esqueleto orientando os termos. Pensei ser útil a professores e alunos mantendo nomes familiares, sem deixar de aplicar novas teorias gramaticais que iluminassem melhor a realidade idiomática [...] A esse texto básico, entretanto, somou-se muita contribuição moderna – especialmente devido à Lingüística e à Teoria da Comunicação (LUFT, 1976, Prefácio, p. XIII). [grifos nossos]

Seguimos a Nomenclatura Gramatical Brasileira nos assuntos de que ela cuidou, por estarmos sinceramente convencido das inúmeras vantagens de uma terminologia unificada para o ensino da língua nos cursos primário e médio. Como, porém, há temas aqui tratados que transcendem o campo de interesse da NGB, forçoso nos foi denominá-los, e o fizemos levando sempre em conta a adequação e generalização dos termos. [...] Os progressos dos estudos lingüísticos vieram mostrar a falsidade

⁴¹ Gostaríamos de destacar que, antes mesmo que o linguista conquistasse de fato seu espaço no meio acadêmico, “o grupo de especialidade em evidência até a década de 60 foi, sem dúvida, o da Filologia” (ALTMAN, 2003, p. 73). Além disso, a fronteira que separava a Linguística da Filologia não era tão nítida assim. Embora a Linguística viesse a longa data tentando se institucionalizar, é durante a década de 1960 que a Linguística vai se desvencilhando da Filologia e demarcando seu próprio domínio de saber.

dos postulados em que a gramática logicista e a latinizante esteavam a correção idiomática e, com isso, deixaram o preceptismo gramatical inerte diante da reação anticorretista que se iniciou no século passado e que vem assumindo, em nossos dias, atitudes violentas, não raro contaminadas de radicalismo ideológico (CUNHA, 1969, p. 10-11). [grifos nossos]

Tais recortes foram selecionados de prefácios de gramáticas publicadas após a NGB e neles sublinhamos a referência à NGB, sinalizando, com isso, que os termos usados em tais gramáticas transcendem aos que foram propostos pela nomenclatura oficial. Apesar da pretensão de controle terminológico, gramática não se limita apenas aos termos designados pela NGB. Essa “violação” é justificada na maioria das vezes (como é apontado nos prefácios) não só pela natureza incompleta do documento como também pelas contribuições da Linguística Moderna, que, ao serem retomadas, colocam ao gramático a condição de dispor de designações vindas desse domínio de saber. Segundo Orlandi (2002, p. 194),

[...] após a imposição da NGB, por decreto, a Linguística adquire prestígio (científico) perante a Gramática. Com a elaboração de sua metalinguagem, a Linguística produz um efeito – no plano do conhecimento da língua – sobre a Gramática tal como era concebida no século XIX.

A NGB começa a dividir espaço com outros enunciados oriundos de outros domínios de saber que apontam para a filiação teórica do gramático. Nesse sentido, a gramática no Brasil passa por uma reconfiguração, na medida em que “a gramática deixa de ser um ‘monumento’ à língua, para se apresentar como um ‘artefato da ciência” (ORLANDI, 2000, p. 31 [grifo da autora]). Assim, a Linguística, enquanto novo campo disciplinar, provoca outra desestabilização no discurso gramatical, pois o estatuto de cientificidade do saber do linguista traz novas contribuições ao saber do gramático. Embora a NGB constitua o interdiscurso que determina o saber gramatical, o gramático não passa indiferente diante do saber do linguista, uma vez que “a autoria da gramática passa a necessitar da caução do linguista, já que este tem o conhecimento científico da língua” (ORLANDI, 2000, p. 30). A NGB, cujo propósito era a uniformização do discurso gramatical, tem a sua soberania ameaçada a partir da década de 1970, principalmente, quando “la linguistique va mener à la production de grammaires non normatives qui contribueront aux affrontements théoriques de cette décennie”⁴² (GUIMARÃES, 2007, p. 15). Inclusive, esses trabalhos gramaticais que seguem uma orientação não normativa,

⁴² “A linguística vai levar à produção de gramáticas não normativas que contribuirão para os confrontos teóricos desta década” [tradução sob nossa responsabilidade].

[...] adoptent une perspective soit structurelle, soit fonctionnelle, soit générative. Ici apparaissent bon nombre d'études (thèses, articles et livres) analysant divers aspects de la syntaxe du portugais. Ces travaux grammaticaux regroupent également les études de phonologie et de morphologie. Parmi eux, toute une ligne s'est consacrée à analyser la spécificité du portugais du Brésil⁴³ (Ibid., p. 28).

Considerando o novo direcionamento dado ao fazer gramatical, que passa a se inscrever em uma rede de filiações com aporte teórico definido (GUIMARÃES, 1996), podemos afirmar que a caução do saber do linguista contribuiu também para sustentar teoricamente as definições dadas pelos gramáticos, cujo trabalho não se limitava a repetir a nova nomenclatura imposta pelo Estado, tampouco a reproduzir sempre a mesma definição. Além disso, uma das formas de emancipação do gramático em relação à NGB se dá pela própria quebra ritualística da repetição da nomenclatura: o gramático não se limita apenas à NGB; a inscrição da gramática num domínio científico cria condições para que outras designações (como apontam os prefácios supracitados), vindas de vertentes teóricas distintas, passem a constituir o discurso gramatical. Desse modo, entendemos que a resistência do gramático em relação à NGB se manifesta também pela própria nomenclatura, não só ao contestá-la como também ao incluir outras designações que circulam no domínio de saber da Linguística.

⁴³ “[...] adotam uma perspectiva ou estrutural, ou funcional, ou gerativa. Aqui aparece um bom número de estudos (teses, artigos e livros) que analisam vários aspectos do português. Esses trabalhos gramaticais incluem também os estudos de fonologia e de morfologia. Dentre eles, toda uma linha foi consagrada a analisar as especificidades do português do Brasil” [tradução sob nossa responsabilidade].

PARTE III

CAPÍTULO 3

DIZERES EM REDE - DESDOBRAMENTO DE UMA DEFINIÇÃO

3.1. Delimitação do objeto

Tendo em vista as condições de produção da gramática brasileira em relação à NGB, a nossa proposta de trabalho é desenvolver um estudo sobre a problemática da definição, isto é, como se constitui os efeitos de evidência do sentido por meio de uma formulação de aparência semanticamente estável e como o sujeito se constitui ao definir, expondo à visibilidade o seu gesto interpretativo, fazendo-o parecer uma certeza absoluta e inquestionável.

Para desenvolver nossa pesquisa, selecionamos uma gramática publicada após a instauração da NGB, que é a **Moderna Gramática Brasileira**, de Celso Pedro Luft. Essa gramática foi publicada inicialmente com o título de **Gramática Resumida**⁴⁴ em 1960, com o propósito de explicar a aplicação da nomenclatura oficial. No entanto, à medida que a **Gramática Resumida** foi sendo reeditada, a NGB ia deixando de ser a única referência do discurso gramatical. Essa descentralização de uma terminologia única é atribuída às contribuições das inúmeras correntes linguísticas que constituíam o panorama dos estudos científicos da linguagem no Brasil, o qual, na década de 1960, ainda estava em fase de formação. Quando a **Gramática Resumida** chega à terceira edição em 1976, as alterações em relação à primeira edição eram tantas que o objetivo da publicação já não era mais o mesmo e a Linguística havia deixado marcas indeléveis na gramática. Luft, nesse sentido, afirma que:

É um outro livro – não mais a ‘gramática resumida’. Dei-lhe o nome de *Moderna Gramática Brasileira*, por tudo o que deve à Linguística moderna e porque na observação dos fatos idiomáticos me baseei no modelo (norma) brasileiro da língua portuguesa (cf., por exemplo, a colocação dos pronomes) (LUFT, 1976, p. XIV).
[grifos do autor]

⁴⁴ Nessa época, Celso Pedro Luft era Irmão Marista e, enquanto tal, assinou a obra como Irmão Arnulfo, nome que lhe foi atribuído quando se tornou seminarista.

Já a **Moderna Gramática Brasileira** inscreve-se num período em que as gramáticas de orientação não normativa passam a se filiar a uma perspectiva ou estrutural, ou funcional, ou gerativa (GUIMARÃES, 1996; 2007). No entanto, ainda que essa gramática se inscreva em uma ou em outra (ou em muitas) perspectiva(s) teórica(s), as causas daquilo que determinaram a sua publicação inicial vieram a falhar, e o gramático já não se limitava às designações propostas pela NGB: ele não só as questionava como introduzia outras que remontavam a diferentes correntes linguísticas. Se é a nomenclatura padrão que induz à publicação da **Gramática Resumida**, é na ruptura com esse paradigma que uma nova gramática aparecerá.

Considerando o percurso da **Moderna Gramática Brasileira** na segunda metade do século XX, trata-se de uma gramática que aponta para um deslocamento na produção do saber gramatical e que relativiza o papel da NGB como normatizadora e unificadora. Nesse sentido, por entendermos que o gramático não se limita a apenas repetir a NGB e que a definição pode ser considerada uma formulação singular que expõe o sujeito à visibilidade a partir do seu gesto interpretativo, nessa gramática recortamos como objeto de análise a definição atribuída a uma designação que não faz parte do rol estabelecido pela NGB, qual seja, a designação “sintagma”. Trata-se de uma designação própria do domínio de saber do linguista introduzida nos estudos da linguagem, com um caráter conceitual, por Saussure, e que, a partir da década de 1970, principalmente, passa a circular no domínio de saber do gramático com certa frequência.

Na **Moderna Gramática Brasileira**, “sintagma” ganha um destaque importante, pois o gramático define a “frase” e o “sintagma” como os objetos dos quais se ocupa a Sintaxe. Desse modo, o que questionamos é como que uma designação, que até então não fazia parte do domínio de saber do gramático, é introduzida na gramática produzindo um efeito de evidência, pela pretensão de apagamento da sua historicidade, conseqüentemente, pela simulação de um efeito de ruptura e descontinuidade, como se as palavras fossem a-históricas.

Em estudo realizado por Dias e Bezerra (2006), os autores mostram como o fato linguístico é enunciado pelas gramáticas brasileiras em três períodos distintos, isto é, em gramáticas publicadas no final do século XIX, em meados do século XX e final do século XX e início do século XXI. Nas gramáticas brasileiras publicadas no final do século XIX, segundo os autores, prevalece um tom avaliativo das afirmações sobre a língua, manifestando apreço ou despreço em relação a determinado uso. Já nas gramáticas publicadas em meados

do século XX, o gramático se empenha em mostrar a língua tal como ela se apresenta, produzindo um efeito de inerência que bastaria apenas para que o gramático observasse o fenômeno linguístico. Dessa forma, perde-se o caráter avaliativo das gramáticas do final do século XIX e atribui-se à formulação do gramático um efeito de objetividade, como se a própria língua determinasse e orientasse naturalmente o uso. Nesse sentido, é importante destacar que a **Moderna Gramática Brasileira** é contemporânea a esse período e guarda propriedades semelhantes às analisadas no trabalho realizado por Dias e Bezerra (2006), uma vez que a formulação do gramático na **Moderna Gramática Brasileira** projeta um efeito de objetividade sobre o saber sobre a língua, como se o saber fosse naturalmente espontâneo e indiferente ao gesto interpretativo do gramático. Tais efeitos contribuem para que a introdução de designações vindas de outros domínios de saber produza um efeito de naturalização e de evidência do sentido, como se tais designações habitassem a gramática desde sempre.

A designação “sintagma” é introduzida não só na **Moderna Gramática Brasileira**, mas também **Nova Gramática do Português Contemporâneo** (1985), de Celso Cunha⁴⁵ e Luís F. Lindley Cintra. Os gramáticos também apresentam outras designações do domínio de saber da linguística que não só a designação “sintagma”, o que quebra com o ciclo de repetibilidade dos termos estabelecido pela NGB. Os autores distinguem apenas dois tipos de sintagma⁴⁶, o *sintagma nominal* e o *sintagma verbal*, definidos da seguinte forma:

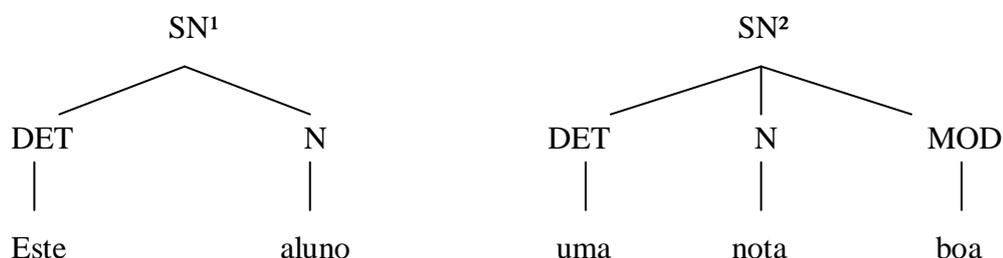
- a) Toda unidade que tem por núcleo um substantivo recebe o nome de SINTAGMA NOMINAL (SN) [...] (Ibid., p.120).
- b) O SINTAGMA VERBAL (SV) constitui o predicado. Nele há sempre um verbo, que, quando SIGNIFICATIVO, é o seu núcleo [...] (Ibid., p. 121).

Além de “sintagma”, a designação “núcleo”, que aparece nas definições de sintagma nominal e verbal, também não está junto aos termos estabelecido pela NGB. Determinantes (DET) e Modificadores (MOD) são outras duas designações que aparecem junto de “sintagma” na gramática de Cunha e Cintra. Segundo os autores, os Determinantes são os artigos, os numerais e os pronomes adjetivos, já os Modificadores são os adjetivos ou expressões adjetivas. Trata-se de designações que serão usadas no esquema proposto pelos

⁴⁵ Celso Cunha foi presidente da comissão que elaborou a NGB.

⁴⁶ Luft atribui outras classificações além do Sintagma Nominal (SN) e do Sintagma Verbal (SV), como Sintagma Substantivo (SS), Sintagma Adjetivo (SAdj), Sintagma Adverbial (SAdv) e Sintagma Preposicional (SP).

autores para descrever os elementos que constituem a frase, conforme segue o diagrama-árvore abaixo (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 121):



Os diagramas-árvores não descrevem a frase completa, sendo usados somente para ilustrar os sintagmas nominais. Na gramática de Cunha e Cintra, o “sintagma” aparece associado ao esquema dos diagramas-árvores, próprios da gramática sintagmática proposta por Chomsky. Trata-se de outro saber que vem a se atravessar no domínio de saber do gramático, que guarda resquícios de outras formulações. Desse modo, ao mobilizar a designação “sintagma”, o gramático necessita também de outra designação, formando, assim, uma cadeia que remete a uma rede de formulações do domínio de saber do linguista. Entretanto, a relação entre a gramática e a linguística por meio da introdução de designações modernas junto a análises tradicionais não parece convencer a todos no que tange à modernidade da gramática. Silva (2000), ao analisar a **Nova Gramática do Português Contemporâneo**, critica o uso ocasional de alguns aspectos de estudos linguísticos que são tomados isoladamente:

É de admirar também que à página 120, ao definir sujeito e predicado, introduz os conceitos operacionais vigentes, a partir dos estruturalismos, de *sintagma nominal* e *sintagma verbal*, que são *constituintes estruturais* de uma frase, no momento em que está apresentando a análise relacional das funções sintáticas. Por razão pedagógica, pensamos, exemplifica com diagramas estruturais, a organização da frase em constituintes imediatos, próprios às gramáticas sintagmáticas do estruturalismo distribucional e dos primeiros gerativismos. Entretanto, nos capítulos subseqüentes, não mais se operará nem com constituintes imediatos, nem com as correspondentes designações metalingüísticas, retornando às *palavras* e as *frases* [...] A tentativa de modernizar a análise incluída pelos Autores na morfo-sintaxe confunde a tradição com elementos tomados à análise dos estruturalismos. Essa utilização ocasional da análise sintagmática no corpo de uma análise nos moldes tradicionais confirma a crítica de Perini (1985:6-11) à gramática tradicional do português: ‘inconsistência teórica e falta de coerência interna’ (SILVA, 2000, p. 61). [grifos da autora]

É preciso considerar outro fator que contribuiu para a não limitação da gramática à NGB, qual seja, a redefinição do conceito de gramática proposto Noam Chomsky, que retoma os pressupostos da *gramática universal ou filosófica*, surgida nos séculos XVII e XVIII com o objetivo de estabelecer princípios gerais aplicáveis a todas as línguas e baseados em propriedades intrínsecas do intelecto (CHOMSKY, 1973). Nessa medida, o conceito de gramática universal como “teoria geral da estrutura linguística que determina a forma da gramática” (Ibid., p. 26) inscreve a gramática no domínio das ciências, porque teria, sobretudo, um caráter universal e uma teoria de base. Dentre os modelos de descrição da linguagem propostos por Chomsky, destacamos a Gramática Sintagmática, componente de base da Gramática Generativa Transformacional, que tem o objetivo de descrever a estrutura da frase em constituintes imediatos, isto é, elementos linguísticos que se agrupam entre si para constituírem a frase (CHOMSKY, 1965). A designação “sintagma” aparece na proposta chomskyana recorrentemente como Gramática Sintagmática, Indicador Sintagmático, Estrutura Sintagmática, Sintagma Nominal, Sintagma Verbal, etc. Aliás, Indicador Sintagmático é a forma como é designada o diagrama-árvore usado para descrever a frase em estrutura. Tais diagramas-árvores também aparecem nas gramáticas brasileiras e, junto deles, a designação “sintagma”.

Considerando a complexidade das condições históricas, é preciso ter em vista que o discurso é atravessado continuamente por diferentes saberes e não pode ser controlado nem pelo sujeito nem por uma intervenção política. Nesse sentido, a designação “sintagma” no discurso do gramático coloca em jogo as delimitações entre um domínio de saber e outro, assim como questiona o controle da NGB.

3.2. Por uma questão metodológica

Ao questionarmos o efeito de transparência da definição, temos como pressuposto que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar um outro” (PÊCHEUX, 2008 [1990], p. 53). Além disso, tendo em vista que as palavras não significam por si mesmas, mas pela sua relação com outras palavras, para dar visibilidade ao processo discursivo e expor a definição à historicidade, entendemos que é preciso colocar várias formulações em relação.

A nossa proposta de análise não têm a pretensão de dar conta de todas as formulações que constituem o processo discursivo ou todas as definições atribuídas à designação “sintagma”, tampouco temos a ilusão de chegar a um enunciado original, pois entendemos que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas que se cruzam, que às vezes se justapõem, mas que também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2002 [1971], p. 14). Desse modo, quando falamos em *formulação-origem* estamos tomando-a no sentido atribuído por Courtine, na medida em que não temos a pretensão de atribuir, “de modo algum, um ‘começo’ ao processo discursivo, mas constitui o lugar onde se pode determinar, no desenvolvimento do processo discursivo, o surgimento de enunciados que figuram como elementos do saber próprio a uma FD” (2009, p. 112 [grifo do autor]).

O interesse pela definição repousa sobre o pressuposto teórico da não transparência da linguagem e da produção de efeitos de evidência, que fazem repetir um já dito, fazendo calar o que cada um entende sem confessar. A definição na gramática e no dicionário produz um efeito de transparência da linguagem, como se fosse possível tocar o real, e o sujeito coloca-se (imaginariamente) numa posição exterior à língua e à história, produzindo um efeito de que seu dizer é neutro em relação à subjetividade, à ideologia e à história.

O trabalho do analista, segundo Orlandi (2005 [1999]), é, numa primeira etapa, desnaturalizar essa relação por meio de dispositivos analíticos, relacionando o dito com o não dito e também àquilo que foi dito de outro modo, constituindo uma rede de famílias parafrásticas que remetem a dizeres que determinam o dizer do sujeito. Numa segunda etapa, segundo Orlandi (Ibid., p. 78),

[...] o analista vai incidir uma análise que procura relacionar as formações discursivas distintas – que podem ter-se delineado no jogo de sentidos observado pela análise do processo de significação (paráfrase, sinonímia etc.) com a formação ideológica que rege essas relações.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que as palavras não são do sujeito nem são exclusivas de uma dada FD, o que torna possível que as mesmas palavras possam significar diferente conforme a posição daqueles que as empregam, já que as palavras se deslocam no interdiscurso, o todo complexo dominante das FDs. Considerando o trânsito da designação “sintagma” em diferentes domínios de saber, interessa-nos questionar o que singulariza essa designação como própria de um domínio de saber e não outro. Desse modo, a partir da forma como entendemos a constituição do processo discursivo, a nossa proposta não é procurar o

mesmo sob o diferente, e sim procurar o diferente sob a forma do mesmo, isto é, o que singulariza cada formulação como própria de um gesto interpretativo, e não apenas de uma repetição empírica. Nesse sentido, propomos analisar os nossos recortes a partir da noção de efeito metafórico, a fim de investigar como um determinado enunciado vai sendo retomado e mantém o efeito do mesmo.

As definições atribuídas à designação “sintagma” e selecionadas para a nossa pesquisa estão inscritas em situações discursivas diferentes, o que aponta para um deslocamento dessa designação em diferentes domínios, bem como para um constante movimento de retomada e reformulação que faz o já dito (em outro lugar e de outra forma) deslizar e significar diferente. Dessa forma, o processo discursivo não pressupõe que um dado saber seja apenas retomado e acrescentado de algo, sucessivamente. O processo discursivo se constitui de forma bem menos organizada e linear por meio de movimentos parafrásticos e sinonímicos que, por sua vez, estabelecem uma *rede de formulações* que “consiste num conjunto estratificado ou desnivelado de formulações, que constituem as formulações possíveis de [E]. O que chamamos ‘estratificação’ ou ‘desnivelamento’ das formulações remete à dimensão vertical (ou interdiscursiva) de um [E] como R[e]” (COURTINE, 2009, p. 100 [grifos do autor]).

Tendo em vista que, segundo Orlandi (2005 [1999]), o trabalho do analista explicita os mecanismos de funcionamento do discurso para compreender a produção dos sentidos, pode-se, por meio da noção de efeito metafórico, distinguir que gestos de interpretação estão constituindo os sentidos. Pêcheux (1997 [1969], p. 96 [grifos do autor]) chama de “efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y”. Esse dispositivo analítico permite ao analista descrever a passagem de uma formulação a outra, apontando os deslizamentos de sentido determinados por gestos interpretativos. Entretanto, é preciso destacar que a passagem de uma formulação a outra não se dá apenas por uma única substituição, e sim que as formulações se ligam umas as outras por uma série de efeitos metafóricos. Além disso, uma formulação não se sobrepõe a outra de forma paralela, na medida em que “o paralelismo é paulatinamente rompido pelas distorções ‘individuais’ do discurso, que parece assim ‘escapar’ ao processo de produção, por uma ‘criação infinita’ uma ‘variedade sem limites’ que seria próprio da fala” (Ibid., p. 104 [grifos do autor]). Desse modo, dado que um determinado discurso não apresenta uma forma linguística material que lhe assegure uma unidade, toda formulação remete a uma série de formulações possíveis que lhe são semelhantes semanticamente. Por meio de sucessivos efeitos metafóricos, uma dada

formulação-origem é sucessivamente retomada e parafraseada até chegar-se a uma formulação que já não guarda elementos da formulação-origem, restando destes somente os ecos.

Mobilizamos o conceito de recorte tal como propõe Orlandi (1984, p. 14), para designar uma unidade discursiva, isto é, “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. O recorte está vinculado à definição de texto como o todo em que se organizam os recortes. Nesse sentido, a autora distingue recortar de segmentar, principalmente quanto ao aspecto sintático, na medida em que o conceito de recorte estabelece uma relação das partes com o todo que constitui o texto, de forma que a sua organização não segue o esquema sintático da segmentação da frase em Sujeito-Verbo-Objeto. A relação dos recortes entre si se estabelece de forma não linear e não organizada previamente, e as retomadas e repetições não seguem esse esquema. No exemplo dado pela autora (X: Maria apanha do marido; Y: As mulheres vão ter de lutar muito para mudar um pouco essa herança histórica) para ilustrar a não-linearidade do processo discursivo, Orlandi (Ibid.) questiona não só a linearidade, mas também o processo de retomada e reformulação, que não se dá de palavra por palavra, nem de forma paralela.

No presente trabalho, o corpus da nossa pesquisa se constitui por quatro definições atribuídas à designação “sintagma”. Tais recortes estão inscritos em situações distintas e estão associados uns aos outros por um mecanismo de retomada e reformulação, formando, desse modo, uma rede de formulações. Entendemos que a definição está intrinsecamente associada a uma designação, uma vez que a definição pode ser entendida como o desdobramento de uma palavra em outras palavras, como paráfrase de si mesma. Nessa medida, a definição só existe em relação à designação. Por designação entendemos:

[...] o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p. 9).

Desse modo, a seguir, vamos expor os gestos teóricos e interpretativos que nos conduziram aos recortes da nossa pesquisa, isto é, as definições atribuídas à designação “sintagma” e, a partir de uma perspectiva discursiva, desenvolveremos uma análise para compreender o funcionamento discursivo e o deslizamento de uma formulação a outra, assim investigando os gestos de interpretação que estão constituindo os sentidos.

3.3 A constituição do corpus da pesquisa

Segundo Orlandi (2005 [1999], p. 62), “a delimitação do corpus não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos”. A constituição do corpus da nossa pesquisa tem como ponto de partida a definição atribuída à designação “sintagma” na **Moderna Gramática Brasileira** (1976). Diante de tal materialidade, as questões que orientam a constituição do corpus estão pautadas no pressuposto de que: i) a linguagem não é transparente; ii) todo dizer é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro; e iii) não há saber descontínuo e indiferente à história. Dito de outro modo, ao questionarmos transparência da definição e a pretensão do sujeito de fazer sua formulação parecer indiferente ao seu gesto interpretativo e à história, temos como pressuposto que “não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (Ibid., p. 62).

O nosso segundo recorte se constitui pela definição atribuída à designação “sintagma” no **Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa** (1967), também de Celso Pedro Luft, e se trata de uma outra situação discursiva em que o gramático Celso Pedro Luft define “sintagma”. Ao considerarmos tal recorte, confirma-se o nosso pressuposto, mas novamente nos deparamos com o efeito de evidência e de descontinuidade da definição, que não apresenta relação alguma com a anterior, exposta na **Moderna Gramática Brasileira** (1976). Aqui, estamos diante de uma definição outra que, ao mesmo tempo, assim como a precedente, reserva o efeito de evidência e o interdito da dúvida. Como uma dada designação pode ser definida com tanta propriedade pelo gramático se ela é passível de ter outra(s) definição(ões)?

Apesar de a definição de “sintagma” não referir a dizeres que lhe são precedentes, simulando um efeito de descontinuidade e de ruptura com o já dito, ao final do verbete há uma sinalização de que a definição atribuída a “sintagma” é retomada de Joaquim Mattoso Câmara, do **Dicionário de Filologia e Gramática**⁴⁷ (1964). Desse modo, tal definição deve ser considerada em relação à formulação que lhe precede e que está funcionando sob o dizer do gramático, produzindo um efeito parafrástico.

⁴⁷ O **Dicionário de Filologia e Gramática** deveria ser a segunda edição do **Dicionário de Fatos Gramaticais**, publicado inicialmente em 1956, o qual foi intitulado após uma revisão cabal em amplitude e profundidade, segundo as palavras do próprio autor. Tal dicionário continuou sendo reeditado até a sexta edição com esse título. Já na sétima edição, publicada em 1977, por iniciativa dos editores, o dicionário recebeu acréscimos de termos linguísticos desenvolvidos após a morte de Mattoso e, com isso, mudou-se novamente de título: o dicionário passou a ser designado então **Dicionário de Linguística e Gramática**.

O nosso terceiro recorte se constitui pela definição atribuída à designação “sintagma”, por Mattoso Câmara, no **Dicionário de Filologia e Gramática** (1964). Em tal dicionário, Mattoso Câmara distingue a definição de “sintagma” contemporânea daquela atribuída inicialmente por Saussure, apontado como aquele que primeiro introduziu, com um caráter conceitual, a referida designação nos estudos linguísticos. A definição atribuída por Saussure passa a constituir o quarto recorte do corpus da nossa pesquisa. Entretanto, não temos a pretensão de tomar a definição de “sintagma” proposta por Saussure como um enunciado original e descontínuo, mas enquanto um enunciado que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações. Assim, os recortes que constituem o corpus da nossa pesquisa são apresentados no seguinte quadro:

MODERNA GRAMÁTICA BRASILEIRA (1976) – CELSO PEDRO LUFT
Sintagma é qualquer constituinte imediato da oração, exercendo função de sujeito, complemento, predicativo, adjunto adverbial. Tanto pode ser uma palavra só como mais de uma palavra (LUFT, 1976, p. 13).
DICIONÁRIO GRAMATICAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (1967) – CELSO PEDRO LUFT
Sintagma – Combinação binária de formas lingüísticas em que um elemento principal ou <i>determinado</i> (v.) é modificado por um elemento secundário, subordinado ou <i>determinante</i> (v.) [...] (Cf. DFG, 1964, s.v. Sintagma) (LUFT, 1967, p. 150 [grifos do autor]).
DICIONÁRIO DE FILOLOGIA E GRAMÁTICA REFERENTE À LÍNGUA PORTUGUESA (1964) – JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JR.
SINTAGMA – Termo estabelecido por Saussure (1922, 170) para designar a combinação de formas mínimas numa unidade lingüística superior. De acôrdo com o espírito da definição, implícita em Saussure, entende-se hoje por sintagma um conjugado binário (duas formas combinadas), em que um elemento DETERMINANTE cria um elo de subordinação (v.) com outro elemento, que é DETERMINADO (MATTOSO CÂMARA, 1964, p. 322 [grifos do autor]).
COURS DE LINGUISTIQUE GÉNÉRALE (1997 [1916]) – FERDINAND DE SAUSSURE
D'une part, dans le discours, les mots contractent entre eux, en vertu de leur enchaînement, des rapports fondés sur le caractère lineaire de la langue, qui exclut la possibilité de prononcer deux éléments, à la fois (voir p. 103). Ceux-ci se rangent les uns à la suite des autres sur la chaîne de la parole. Ces combinaisons qui ont pour support l'étendue peuvent être appelées syntagmes. Le syntagme se compose donc toujours de deux ou plusieurs unités consécutives (par exemple: re-lire; contre tous; la vie humaine; Dieu est bon; s'il fait beau temps, nous sortirons; etc.) (SAUSSURE, 1997 [1916], p. 170 [grifos do autor]).

Quadro 2 - Recortes discursivos

No quadro 2, consideramos apenas as definições; exemplos, comentários e classificações, embora frequentes nos verbetes de dicionários terminológicos, não foram considerados, porque o objeto do nosso trabalho é a definição e a definição não é o todo do verbete, é apenas um dos elementos que o constitui. No caso da definição atribuída por Saussure, é preciso considerar ainda que a definição em um texto teórico não se dá de forma concisa tal como na gramática e no dicionário. Em tais condições, a definição se dá de forma

entrecortada e por meio de retomadas, no sentido de que está imersa em um arcabouço teórico que sustenta uma tese maior que vai se constituindo ao longo do texto, até um estágio em que se torna possível afirmar: “tendo em vista tais pressupostos..., chamaremos de sintagma...”. Nesse sentido, ao recortarmos a definição de “sintagma” no CLG, estabelecemos uma margem maior para manter as marcas de retomadas e os entrecortes.

Tendo em vista que “decidir o que faz parte do corpus já decidir acerca de propriedades discursivas” (ORLANDI, 2005 [1999], p. 63), a partir de tais definições, o nosso propósito é compreender como está funcionando esse mecanismo de retomada e reformulação e os mecanismos de substituições parafrásticas a partir das relações estabelecidas entre tais formulações. Além disso, interessa-nos investigar o que torna cada definição uma formulação singular que historiciza e inscreve-se no interdiscurso, dando visibilidade ao gesto interpretativo do sujeito que define.

Uma vez definido o corpus e o objetivo da pesquisa, que é questionar o efeito de transparência da definição bem como o que a torna uma formulação singular, a análise será conduzida a partir da definição de “sintagma” atribuída por Luft na **Moderna Gramática Brasileira**. Além disso, seguimos também a orientação que nos conduziu à delimitação do corpus, isto é, as marcas linguísticas que apontam para um movimento de retomada e reformulação que conduz até uma formulação-origem.

O nosso gesto analítico se constitui sob um movimento de retrospectão que é projetado a partir das marcas linguísticas que retomam um saber que lhe é precedente. A partir desse gesto, nosso propósito é interrogar o efeito de evidência da definição, mostrando que a produção do conhecimento se constitui na história em relação aos saberes que lhe servem de pressuposto, e não de forma descontínua.

Poderíamos conduzir nossa análise a partir da formulação-origem saussuriana e, a partir daí, constituir um percurso dessa designação até chegar à **Moderna Gramática Brasileira**. Entretanto, esse critério nos conduziria à deriva do discurso, uma vez que a instauração de uma dada formulação-origem constitui condições de outras formulações, e a natureza do discurso desconhece apenas uma ordem paralela, contínua e linear. Iniciar a nossa análise pela definição de “sintagma” na **Moderna Gramática Brasileira**, tendo em vista já a formulação-origem, delimita o acaso do discurso e o percurso a ser traçado. Dessa forma, considerando essa condição de deriva diante da formulação-origem saussuriana, não teríamos critérios específicos que projetassem uma segunda, terceira definição de “sintagma”. Por que da definição atribuída por Saussure se passa para a definição atribuída por Mattoso Câmara, e

da definição de Mattoso Câmara se passa para a definição atribuída por Luft? O que essas obras têm em comum? Se considerarmos esse movimento de projeção, não teríamos critérios para justificar a relação entre essas quatro obras, haja vista que, por esse viés, não há marcas linguísticas que apontem para a projeção de uma definição futura.

Assim, a nossa análise tem início em uma definição cujo efeito de evidência nos remete ao questionamento da historicidade da produção do conhecimento e também à autoria do gramático, na medida em que dá visibilidade ao gesto interpretativo do sujeito, ao mesmo tempo em que se nega a interpretação, produzindo efeitos de naturalização dos sentidos.

3.4 Definir (,) um gesto interpretativo⁴⁸

Diante da pretensão de opacidade e transparência da gramática, deparamo-nos com uma formulação que, apesar do efeito de evidência, mostra-se opaca por simular uma descontinuidade em relação aos saberes precedentes. Consideremos a seguinte formulação:

Sintagma é qualquer constituinte imediato da oração, exercendo função de sujeito, complemento, predicativo, adjunto adverbial. Tanto pode ser uma palavra só como mais de uma palavra (LUFT, 1976, p. 13).

Em relação à designação “sintagma” na gramática, tem-se um estranhamento junto às demais designações, já que essa gramática havia sido publicada inicialmente para explicar a aplicação dos termos propostos pela NGB, e tal designação não está entre aquelas propostas pela nomenclatura vigente. Além do mais, sustenta-se que, após a instauração da NGB, o trabalho do gramático estaria submetido a repetir a nomenclatura vigente. A **Moderna Gramática Brasileira** parece escapar à regra, já que o gramático introduz designações que não fazem parte do rol estabelecido pela NGB.

A definição atribuída a essa designação por Luft está pautada em um efeito de evidência que simula um apagamento dos dizeres que a determinaram, de tal modo que

⁴⁸ Esse título faz referência ao texto “Definir (,) um percurso”, da Professora Dr. Claudia Castellanos-Pfeiffer, publicado no livro **Para uma enciclopédia da cidade** (2003), organizado por Eni Orlandi.

funciona sob o efeito da autonomia. Tem-se uma retomada de saber inscrito no domínio da memória, mas ficam somente os ecos, como vozes sem nome. À medida que uma dada formulação-origem vai sendo retomada, apagam-se as marcas do discurso relatado, e tal formulação se torna tão recorrente que passa a fazer parte de um já sabido. Diante de uma afirmação tão evidente, o sujeito é interpelado por uma sobreposição do sujeito ideológico e é chamado a juntar-se ao “todo mundo sabe que...”, “todo mundo sabe o que é um sintagma”.

Apesar da pretensão de parecer evidente, a introdução da designação “sintagma”, por não ser da ordem do já dito e do já conhecido, é definida pelo gramático, isto é, a designação em si não ressoa na memória e não encontra transparência ao ser enunciada. Então, o gramático a define por meio de outras palavras, uma vez que as palavras não são definidas senão por outras palavras, pelo desdobre em paráfrase. Mesmo ao defini-la, no entanto, tal formulação se torna ainda menos evidente. Como tal saber, que até então não fazia parte do interdiscurso do gramático, surge, num momento de lucidez em que o gramático se dá conta daquilo que sempre esteve ali, diante de si? Este parece ser um processo de saber instantâneo segundo o qual, repentinamente, o gramático pudesse dizer com tanta propriedade que “‘sintagma’ é...”.

A definição produz um efeito de que aquilo que o sujeito afirma é intrínseco ao objeto definido, como se isso não partisse do gesto interpretativo do sujeito. Projeta-se sobre a definição o efeito de que o conhecimento é exterior ao sujeito por meio de um efeito de objetividade do dizer. A aparente ruptura com o já dito, ao se introduzir uma designação que parece ser da ordem do não dito e do ainda não pensado, contribui para o efeito de descontinuidade de um saber que parece ser indiferente à história e à ideologia. Simula-se, em razão da objetividade do saber, um contexto artificializado em que um saber originalmente novo produzido unicamente por um sujeito concreto individual a-histórico e indiferente à ideologia, que pensa unicamente por meio de conceitos. Dada a pretensão de neutralidade do dizer, o sujeito, ao definir, produz um efeito de que fala do lugar de um sujeito universal, segundo o qual o que se diz não é senão a verdade.

Ao deslocar tal designação para o domínio da gramática, o sujeito a define por meio de uma metalinguagem (“constituente imediato”, “oração”...), como se tal sujeito habitasse um plano paralelo ao mundo das coisas, o plano dos conceitos, constituindo assim uma codificação que faz com que tal designação, ao ser definida, remeta a outras designações às quais o gramático pressupõe que o sujeito leitor já domine, fazendo com que a gramática seja fechada sobre si mesma. Entretanto, “constituente imediato”, por exemplo, não faz parte das

designações estabelecidas pela NGB tampouco foi mencionada anteriormente pelo gramático. A designação “sintagma”, ao ser introduzida na gramática, rompe com o ciclo encantado da repetição e aponta para o atravessamento de um saber que até então era da ordem do não dito. O círculo, então, encontra uma falha e não se fecha, remetendo para um outro domínio de saber e estabelecendo pontos em comum que contribuem para o encadeamento entre diferentes domínios. No entanto, o gramático, ao tentar definir, desdobrando a palavra em paráfrase de si mesma, retoma uma outra designação (“constituente imediato”) que também não ecoa no domínio de saber do gramático. A designação “constituente imediato” parece remeter a algo pensado antes, em outro lugar, que passa a funcionar no enunciado como evidente, algo da ordem do já dito. Como as palavras têm memória e significam pela sua relação com outras palavras, a designação “sintagma”, juntamente com a designação “constituente imediato”, remetem à Gramática Sintagmática proposta por Noam Chomsky.

Desse modo, ao retomar dizeres outros, as fronteiras que delimitam o fechamento da gramática tornam-se cada vez mais instáveis, fazendo ressoar o interdiscurso de outros domínios de saber que ecoam do interior da gramática como uma voz dissidente. O interdiscurso de uma FD

[...] realiza, assim, o fechamento de uma FD, delimitando seu interior (o conjunto dos elementos do saber) de seu exterior (o conjunto dos elementos que não pertencem ao saber da FD); esse fechamento, entretanto, é fundamentalmente instável: não consiste num limite traçado, de uma vez por todas, mas se inscreve entre diversas FD como uma *fronteira que se desloca*, em razão dos jogos da luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma dada formação social (COURTINE, 2009, p. 99-100). [grifos do autor]

Dada a natureza das fronteiras que delimitam a FD, invisíveis, sinuosas e móveis, é possível que saberes de outras FDs venham a se atravessar no discurso gramatical, fazendo ressoar um saber estranhamento familiar e apontando que algo falha no domínio de saber gramatical. Dessa forma, entendemos que a introdução da designação “sintagma” aponta para a quebra do ritual e, portanto, para um processo de identificação com uma outra formação ideológica dada.

Além disso, esse distanciamento do sujeito em relação à ideologia dominante se manifesta pela quebra da repetição da NGB. Diferentemente das designações da NGB, a designação “sintagma” tange a um saber que tem foros de cientificidade e que também traz uma concepção de língua e de linguagem diferenciadas. Nessa medida, por não estar na ordem do já-dito, pelo menos não na FD do gramático, a introdução da designação “sintagma” instaura uma memória e uma nova ordem de repetibilidade no processo discursivo. Trata-se

de uma formulação singular que passa a fazer parte do interdiscurso como um lugar de memória, de referência. Nesse sentido, a introdução da designação “sintagma” na gramática funciona como uma modalidade de

[...] repetição vertical, que não é aquela da série de formulações que formam enunciados, mas a que se repete a partir disso, um não sabido, um não reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado: uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma memória lacunar ou com falhas (COURTINE, 1999, p. 21).

Mas, em que processo discursivo está inscrito esse enunciado que é linearizado no discurso do gramático, parecendo estranho por não ressoar no interdiscurso que determina a FD do gramático (memória vertical) e, ao mesmo tempo, familiar pelo modo como o gramático o apresenta como sempre já ali (memória horizontal)? Apoiando-nos na premissa de que todo enunciado é passível de tornar-se outro por meio de sucessivos efeitos metafóricos, consideramos, então, uma outra formulação em que Celso Pedro Luft define “sintagma”. Trata-se da definição atribuída à designação “sintagma” na obra **Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa** (1967), publicada após a instauração da NGB, mas antes mesmo da **Moderna Gramática Brasileira**. Por entendermos que as palavras significam pela sua relação com outras palavras e que “sobre a produção do sentido, só é possível dar visibilidade ao processo discurso colocando várias sequências em relação” (PÊCHEUX, 2011, p. 167), a partir da definição atribuída à designação “sintagma” propomos investigar como se dá a relação de uma formulação a outra, bem como investigar como se constitui as famílias parafrásticas relacionando o que foi dito com o que não foi dito.

No **Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa** (1967), Luft define “sintagma” da seguinte forma:

Sintagma – Combinação binária de formas lingüísticas em que um elemento principal ou *determinado* (v.) é modificado por um elemento secundário, subordinado ou *determinante* (v.) [...] (DFG, 1964, s. v. *Sintagma*).

Essa formulação não apresenta nenhuma semelhança com a formulação precedente, entretanto a forma da definição atribuída à designação “sintagma” produz um efeito de universalidade, como se essa definição fosse única e absoluta para todos, independentemente de qualquer perspectiva teórica e alheia a intervenções históricas e ideológicas. Apesar de a definição de “sintagma” não referir a dizeres que lhe são precedentes e também não

apresentar semelhança em relação à definição atribuída na **Moderna Gramática Brasileira**, simulando um efeito de descontinuidade e de ruptura com o já dito, ao final do verbete há uma sinalização de que a definição atribuída a “sintagma” é retomada de Joaquim Mattoso Câmara, do **Dicionário de Filologia e Gramática** (1964). Enfim, o gramático abre as cortinas e mostra o processo de produção do conhecimento! Desse modo, tal definição deve ser considerada em relação à formulação que lhe precede e que está funcionando sob o dizer do gramático de forma mascarada. Assim, interessa-nos compreender como está funcionando esse mecanismo de retomada e reformulação bem como os mecanismos de substituições parafrásticas a partir das relações estabelecidas entre tais formulações.

No **Dicionário de Filologia e Gramática** (1964), Mattoso Câmara define sintagma da seguinte forma:

SINTAGMA – Termo estabelecido por Saussure (1922, 170) para designar a combinação de formas mínimas numa unidade lingüística superior. De acôrdo com o espírito da definição, implícita em Saussure, entende-se hoje por sintagma um conjunto binário (duas formas combinadas), em que um elemento DETERMINANTE cria um elo de subordinação (v.) com outro elemento, que é DETERMINADO. (MATTOSO CÂMARA, 1964, p. 322 [grifos do autor])

Eis a definição que Luft (1967) toma como referência para a formulação da sua definição. Mas não se trata de uma citação integral, nem de uma cópia fiel. Ao retomar o verbete de Mattoso Câmara (1964), Luft (1967) exclui o primeiro enunciado que remete à definição atribuída à designação “sintagma” por Saussure:

Termo estabelecido por Saussure (1922, 170) para designar a combinação de formas mínimas numa unidade lingüística superior [...]
(MATTOSO CÂMARA, 1964, p. 322 [grifos do autor])

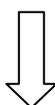
Este enunciado que dá início ao verbete de Mattoso Câmara constitui aquilo que parece ser o sentido primeiro atribuído à designação “sintagma” e que, portanto, é associado a um sujeito identificável, autorizado a definir. O que se sobressai na definição de Mattoso Câmara é a insistência em marcar o lugar de origem onde tal formulação se constituiu inicialmente, não só o texto em que tal formulação está inscrita, mas também o autor que deu

origem⁴⁹. Poderíamos ainda dividir esse enunciado em duas partes, desdobrando-as em paráfrases. A primeira parte do enunciado, que refere à autoria dessa formulação-origem, e poderia ser desdobrada em paráfrase da seguinte forma:

- a) “Térmo [estabelecido por Saussure (1922, 170)] para designar X”
- b) “É o nome que [Saussure, o linguista, etc...] dá a X”
- c) “É palavra [saussuriana, linguística] que vale como X”

Em relação à segunda parte, o X, referente à definição, teríamos já uma paráfrase, pois i) não se trata de uma citação direta e ii) o texto original em que está inscrita tal formulação-origem está em outra língua. A edição citada por Mattoso Câmara é a edição francesa, pois o **Dicionário de Filologia e Gramática** é anterior à edição brasileira do CLG. Desse modo, entendemos que tal definição é constituída por uma reformulação parafrástica. Assim, a formulação de Mattoso Câmara não encontra equivalente nem na edição francesa, nem na edição brasileira do CLG. Considerando a formulação de Saussure, Mattoso Câmara exclui alguns elementos, como, por exemplo, a oração relativa, bem como a parte que introduz o enunciado sobre a composição do “sintagma”:

[Ces] combinaisons [qui ont pour support l'étendue peuvent être appelées syntagmes]. [Le syntagme se compose donc toujours] de deux ou plusieurs unités consécutives [...] (SAUSSURE, 1997 [1916], p. 170 [grifos do autor]).



combinaisons de deux ou plusieurs unités consécutives

Mas, tal enunciado não é tomado conforme a formulação do CLG. Além das exclusões, Mattoso Câmara, ao retomá-lo, reformula por meio de efeitos metafóricos, isto é, sua formulação coloca em relação elementos passíveis de substituição por apresentarem aproximadamente o “mesmo sentido”. No quadro abaixo, colocamos as duas definições em

⁴⁹ A edição citada por Mattoso é a segunda edição francesa do CLG. A versão portuguesa só é publicada em 1970, com tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, e prefácio da edição brasileira de Isaac Nicolau Salum.

relação paralelamente, a fim de darmos visibilidade ao deslocamento de uma formulação à outra.

CLG (edição francesa)	combinaisons de (combinações de)	deux ou plusieurs unités (duas ou mais unidades)	consécutives (consecutivas)
	↓	↓	↓
DFG (1964)	combinação de	formas mínimas	numa unidade linguística superior

Quadro 3 - Reformulação parafrástica da definição saussuriana

Nessa medida, por meio do efeito metafórico, “formas mínimas” está para “unidades”, assim como o plural (formas mínimas) está para “deux ou plusieurs”. Por sua vez, o deslocamento é mais acentuado quanto à substituição “numa unidade linguística superior” e “consécutives”, uma vez que “consécutives” dá a ideia de linearidade, de extensão, já “unidade linguística superior” projeta a ideia de fechamento, impõe um limite. Dentre os elementos substituíveis, o que permanece constante de uma formulação a outra é a “combinação de”, ainda que na formulação de Saussure esteja no plural.

Na sequência, após expor aquela que parece ser a definição ortodoxa de “sintagma”, Mattoso Câmara discorre sobre a definição atual (em relação ao tempo da formulação de Mattoso Câmara) que a designação “sintagma” tomou, distanciando-se da formulação original.

[De acordo com o espírito da definição, implícita em Saussure, entende-se hoje por sintagma] um conjunto binário (duas formas combinadas), em que um elemento DETERMINANTE cria um elo de subordinação (v.) com outro elemento, que é DETERMINADO. (MATTOSO CÂMARA, 1964, p. 322 [grifos do autor]).

Considerando primeiramente a parte destacada, poderíamos dividir esse enunciado em duas partes, a primeira referente à autoria e a segunda referente à definição. Na primeira parte, referente à autoria, teríamos o seguinte:

De acôrdo com o espírito da definição, implícita em Saussure, entende-se hoje por sintagma [...] (MATTOSO CÂMARA, 1964, p. 322 [grifos do autor]).

Essa parte remete não só à questão da autoria, mas também à questão da reformulação e da (re)definição. Mattoso Câmara propõe outra definição de “sintagma” que se distancia daquilo que é tomado como formulação-origem. Esse enunciado, constituído a partir da formulação-origem saussuriana, passa a ser a definição de Mattoso Câmara acerca da designação “sintagma”, que também vai funcionar como uma formulação-origem. Dessa forma, o enunciado original é retomado e reformulado e dá-se à designação “sintagma” uma nova definição. O lugar da interpretação do sujeito que redefine está nas entrelinhas da formulação-original, isto é, naquilo que não está dito, mas está significando [**De acôrdo com o espírito da definição, implícita em Saussure**]. Além disso, considerando o restante desse enunciado [**entende-se hoje por sintagma**], o sujeito tenta dissimular o seu gesto interpretativo, escondendo-se atrás de uma voz que ressoa, e ao definir tal designação, atribui um efeito de unidade a essas vozes dispersas, além de um lugar de visibilidade. Desse modo, ao definir “sintagma”, Mattoso Câmara apropria-se de tal modo que ele próprio passa a ser referido junto à definição, porque ele está autorizado a produzir um gesto de leitura. É nesse gesto que está a autoria, pois entendemos que a função-autor consiste em produzir um gesto interpretativo em meio a outros, dando visibilidade ao sujeito que interpreta.

Considerando o primeiro enunciado do verbete que remete à definição formulada por Saussure, quando a formulação-origem é retomada por Mattoso Câmara ela é linearizada no intradiscurso por meio de paráfrase. Dessa forma, têm-se ainda as marcas do discurso relatado, que poderia ser representado pela fórmula geral: **DR = ([Y] diz que [X] diz FO)**; onde DR é o discurso relatado, Y é o autor que retoma a formulação-origem, X é o autor da formulação-origem e FO é a formulação-origem. Considerando a formulação-origem e as reformulações, substituímos X, Y e FO e, então, teríamos:

DR = ([Mattoso] diz que [Saussure] diz FO)

DR = ([Mattoso] diz que se trata de um [térmo estabelecido por Saussure (1922, 170) para designar] a combinação de formas mínimas numa unidade lingüística superior) [...] (MATTOSO CÂMARA, 1964, p. 322 [grifos do autor]).

Nesse primeiro enunciado, formulação-origem é retomada e reformulada por paráfrase, de tal forma que, acredita-se, os elementos substituíveis guardam o “mesmo sentido”, ainda que não corresponda exatamente à formulação-origem. Ao retomar a definição saussuriana, tal formulação se sustenta no já dito, no já posto e no já legitimado, fazendo funcionar uma memória, ao mesmo tempo em que atualiza tal formulação, que já não é a mesma (no sentido de ser uma repetição empírica), mas que guarda o efeito do mesmo, deslocando-se. O sujeito atualiza tal formulação ao tomá-la de sua dimensão vertical e lineariza-a no fio do discurso, inscrevendo o dizer na ordem da repetibilidade. Essa retomada da definição atribuída por Saussure funciona sob a forma do discurso transversal, isto é, Mattoso Câmara retoma um saber inscrito na FD do linguista, que não é o discurso em seu todo, mas apenas uma parte que não se limita a essa formulação, fazendo funcionar uma memória a partir do que é dito e também do não dito.

Já na formulação seguinte, trata-se de uma apropriação e, por conseguinte, de uma reformulação que implica um distanciamento da formulação-origem e um silenciamento das marcas lingüísticas do discurso relatado. Dessa forma, a definição passa a ser uma formulação singular, isto é, passa a ser a definição de Mattoso Câmara, cuja inscrição subjetiva projeta um efeito de que o sujeito é exterior ao seu dizer, isto é, a definição funciona de modo autônomo, como se não fosse enunciada por um sujeito. A definição de Mattoso Câmara poderia ser esquematizada da seguinte forma: $A' = ([X \text{ diz}] Y')$, onde A' é a reformulação do enunciado original, X é o autor que retoma a formulação-origem e a reformula e Y' é a (re)definição. Ainda que $[X]$ não apareça de forma sedimentada na definição, partimos do pressuposto que toda formulação não é senão de um sujeito.

$A' = ([\text{Mattoso diz}] Y')$

$A' = ([\text{Mattoso diz}] \text{entende-se hoje por sintagma um conjunto binário (duas formas combinadas), em que um elemento DETERMINANTE cria um elo de subordinação (v.) com outro elemento, que é DETERMINADO) (MATTOSO CÂMARA, 1964, p. 322 [grifos do autor]).$

Desse modo, no dicionário de Luft (1967) o que está sendo retomada é a (re)definição de Mattoso Câmara (1964) constituída a partir da formulação de Saussure e, nesse sentido, a definição de Luft (1967) distancia-se ainda mais da formulação-origem, fazendo ecoar a reformulação da formulação-origem. Tomando por base a formulação de Mattoso Câmara (1964) como a formulação-origem, na definição atribuída por Luft (1967) há um movimento parafrástico que permite a possibilidade de efeitos de sentido. Consideremos, então, ambas formulações, procurando colocá-las no quadro abaixo em uma possível relação de substituição parafrástica.

JOAQUIM MATTOSO CÂMARA (DFG, 1964)	um conjunto binário (duas formas combinadas)	em que um elemento DETERMINANTE	cria um elo de subordinação (v.) com outro elemento,	que é DETERMINADO
	↓	↓	↓	↓
CELSO PEDRO LUFT (DGLP, 1967)	combinação binária de formas linguísticas	em que um elemento principal ou DETERMINADO (v.)	é modificado por um elemento secundário,	subordinado ou DETERMINANTE

Quadro 4 - Reformulação parafrástica da definição de Mattoso

Luft, ao parafrasear a formulação de Mattoso Câmara, inverte a sintaxe, colocando-a na voz passiva. Segundo Pêcheux (2011, p. 170 [grifo do autor]),

[...] entre duas sequências a variação sintática introduz uma diferença de sentido, diferença que nós chamamos de ‘espelhamento’. Espelhamento, pois essa diferença de sentido é ínfima, tão dificilmente abordável como uma mudança de explicação, entretanto constantemente presente em toda paráfrase sintática.

Dessa forma, ainda que a paráfrase simule guardar o mesmo sentido, trata-se de uma outra formulação, pois, conforme Fuchs (1982), a paráfrase aponta para a transformação do mesmo em outro, já que, ao redizer o mesmo, termina-se por dizer outra coisa, ao término de um processo contínuo de deformações negligenciáveis, realmente imperceptíveis.

Assim, a definição atribuída por Luft segue a fórmula $A'' = [X' \text{ diz que } A']$, onde A'' é a formulação constituída a partir da reformulação da formulação-origem, X' é o autor que

retoma a formulação elaborada a partir da formulação-origem e A' é a reformulação do enunciado original.

A'' = ([Luft] diz que A')

A'' = ([Luft diz sintagma é uma] combinação binária de formas lingüísticas em que um elemento principal ou *determinado* (v.) é modificado por um elemento secundário, subordinado ou *determinante* (v.). [...] (LUFT, 1967, p. 150 [grifos do autor]).

Nessa formulação de Luft, já há um distanciamento acentuado da formulação-origem, na medida em que o que está sendo retomado é a definição atribuída por Mattoso Câmara à designação “sintagma”. Além disso, nenhuma das duas definições atribuídas por Luft apresenta uma relação direta à definição de “sintagma” atribuída por Saussure, o que aponta para a não linearidade do discurso e também para a heterogeneidade da FD.

Cada definição constitui-se como uma formulação singular que não se sobrepõe a outra, pois cada definição está investida de um gesto interpretativo. A retomada de uma definição pressupõe a apropriação subjetiva do conhecimento (PÊCHEUX, 2009), isto é, está pautada em uma possibilidade imaginária de colocar-se no lugar do outro e poder pensar do lugar do outro. Esse gesto conduz a um retorno aos princípios do conhecimento por um caminho construído retrospectivamente, e, à medida que avança, transforma-se e desloca-se, não se sobrepondo ao outro. Nessa medida, ninguém pode pensar do lugar de quem quer seja, não há sobreposições de saberes nem repetições, é preciso ousar pensar por si mesmo (Ibid.).

3.5 Esquemas das relações entre as definições atribuídas à designação “sintagma”

A seguir, segue alguns esquemas elaborados por nós, nos quais buscamos sintetizar a nossa proposta de análise para ilustrar como uma dada formulação-origem vai tomando outros sentidos com a aparência do mesmo. Retomamos as análises anteriores para refletirmos como as marcas do discurso relatado vão sendo apagadas e o enunciado vai tomando a aparência da autonomia.

AUTOR	DESIGNAÇÃO	DEFINIÇÃO	
FERDINAND DE SAUSSURE (CLG)	SYNTAGME		“Ces combinaisons qui ont pour support l'étendue peuvent être appelées <i>syntagmes</i> . Le syntagme se compose donc toujours de deux ou plusieurs unités consécutives” (CLG, edição francesa, p. 170)
JOAQUIM MATTOSO CÂMARA (DFG, 1964)	SINTAGMA	Termo estabelecido por <u>Saussure</u> (1922, 170) para designar	a combinação de formas mínimas numa unidade lingüística superior.
		De acordo com o espírito da definição, implícita em <u>Saussure</u> , entende-se hoje por sintagma	um conjunto binário (duas formas combinadas), em que um elemento DETERMINANTE cria um elo de subordinação (v.) com outro elemento, que é DETERMINADO.
CELSO PEDRO LUFT (DGLP, 1967)	SINTAGMA		Combinação binária de formas lingüísticas em que um elemento principal ou <i>determinado</i> (v.) é modificado por um elemento secundário, subordinado ou <i>determinante</i> (v.) (Cf. DFG, 1964, s.v. Sintagma).
CELSO PEDRO LUFT (MGB, 1976)	SINTAGMA		é qualquer constituinte imediato da oração, exercendo função de sujeito, complemento, predicativo, adjunto adverbial. Tanto pode ser uma palavra só como mais de uma palavra.

Quadro 5 - Designação, definição e autoria

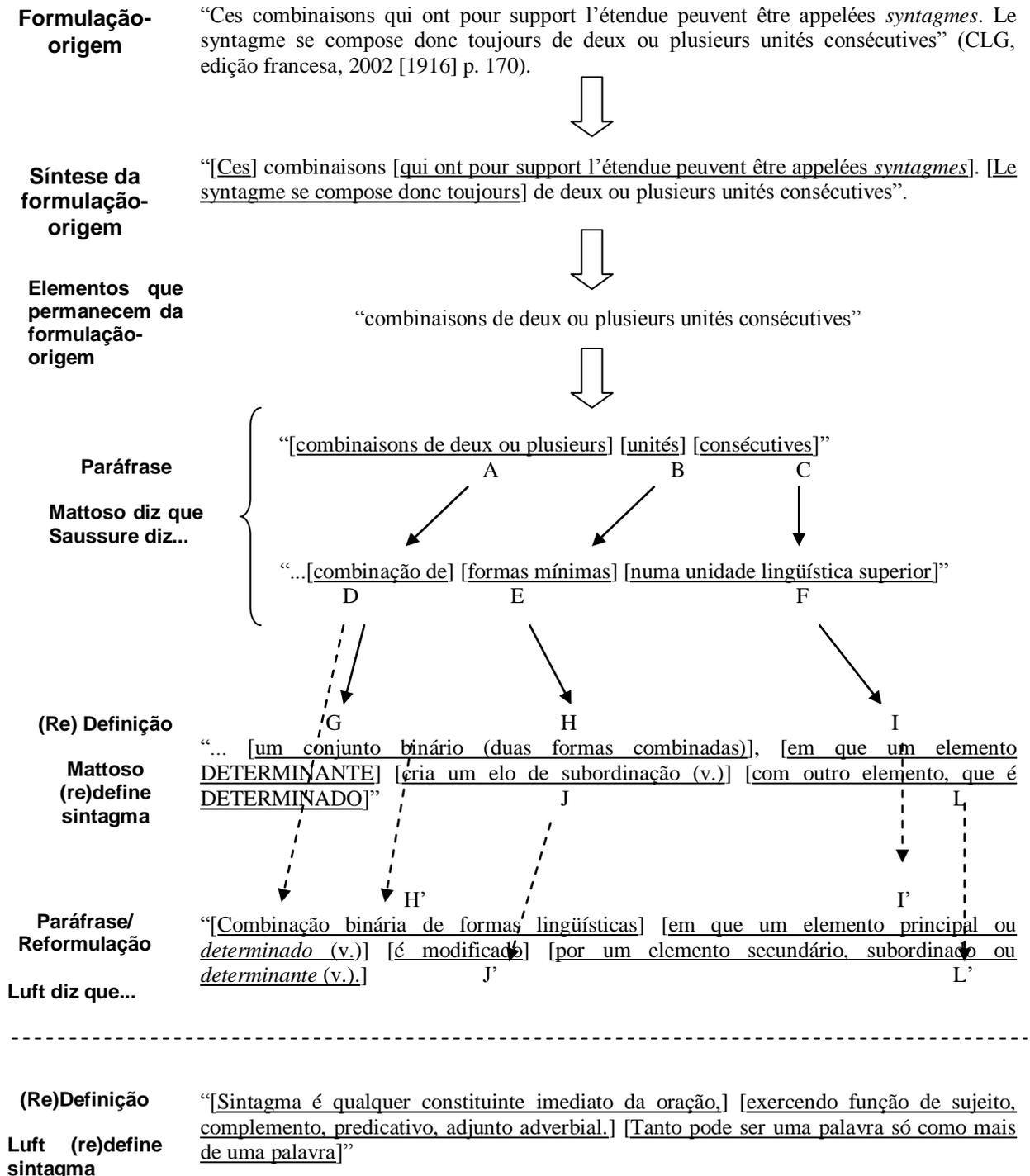
No quadro acima, colocamos as formulações em ordem cronológica e sublinhamos os elementos lingüísticos que remetem à questão da autoria. Num primeiro momento tem-se uma referência a Saussure como aquele que introduziu essa designação nos estudos lingüísticos. Num segundo momento, tem-se uma dissimulação do gesto interpretativo do sujeito, produzindo um efeito que o sujeito fala em nome de, isto é, que reúne todas as vozes em uma formulação (“entende-se hoje por sintagma”). Num terceiro momento, não se tem referência a um sujeito, mas a uma obra (“Cf. DFG, 1964, s.v. Sintagma”). Nos casos em que há um apagamento das marcas lingüísticas de subjetividade, há um funcionamento mais acentuado da função-autor, na medida em que o sujeito expõe o seu gesto interpretativo simulando ter o controle do seu dizer.



Figura 1 - Rede de reformulações parafrásticas

Na figura 1, procuramos colocar as formulações no sentido horário, conforme a ordem em que elas aparecem historicamente. As setas foram colocadas no sentido anti-horário, pois cada formulação é determinada pela anterior, com exceção da flecha pontilhada, já que não há mais marcas linguísticas que permitam um retorno à formulação-origem. Desse modo, ela está funcionando aí sob a forma da autonomia, permanecendo apenas o efeito de memória que remete a Saussure como o autor dessa formulação-origem. Ao colocarmos a imagem dos autores junto às definições, nosso objetivo foi sinalizar o movimento da função-autor a partir da exposição do gesto interpretativo do sujeito que define e o individualiza e responsabiliza pelo seu dizer.

Efeitos metafóricos



Com esse esquema procuramos ilustrar, a partir da noção de efeito metafórico, os deslizamentos de sentidos a partir do movimento de retomada e reformulação, bem como a historicidade da produção do conhecimento, pois, segundo Orlandi (2007, p. 81), “esse

deslize, próprio da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade”. Nesse sentido, entendemos que cada uma dessas definições que constituem essa rede de formulações é uma formulação singular que assegura o gesto interpretativo do sujeito que define. O movimento de retomada aponta para o fato de que não há produção do conhecimento que não esteja inscrita na história.

3.6 A gramática também merece que lutemos por ela ou O gramático quer ser um Dom Quixote

O título dado a essa parte do nosso trabalho faz alusão ao texto intitulado “Os dicionários merecem que lutemos por eles”, da professora Dr. Verli Petri, publicado no livro **Um outro olhar sob o dicionário**, e que, por sua vez, faz alusão ao título “A metáfora também merece que se lute por ela” dado à primeira parte do livro **A língua inatingível**, de Gadet e Pêcheux, alusivo ao romance **A vida está em outro lugar**, de Milan Kundera.

A expressão “a metáfora também merece que se lute por ela” toca de forma particular o nosso trabalho sob vários aspectos, pois, tendo em vista os constantes movimentos de retomadas e reformulações que são constitutivas do dizer, questionamos o que torna uma formulação singular. Considerando a formulação em si, é possível um jogo de dizeres, de deslizes e de transformações. A definição, que também guarda a forma da metáfora, abre a possibilidade de um desdobramento em outras formulações, fazendo com que o mesmo mantenha a forma do diferente, na medida em que o fragmento “sintagma é...” pode ser completado por diferentes formas que vão resultar em enunciados distintos. Nesse sentido, entendemos que “o homem que é capaz da ‘metáfora’ é mais do que um mero repetidor de ideias, ele trabalha no espaço possível da transformação, espaço no qual os sentidos podem ser outros” (PETRI, 2010, p. 23 [grifo da autora]). No enunciado “a metáfora também merece que se lute por ela”, é justamente a palavra “metáfora” que desliza para “dicionários” e também para “gramática”, transformando-se em outras formulações por meio de um *efeito metafórico* (PÊCHEUX, 1997 [1969]).

Já em relação ao contexto em que se inscreve tal formulação-origem, ainda que fictício, coloca-se a questão da modernidade e a recusa do antigo e do velho. No romance de Kundera, que tem como pano de fundo a revolução socialista na Tchecoslováquia, os jovens tomam a frente da revolução e reivindicam um futuro totalmente novo, sem qualquer vínculo

com o passado, e cujas palavras de ordem são “o futuro será novo ou não será futuro; o futuro será puro ou será enxovalhado” (KUNDERA, 1973, p. 210). Em meio a um público majoritariamente jovem em algum lugar da Sorbonne em 1949, um poeta sexagenário recita um poema em que prega que a palavra juventude não designa uma idade determinada da vida, mas um valor construído acima da idade e sem relação com ela. O poeta tem o duplo objetivo de lisonjear o público jovem presente e libertar-se da idade das rugas, garantindo-lhe um lugar ao lado dos rapazes e das moças. Mas o poeta sexagenário é rechaçado pelo público jovem sob a acusação de querer “acoplar o gato ao cavalo, o futuro ao passado!” (Id. *ibid.*). Diante das vaias, o poeta lembrava que, também em sua juventude, em meio àqueles que um dia foram jovens, vaiava satisfeito. Entretanto, os jovens ali presentes que agora o vaiavam não reconheciam nas rugas do poeta sexagenário que também eles um dia deixariam de ser jovens. Então,

[...] o poeta gritava que a liberdade é o dever da poesia e que também a metáfora merece que lutemos por ela. Gritava que acoplaria o gato ao cavalo e a arte moderna ao socialismo, e que *se isso era dom-quixotismo, ele queria ser um Dom Quixote*, porque o socialismo era para ele a era da liberdade e do prazer (Ibid., p. 212). [grifos nossos]

Ao retomarmos tal enunciado do romance de Kundera e transformá-lo para “A gramática também merece que lutemos por ela”, estamos fazendo alusão à liberdade do gramático brasileiro em relação à NGB, que busca refúgio no padrão de modernidade e de cientificidade imposto pela Linguística, bem como ao seu anseio em enquadrar a gramática segundo os novos parâmetros de cientificidade. Ainda que se trate de contextos bastante distintos, trata-se também da instauração de algo novo que projeta aquilo que veio antes para a pré-modernidade. No que diz respeito aos estudos da linguagem no século XX, a Linguística instaura uma ruptura (?) e lidera uma modernização intelectual (PAVEL, 1990) que se estende às ciências humanas. A definição de um objeto e a determinação de um método garantiu à Linguística o estatuto de ciência, cujo aporte metodológico serviu de modelo às ciências humanas que almejavam também entrar para a era da cientificidade.

O discurso modernizador inspirado pela Linguística motivou disciplinas vizinhas a tomar de empréstimo os métodos tidos como bem sucedidos, sem questionar a adequação. Lévi-Strauss, por exemplo, no anseio de atribuir à antropologia dos mitos um caráter científico, destaca o papel de vanguarda da Linguística frente às ciências humanas, e aponta que “o lingüista verá muitas vezes pesquisadores provenientes de disciplinas vizinhas, mas

diferentes, se inspirarem em seu exemplo e tentar seguir seu caminho” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 45). Ele vai buscar no arbitrário do signo a modernização tecnológica da antropologia dos mitos, aliás, o arbitrário do signo foi tomado como uma descoberta e, “lorsqu’un concept est reconnu capable d’organiser l’étude d’un champ phénoménal, l’histoire de sa propagation prend l’allure d’un processus naturel”⁵⁰ (STENGERS, 1987, p. 17). Entretanto, Pavel questiona a adequação à análise dos mitos dos modelos tidos como bem sucedidos, tal como propõe Lévi-Strauss, e destaca que:

Longe de ser uma homenagem prestada ao reformador da lingüística – pois que, tal como vimos antes, o arbitrário do signo se acha desde sempre inscrito em toda abordagem teórica da linguagem –, a admiração que Lévi-Strauss professa por Saussure é sobretudo devido ao fato de que, na prática dos lingüistas, explicitada por Saussure, a antropologia encontra um modelo de modernização que, não obstante sua força, poderá ser facilmente difundido em nome da solidariedade entre as ciências sociais (1990, p. 43).

Em meio a esse contexto, a gramática brasileira não se mostrou indiferente à proposta de modernização intelectual e, a partir da década de 1970, principalmente, buscava na Linguística uma fundamentação teórica que a projetaria na era da ciência. A partir dessa época, torna-se cada vez mais frequente a remissão aos estudos linguísticos junto à gramática. Inclusive, o gramático sinaliza a importância de tais estudos para o avanço do saber gramatical, conforme seguem os recortes abaixo, selecionados a título de exemplo:

A Lingüística moderna, com seus avanços, ia revirando a Gramática de alto a baixo. Primeiro a Fonologia, depois a Morfologia e a Sintaxe. Saussure, Trubetzkoy, Hjelmslev, Bloomfield, Hockett, Nida, Fries, Pike – foram imprimindo marcas indeléveis nas folhas já amareladas da minha Gramática. Por fim Chomsky – o furacão do seu Transformacionalismo varreu a Sintaxe. [...] A esse texto básico, entretanto, somou-se muita contribuição moderna – especialmente devido à Lingüística e à Teoria da Comunicação (LUFT, 1976, Prefácio). [grifos nossos]

Na parte relativa à estruturação dos vocábulos e sua formação, pretendemos trazer para a gramática portuguesa os excelentes estudos que a lingüística americana tem feito sobre tão importante capítulo. [...] A orientação científica por que se norteia esta nossa *Moderna Gramática* não seria possível sem a lição dos mestres (seria ocioso citá-los) que, dentro e fora do Brasil, tanto têm feito pelo desenvolvimento da disciplina (BECHARA, 1977, Prefácio, p. 21- 22). [grifos nossos]

Nos recortes acima, sublinhamos as referências frequentes à Linguística e associadas a uma questão de avanço e de modernidade que vem a modificar a gramática, segundo o

⁵⁰ “Quando um conceito é reconhecido capaz de organizar o estudo de um campo fenomenal, a história de sua propagação toma o aspecto de um processo natural” [tradução sob nossa responsabilidade].

próprio gramático. Entretanto, a modernidade, quando associada à gramática, instaura o equívoco na medida em que a história do saber gramatical está respaldada em uma questão de tradição, isto é, “quando pensamos em gramática, imediatamente se impõe uma forma padronizada que nos acompanha há séculos: substantivo, adjetivo, flexões, concordância etc. O próprio assunto da gramática já vem – portanto, tipificado em certo número de noções” (ORLANDI, 2002, p. 166). Nesse sentido, a tradição repousa sobre um saber que tem sua legitimação na estabilidade, de forma que a gramática se constitui sob o imaginário de um saber completo e evidente que lhe atribui um caráter dogmático. O efeito de fechamento do saber do gramático projeta sobre a gramática a imagem do lugar da certeza e do interdito da dúvida. Por outro lado, em se tratando das ciências positivistas,

[...] é pouco provável com efeito que venha à mente de alguém falar em ‘tradição’ a propósito da física nuclear ou de biologia molecular. A noção de tradição é geralmente apresentada nos dicionários e enciclopédias como associada aos dogmas religiosos, ao folclore, mas, ao que parece, jamais à ciência (SÉRIOT, 2009, p. 125).

Tendo em vista essa articulação de saberes do gramático e do linguista, retomando o romance de Kundera, questionamos: o gramático não estaria querendo “acoplar o gato ao cavalo e a tradição à modernidade”? Para Pavel, o otimismo cientificista parece ter ofuscado a visão daqueles que esperavam encontrar na Linguística os meios necessários para a entrada na era da ciência, “ter-se-ia esperado da ciência das línguas uma salvação que ela não teria os meios de propiciar” (1990, p. 8). Parece que não somente o antropólogo, mas também o gramático, assim como o poeta do romance de Kundera, quer ser um Dom Quixote. Ainda que os dragões sejam apenas moinhos de vento, o que importa é a liberdade.

ISSO AINDA NÃO É UMA CONCLUSÃO

Para nós, para pesquisar é preciso nos esfacelarmos em múltiplos pedaços para nos lançarmos em um caminho incerto, nos engajarmos em um caminho obscuro rumo a um lugar incerto. Pesquisar é também nos expormos. Não existe pesquisa sem exposição ao outro e às bizarrias da viagem. É navegar em busca de novos portos, terras novas, é transitar pelo não senso – o não dizível – é retornar a nossa viagem com novos sentidos. Viver em pesquisa, no sentido de dar voz ao eu pesquisador, é nos deixar levar pelos sentidos dados, é assumir as nossas limitações, é encontrar sentido nas palavras do outro, é encontrar sentido no saber, espectro da verdadeira mudança. A navegação aludida aqui é a navegação pelo deslizamento do desejo, que nos permite tentar falar da falta pesquisando novos sentidos (SCHERER, 2000, p. 18).

Finalizamos o nosso trabalho com o mesmo desconforto com que começamos, partindo do princípio de que o dizer, assim como não tem um começo, também não tem um final a partir do que os sentidos se calariam. Além do mais, a pretensão de fechamento de um texto não encerra a verdade, uma vez que o objetivo deste trabalho não era chegar à verdadeira definição de “sintagma”... até porque lidar com o jogo interpretativo da linguagem é também aceitar o desconforto de que o sentido sempre pode ser outro e que ele nos escapa. O objetivo desta dissertação foi contestar a pretensão de verdade e de universalidade da definição, cuja forma inequívoca produz um efeito de que não há espaço para a interpretação, nem do sujeito que define, nem do sujeito que lê. A forma da definição produz um efeito de que o sujeito é exterior ao saber, de que tal definição é neutra em relação a qualquer gesto interpretativo ou interferência histórica e ideológica e que, portanto, tal definição guarda a verdade. O efeito de verdade da definição se sustenta pela forma como é retomada, como se fosse uma expressão cristalizada associada a um sujeito identificável.

Tendo em vista que, segundo Orlandi (2007 [1996] p. 88), “a tarefa do analista de discurso não é: a) nem interpretar o texto como o faz o hermeneuta; b) nem descrever o texto”, mas “explicitar os processos de significação que trabalham o texto: através de seus mecanismos de funcionamento”, procuramos desenvolver um estudo acerca de uma dada designação cuja circulação em diferentes domínios de saber parece ter-lhe atribuído um

sentido da ordem do senso comum. Tomamos a definição atribuída a essa designação como objeto do nosso estudo partindo pressuposto de que a definição é uma formulação singular que se distingue pela pretensão de conter os sentidos em uma formulação. Além disso, a forma da definição produz um efeito de transparência do dizer, como se tal formulação tocasse o real.

Quanto mais certas se têm, mais o sujeito se apega a sua ilusão de autonomia. A ilusão de neutralidade do sujeito em relação à definição projeta um efeito de que o sujeito é exterior à linguagem e que ele pode manipulá-la. Nesse sentido, ao definir, o sujeito é individualizado, dando visibilidade ao seu gesto interpretativo por meio de uma formulação que o expõe e o responsabiliza por aquilo que diz e escreve. Entendemos que o ato de definir é um privilégio acessível a alguns, negado à maioria, que legitima um dado gesto interpretativo. A partir da forma como compreendemos a definição, pressupomos que a função-autor é intrínseca à definição, na medida em que se trata de uma formulação singular que expõe um gesto interpretativo, dando à visibilidade ao sujeito que define.

Esse lugar privilegiado do sujeito que está autorizado a definir mostra-se visível na produção do conhecimento, pois o sujeito é constantemente interpelado sobre a precisão dos termos que usa, o que aponta para o fato de que a definição se constitui enquanto uma formulação singular que passa a fazer parte do interdiscurso como base do processo discursivo, individualizando o sujeito que define e garantindo-lhe a propriedade do seu gesto interpretativo. Instaura-se assim, uma divisão social do trabalho da leitura (PÊCHEUX, 1997), a alguns, o privilégio de definir, de produzir gestos interpretativos, a outros, o trabalho de retomada e sustentação.

Desse modo, o propósito do nosso trabalho não era chegar à definição “verdadeira” atribuída à designação “sintagma”, nem questionar se as definições posteriores estavam de acordo ou não com a formulação-origem saussuriana. Isso seria desautorizar as formulações posteriores ou reduzi-las a uma mera repetição, o que seria uma contradição em relação à posição teórica que assumimos, pois “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 281). Ao tomarmos inicialmente a definição de “sintagma” atribuída por Luft na gramática, nosso objetivo era investigar como se constitui os efeitos de evidência que permeia a definição, bem como a constituição do sujeito na definição, apesar de sua pretensão de neutralidade.

Ao colocar à prova a evidência da definição atribuída à designação “sintagma”, tendo como pressuposto que todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, remetemos tal definição a uma outra definição de “sintagma” também atribuída por Luft. Confirmado o nosso pressuposto, entretanto, não havia marcas linguísticas que permitissem relacionar uma formulação a outra, e é a partir da segunda formulação (a do **Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa**, 1967) que começa a se constituir uma rede de formulações que remetem a uma formulação-origem. A partir da reconstituição dessa rede parafrástica, procuramos mostrar como os sentidos se constituem na história, isto é, mostrar a historicidade do processo discursivo para compreender os gestos interpretativos que determinam a produção do sentido.

É preciso destacar que entre a definição de “sintagma” na **Moderna Gramática Brasileira** e as demais definições há um corte, não há elementos linguísticos que permitam uma passagem das definições em rede a essa definição da **Moderna Gramática Brasileira**. A nossa proposta de pesquisa não tinha a pretensão de traçar um percurso dessa designação, considerando todas as definições que lhe foram atribuídas. Nesse sentido, as definições consideradas não são senão um recorte que parte do nosso gesto interpretativo diante do objeto com que nos deparamos. Sabemos que há outras definições atribuídas por outros autores que se colocam paralelamente ou interpostas às formulações consideradas. Todavia, a constituição do corpus da nossa pesquisa foi definida a partir do nosso gesto interpretativo diante da materialidade linguística.

Na verdade, estamos tentando justificar um ponto onde parece ter ficado uma lacuna na nossa análise, ao mesmo tempo em que tentamos nos conformar com o fato de que o nosso dizer não é completo. Entretanto, a incompletude é mais fácil de ser vista (e aceita) quando se trata do dizer do outro. A questão é que nós somos os outros para os outros. Talvez se deva ao reconhecimento da condição de incompletude o nosso desconforto em ter de fechar o texto, sabendo que ele não se fecha, não se completa.

Nessa medida, entendemos que, ao questionar as evidências do discurso do outro, é preciso também dar visibilidade ao nosso gesto interpretativo, já que também nós não estamos fora da língua, nem fora da história, nem da ideologia. Também não pretendemos omitir nosso gesto, pois entendemos que:

[...] a condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos efetivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a

abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível (ORLANDI, 2005, p. 52).

A partir do estudo que realizamos, entendemo-nos como sujeito de linguagem e sujeito na linguagem, seja na definição ou em outra formulação qualquer, haja vista que não há linguagem sem sujeito. Como sabemos com Benveniste (2005), a linguagem não é exterior ao homem e o homem não a inventou. Simplesmente habitamos a linguagem; quando chegamos, ela já estava pronta, e quando partirmos, ela ficará. Isso basta para que os dizeres não tenham um começo nem um fim.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Cristina. Filologia e Lingüística – outra vez. In: **Filologia e lingüística portuguesa**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, n.6, p. 161-198.

_____. **A pesquisa lingüística do Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 2003.

ARRIVÉ, Michel. (2007). **Em busca de Ferdinand de Saussure**. Traduzido por Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. Título original: À la recherche de Ferdinand de Saussure. Paris: PUF (Formes Sémiotiques).

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **A questão da cientificidade das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Traduzido por Mariângela Peccioli Gali Joaquinho. Campinas, SP: RG, 2008.

_____. **Filosofia da linguagem**. Traduzido por Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. **La raison, le langage et les normes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. Traduzido por Maria de Glória e Maria Luisa Néri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Problemas de Lingüística Geral II**. Traduzido por Eduardo Guimarães [et.al.]. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BALDINI, Lauro. A NGB e a autoria do discurso gramatical. In: **Revista Língua e Instrumentos Lingüísticos**. Campinas, SP: Pontes e Projeto História das Ideias Lingüísticas no Brasil, 1998, n. 1, p. 97-107.

_____. **A Nomenclatura Gramatical Brasileira** – interpretada, definida, comentada e exemplificada. 1999. 112f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1999.

_____. **Um lingüista na terra da gramática**. 2005. 123f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2005.

_____. **Nomenclatura Gramatical Brasileira** – Análise discursiva do controle da língua. Campinas, SP: RG, 2009.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. Traduzido por Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. De um pseudo-Saussure aos textos saussurianos originais. Traduzido por Roberto Laiser Baronas e Vanice Sargentini. In: **Letras & Letras**, Uberlândia 25, n. 1, p. 161-175, jan./jun. 2009.

CASTELLANOS-PFEIFFER, Claudia R. Definir (,) um percurso. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.

CHEVALIER, Jean-Claude. Que et quelles sont les grammaires scientifiques du français au XXe siècle? In: **Modeles Linguistiques**, v. 21, n. 2, 2000, p. 5-13.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. 2. ed. Coimbra: A. Amado, 1965.

_____. Panorama e rumos atuais da lingüística. In: Revista **Tempo Brasileiro**. Tradução de Paulo Amélio do Nascimento Silva. Rio de Janeiro, nº 32, 1973, p. 18-35.

COURTINE, Jean Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l'analyse du discours? In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (Orgs.). **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

COURTINE, Jean Jacques. O chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Traduzido por Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999. p. 15-22.

_____. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Traduzido por Cristina de Campos Velho Birck. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DIAS, Luiz Francisco. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, Sheila Elias de; SANTOS, Josalba Fabiana dos (Org.). **Mosaico de linguagens**. Campinas, SP: Pontes/Cellip, 2006, p. 43-53.

_____; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gramática e Dicionário. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mónica (Orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem**: A palavra e a frase. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

DOSSE, François. **História do estruturalismo I**. Traduzido por Álvaro Cabral. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Editora Ensaio, 1993.

DUBOIS, Jean. Dictionnaire et discours didactique. In: **Revue Langages**, 1970, n.19, p. 35-47. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1970_num_5_19_2590>. Acesso em 19.jun.2011.

FINATTO, Maria José Bocorny. **Definição terminológica**: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação. 2001. 395f. Tese de Doutorado (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2001.

FOUCAULT, Michel. (1971). **A ordem do discurso**. Traduzido por Edmundo Cordeiro. 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/2520353/Michel-Foucault-A-Ordem-do-Discurso>>. Acesso em: 14.jun.2011.

_____. **O que é um autor?** Traduzido por Antonio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 3.ed. Lisboa: Passagens/Vega, 1992.

FUCHS, Catherine. **La paraphrase**. Paris : Presses Universitaires de France, 1982.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Traduzido por Bethania Mariani e Maria Elizabeth C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GONÇALVES, Susana da Silveira. **História de instrumentos lingüísticos no sul**: o lugar de Celso Pedro Luft. 2010. 233f. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras - Estudos Lingüísticos) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2010.

GUIMARÃES, E. R. J. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: _____.; ORLANDI, Eni (orgs.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. Sémantique et Grammaire. Une histoire des études linguistiques au Brésil. In: _____.; ORLANDI, Eni, E. (Org.). **Un Dialogue Atlantique**. Lyon; ENS-Éditions, 2007, Volume I, p. 11-35.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Traduzido por Eni Orlandi com a colaboração de Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo: Hucitec, 1992.

INDURSKY, Freda. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. In: **Gragoatá**. Niterói, RJ: EDUFF, 1998, n. 5, p. 111-120.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: **Organon**. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS, 2003, v. 17, n. 35, p. 101-21.

JAKOBSON, Roman. El siglo XX em la lingüística europea y norteamericana: movimientos y continuidad. In: **El marco del lenguaje**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia Revisitada. In: **DELTA**, 2000, v. 16, n.2, p. 209-228. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n2/a01v16n2.pdf>>. Acesso em 14.jun.2011.

LEITE, Marli Quadros. **O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma**. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

LÉVI-STRAUSS. **A antropologia estrutural**. Traduzido por Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

MATTOSO CÂMARA JR, Joaquim. Nomenclatura Gramatical. In: **Revista Letras**, Curitiba, PR: Faculdade de Filosofia, 1960, n.11, p. 01-16.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Traduzido por Ângela Cristina Jesuino. Porto Alegre, RS: Artes Médicas: 1987.

NEVES, Maria Helena Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar. In: **Série Estudos**. n. 10. Faculdades Integradas de Uberaba (Linguística: Questões e Controvérsias), p. 9-26, 1984.

_____. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. O Estado, a gramática, a autoria – Língua e conhecimento linguístico. In: **Revista Língua e Instrumentos Lingüísticos**. Campinas, SP: Pontes e Projeto História das Ideias Lingüísticas no Brasil, 2000, n. 3, p. 19-34.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002, p. 65-73.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____; GUIMARÃES, Eduardo. Unidade e dispersão: uma questão do texto do sujeito. In: ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 53-73.

_____. Autoria e Interpretação. In: _____. **Interpretação**; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2007, p. 63-78.

_____. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. **Língua brasileira e outras histórias**: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

PAVEL, Thomas. **A miragem linguística**: ensaio sobre a modernização intelectual. Traduzido por Eni Orlandi, Pedro de Souza e Selene S. Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Traduzido por Eni Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. Delimitações, inversões e deslocamentos. Traduzido por José Horta Nunes. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, n. 19, p. 07-24, 1990.

_____. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). Traduzido por Bethania Mariani [et.al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Papel da memória. In: **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Traduzido por Bethânia Mariani. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por E. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux** – Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PETRI, Verli. Por um acesso fecundo ao arquivo. In: **Revista Letras**, Programa de Pós-Graduação em Letras - UFSM, n.b21, p.b121-125, jul./dez. 2000.

_____. **Um outro olhar sobre o dicionário**: a produção de sentidos. Santa Maria, RS: UFSM, PPGL, 2010.

REY, Alain. Typologie génétique des dictionnaires. In: **Revue Langages**, 1970, n. 19, p. 48-68. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1970_num_5_19_2591>. Acesso em 19.jun.2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística Geral**. 27. ed. Organizado e editado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Cours de Linguistique Générale**. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1997.

SCHERER, Amanda Eloina. As inquietudes discursivas de um orientador. In: **Revista Letras**, Programa de Pós-Graduação em Letras - UFSM, n. 21, p. 11-20, jul./dez. 2000.

_____. Linguística no sul: estudo das idéias e organização da memória. In: GUIMARÃES, Eduardo; BRUM-DE-PAULA, Miriam. **Sentido e memória**. Campinas, SP: Pontes, 2005, p.9-39.

SÉRIOT, Patrick. A que tradição pertence a tradição gramatical russa? Traduzido por Dantielli Assumpção Garcia e José Horta Nunes. In: **Rua** [online]. 2009, n.15. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua>>. Acesso em: 19.jun.2011.

SILVA, Rosa Matos e Silva. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUBLIN, Françoise; TAMINE Joëlle. Métalangage, définition, métaphore. In: **Histoire Épistémologie Langage**. Tome 1, fascicule 1, 1979. Sciences du Langage et Métalangage. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/hel_0750-8069_1979_num_1_1>. Acesso em 14.jun.2011.

STENGERS, Isabelle. **D'une science à l'autre: Des concepts nomades**. Paris: Éditions du Seuil, 1987.

_____. **L'invention des sciences modernes**. Paris: Éditions La Découverte, 1993.

GRAMÁTICAS CONSULTADAS:

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa: Cursos de 1º e 2º graus**. 22. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Bernardo Álvares S.A., 1969.

_____; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

KURY, Adriano da Gama. **Pequena Gramática**. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1961.

LUFT, Celso Pedro. **Gramática Resumida**. Porto Alegre, RS: Globo, 1960.

_____. **Moderna Gramática Brasileira**. Porto Alegre, RS: Globo, 1976.

DICIONÁRIOS CONSULTADOS:

CARRETER, Fernando Lazaro. **Diccionario de términos filológicos**. Madrid: Gredos, 1990.

LUFT, Celso Pedro Luft. **Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa**. Porto Alegre, RS: Globo, 1967.

MATTOSO CÂMARA JR, Joaquim. **Dicionário de Filologia e Gramática** – referente à Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.

